Diário Comercial

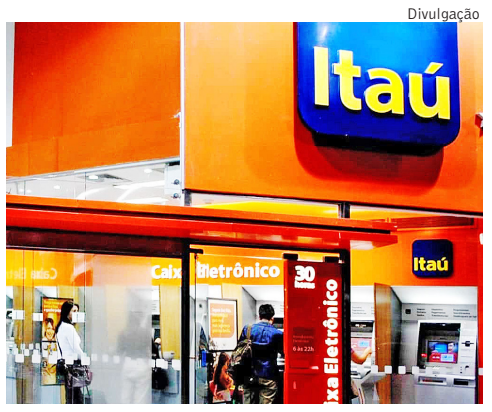
Fundado em 3 de novembro de 1955

ANO LXVIII - Edição nº 17.072 | Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br | QUARTA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2023

Carbono

Divulgação



Itaú recebe aval para ter uma fatia na Carbonplace

O Itaú Unibanco recebeu aprovação do Banco Central (BC) para aquisição de participação na Carbonplace, rede internacional para negociação de créditos de carbono criada por grandes bancos, de acordo com comunicado. A plataforma captou US$ 45 milhões em uma rodada estratégica de investimento com os nove bancos que fundaram a fintech. Os recursos do aporte serão utilizados para aprimorar o aplicativo. **PÁGINA 4**

Gasto militar

Taiwan alerta para risco de invasão da China

O ministro da Defesa de Taiwan alertou na segunda-feira (6) para um crescimento expressivo dos gastos militares da China em 2023, denunciando que Pequim poderia fazer uso da força para tomar o controle da ilha. Os chineses anunciaram um aumento de 7,2% nas despesas militares - o maior dos últimos quatro anos -, totalizando 1,55 trilhão de yuans (R$ 1,16 trilhão). **PÁGINA 5**

Restrições

Reuters

Fed pode elevar o ritmo de aumento dos juros

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, indicou que a autoridade monetária poderá ampliar o ritmo de aumento de juros se a "totalidade dos dados" assim justificar. Os comentários constam em discurso preparado para as sessões nas quais o banqueiro central participa na terça-feira, 7, e na quarta-feira, 8, no Congresso dos Estados Unidos. **PÁGINA 5**

Governo quer alterar lei que libera o pagamento do FGTS

Homem e mulher terão salários iguais

Lula assinará projeto para que homens e mulheres que exerçam o mesmo cargo tenham salários iguais e acabará com a lacuna que ainda persiste

Marcelo Camargo - ABr

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse na terça-feira, 7, que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinará na quarta-feira, 8, um Projeto de Lei para que homens e mulheres que exerçam o mesmo cargo tenham salários iguais. "A Constituição já diz isso, mas a lacuna ainda persiste, então a lei da igualdade de salário será mais enxuta e vamos ver se essa lei pega, porque até agora não pegou", disse, durante almoço realizado na Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).Na quarta-feira, 8, será comemorado o Dia Internacional da Mulher. De acordo com Marinho, as mulheres sofrem atualmente com salários desiguais e falta de oportunidades. "É nossa tarefa minar todo preconceito, seja de raça, de cunho religioso e de diferença entre homens e mulheres", mencionou. **PÁGINA 2**

FISCALIZAÇÃO

Receita monitorava viagens antes da apreensão de joias

Marcello Casal Jr - Agência Brasil

A agenda de viagens internacionais do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e de sua comitiva já era alvo de monitoramento por auditores da alfândega antes mesmo da apreensão das joias de R$ 16,5 milhões, em 2021. A intensidade dos compromissos fora do País - dez viagens para o exterior em um único ano - já havia chamado a atenção dos órgãos de fiscalização. Os dados mostram que as viagens do almirante só cessaram em 2020, por causa da pandemia. **PÁGINA 7**

SUBSÍDIOS

Consumidores devem pagar R$ 29 bilhões nas contas de luz

Os consumidores de energia elétrica terão que pagar R$ 29,6 bilhões neste ano para cobrir subsídios dados a alguns segmentos. O valor foi aprovado pela diretoria colegiada da Aneel na terça-feira, 7, para que seja possível cobrir o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), taxa embutida na conta de luz que banca programas sociais e descontos tarifários. **PÁGINA 2**

DESCONTOS

STJ deve voltar a julgar a incidência de PIS/Cofins

A primeira turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve voltar a julgar uma ação que discute a incidência de PIS/Cofins sobre descontos e bonificações dados aos varejistas. O julgamento começou no final do ano passado e foi suspenso por pedido de vista. Até agora, dois dos cinco ministros votaram de forma favorável aos contribuintes. Os descontos e bonificações são concedidos pelos fornecedores. **PÁGINA 3**

NOTÍCIAS FALSAS

AGU diz que não será omissa no combate à desinformação

O advogado-geral da União, Jorge Messias, defendeu na terça-feira (7) que a Advocacia-Geral da União (AGU) tenha papel mais proativo no combate à desinformação e aos ataques contra a democracia. "Não seremos omissos", afirmou ele em evento de comemoração pelos 30 anos do órgão, em Brasília. A competência declarada da nova procuradoria é monitorar notícias falsas. **PÁGINA 6**

ARRECADAÇÃO

Rio vai propor revisão do Plano de Recuperação Fiscal

O governo do Estado do Rio vai propor ao Ministério da Fazenda uma revisão do Plano de Recuperação Fiscal, firmado com a União em junho do ano passado. O principal argumento do governo fluminense para conseguir o pleito é que a renúncia de arrecadação provocada pela redução forçada do ICMS sobre combustíveis - medida adotada pelo governo Bolsonaro - deixou o plano desequilibrado. **PÁGINA 8**

IBOVESPA 104.227,93 ↓ -0,45%

Maiores Altas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
AZUL PN N2	12.00	+20.12%	+2.01
CVC BRASIL ON NM	3.67	+9.88%	+0.33
GOL PN N2	6.71	+5.67%	+0.36
QUALICORP ON NM	4.51	+4.16%	+0.18
BRADESCO PN EJ N1	13.60	+2.33%	+0.31

Maiores Baixas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
DEXCO ON NM	6.18	−6.79%	−0.45
BRF SA ON NM	6.89	−4.17%	−0.30
PETROBRAS PN N2	25.10	−3.31%	−0.86
PETROBRAS ON N2	28.52	−3.03%	−0.89
PETRORIO ON NM	33.59	−3.00%	−1.04

Mais Negociadas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
VALE ON NM	85.33	−0.95%	−0.82
PETROBRAS PN N2	25.10	−3.31%	−0.86
BRADESCO PN EJ N1	13.60	+2.33%	+0.31
BRASIL ON EX NM	39.60	+2.30%	+0.89
AZUL PN N2	12.00	+20.12%	+2.01

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	32.856,46	-1,72%
S&P 500	3.986,37	-1,53%
NASDAQ	11.530,33	-1,25%
DAX 30	15.559,53	-0,60%
FTSE 100	7.919,48	-0,13%
IBEX 35	9.409,00	-1,07%

DÓLAR COMERCIAL			PESO			EURO			LIBRA			OURO	
COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
5,193	5,194	↑ 0,44%	0,026	0,026	↑ 0,30%	5,477	5,477	↓ -0,71%	6,143	6,145	↓ -1,28%	298,75	USD$ 1.814,02

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

EMPODERAMENTO

Lula assinará projeto para homem e mulher terem os salários iguais

O ministro afirmou que a Constituição já estabelece a igualdade de salário, mas a desigualdade ainda persiste no Brasil e o governo vai elaborar um projeto enxuto para ser cumprido

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse na terça-feira, 7, que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinará na quarta-feira, 8, um Projeto de Lei para que homens e mulheres que exerçam o mesmo cargo tenham salários iguais. "A Constituição já diz isso, mas a lacuna ainda persiste, então a lei da igualdade de salário será mais enxuta e vamos ver se essa lei pega, porque até agora não pegou", disse, durante almoço realizado na Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

Na quarta-feira, 8, será comemorado o Dia Internacional da Mulher.

De acordo com Marinho, as mulheres sofrem atualmente com salários desiguais e falta de oportunidades. "É nossa tarefa minar todo preconceito, seja de raça, de cunho religioso e de diferença entre homens e mulheres", mencionou.

O ministro salientou que o Ministério do Trabalho ainda está em transição porque alguns setores da pasta ainda estão em outras áreas da Esplanada, como na Justiça, na Fazenda e nos Direitos Humanos. "Estamos ainda no meio de escombros do desastre que sofremos no Brasil", disse numa menção indireta ao governo de Jair Bolsonaro.

O ministro disse também que o governo Lula vai apresentar ao Congresso possibilidades para alterar a lei que libera o pagamento de parte do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em meses de aniversário do trabalhador. A medida foi implantada durante o governo de Jair Bolsonaro.

Valter Campanato - ABr

Luiz Marinho: "não posso afirmar o que será exatamente porque estaria substituindo o Parlamento. Vamos oferecer possibilidades, alternativas"

O saque-aniversário do FGTS permite ao trabalhador realizar de forma opcional o saque de parte do saldo de sua conta do Fundo anualmente, no mês de seu aniversário.'

"Não posso afirmar o que será exatamente porque estaria substituindo o Parlamento. Vamos oferecer possibilidades, alternativas", disse a jornalistas, após participar de almoço com empresários e congressistas na Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE). "É uma lei estabelecida e vamos oferecer ao Parlamento possibilidades de mudança drástica em relação a isso, até a possibilidade de acabar, mas depende do Congresso", continuou.

Durante o almoço, o ministro disse que recebeu inúmeras reclamações de trabalhadores que sacaram recursos, mas que acabaram sendo demitidos e, nessa ocasião, não puderam resgatar o restante do saldo.

Marinho também disse que quer que trabalhadores e empresas de aplicativos de transporte cheguem a uma solução comum para regular esse mercado. "Vamos juntar as duas partes na mesma mesa para balizar e criar um ambiente e encontrem o ponto comum", afirmou.

Num primeiro momento, de acordo com ele, o governo será apenas o intermediador das discussões."Se não houver um acordo, o governo vai levar a questão para o Parlamento", explicou.

Como havia dito mais cedo, o ministro avaliou que não há risco de nenhuma empresa do setor sair do Brasil porque o País é um grande mercado para a área. "O que pode acontecer é outras empresas pensarem nesse mercado para ser uma alternativa. Como disse, os Correios podem pensar nisso, mas vamos torcer para que haja alternativa", disse.

O ministro ressaltou, no entanto, os pontos que devem ser contemplados pelas partes. "Posso adiantar que é necessário olhar a garantia da proteção social (Previdência), a garantia de não trabalhar em excesso para evitar acidentes, pois tem gente morrendo, e a valorização do trabalho", citou. "O que há é reclamação dos trabalhadores de que, às vezes, a plataforma desconta 50% do valor de uma corrida, não me parece plausível", considerou.

O ministro também voltou a falar da desoneração da folha de pagamentos que expira em dezembro. "Como eu disse lá dentro, vou ficar devendo essa resposta. O ministro (Fernando) Haddad estará aqui em abril e é uma pergunta pertinente para conversar com o ministro da Fazenda."

Ele voltou a defender a necessidade de uma fonte de financiamento da Previdência e disse ter simpatia pela oneração vinculada ao faturamento das companhias. Marinho salientou, no entanto, que é necessário haver um processo equilibrado e até gradativo. "Vejo com bons olhos esse processo de transição."

No almoço com empresários e mais de 50 parlamentares em Brasília, Marinho avaliou que o Brasil conta com um número muito grande de sindicatos e também de partidos, provocando uma reação imediata entre os presentes. "Temos muitos sindicatos, assim como temos muitos partidos", disse.

Marinho, que já foi líder sindical, disse ser necessário fazer uma reforma sindical que diminua a quantidade de congregações.

"Tem um caminho de redução do número de partidos em curso, e é saudável. Esse mesmo formato temos que pensar em relação aos sindicatos", disse ele, salientando que é preciso que esses grupos precisam ser fortalecidos para serem mais representativos "O estabelecimento de contratos nacionais seria o melhor, mas estamos muito longe disso."

SUBSÍDIOS

Consumidores vão pagar este ano R$ 29,6 bilhões nas contas de luz

Os consumidores de energia elétrica terão que pagar R$ 29,6 bilhões neste ano para cobrir subsídios dados a alguns segmentos. O valor foi aprovado pela diretoria colegiada da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na terça-feira, 7, para que seja possível cobrir o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), taxa embutida na conta de luz que banca programas sociais e descontos tarifários.

No total, o orçamento da CDE em 2023 será de R$ R$ 35 bilhões, sendo que a maior parte será paga pelos consumidores. O restante será arrecadado por outras receitas, como multas aplicadas pelo regulador aos agentes do setor elétrico e aporte feito pela Eletrobras, previsto na lei que permitiu a privatização da estatal.

A CDE é um fundo setorial que tem entre suas finalidades o custeio de benefícios para fontes renováveis, para compra de combustível para geração em regiões isoladas e de carvão mineral, além de subsídios aos consumidores rurais, irrigantes, água, esgoto e saneamento. Os recursos também são destinados para a universalização do acesso a energia, para a tarifa social da baixa renda e para consumidores que geram a própria energia, a chamada geração distribuída.

O orçamento aprovado para este ano representa um aumento de 9% em relação ao aprovado para o ano passado, que somou R$ 32,09 bilhões. Nos últimos anos, o montante cresceu exponencialmente, passando de R$ 15,99 bilhões em 2017 para R$ 35 bilhões neste ano. O aumento é justamente o principal argumento daqueles que defendem rever o modelo atual de financiamento das políticas públicas e subsídios.

Segundo dados do "subsidiômetro", ferramenta da Aneel para dar mais transparência ao uso dos recursos, os consumidores já pagaram R$ 2,5 bilhões em subsídios neste ano - que incluem, além da CDE, os valores pagos para garantir benefícios aos consumidores de GD. Os subsídios representam, em média, 12,74% nas tarifas dos consumidores residenciais.

Em meio a este cenário, representantes de consumidores defendem que despesas da CDE sejam transferidas para o orçamento da União Também pleiteiam que seja feita uma avaliação dos benefícios concedidos atualmente por acreditarem que alguns, como para fontes incentivadas, já não são mais necessários.

Os diretores da agência reguladora também já sinalizaram preocupação com o aumento dos valores pagos pelos consumidores e o impacto nas tarifas e demonstraram disposição em contribuir em discussões sobre o tema. O colegiado ressaltou, no entanto, que a definição cabe aos Poderes Executivo e Legislativo, já que os subsídios estão previstos em decretos e em leis aprovadas pelo Congresso Nacional.

Durante a discussão, o diretor Hélvio Neves Guerra destacou a importância de alguns dos subsídios, como o destinado para a tarifa social, que garante descontos na conta de luz para famílias de baixa renda, e o para compra de combustíveis para sistemas isolados, que permite aos consumidores dessas regiões terem acesso ao serviço de energia elétrica. Contudo, indicou que há subsídios que já não são necessários, mas que estão previstos em lei.

"Poucos falarão que quase nada do que está aqui no orçamento foi colocado pela Aneel, pela regulamentação, tudo está na lei. Em alguns pontos vamos fazer a devida fiscalização, mas seguramente serão valores inexpressivos frente ao montante total. O que nós estamos fazendo é a aplicação da lei, e isso precisa ficar muito claro para os consumidores. A Aneel não tem discricionariedade para deixar de aplicar o que está na lei", disse ele.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal *Diário Comercial* Ltda.

Filiado à: ANJ Associação Nacional de Jornais

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br – SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

BONIFICAÇÕES

STJ deve voltar a julgar incidência de PIS/Cofins sobre os descontos

Os descontos são concedidos pelos fornecedores quando os revendedores precisam abater algum tipo de custo, decorrente da produção de propaganda para divulgação das mercadorias

A primeira turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve voltar a julgar uma ação que discute a incidência de PIS/Cofins sobre descontos e bonificações dados aos varejistas. O julgamento começou no final do ano passado e foi suspenso por pedido de vista. Até agora, dois dos cinco ministros votaram de forma favorável aos contribuintes.

Os descontos e bonificações são concedidos pelos fornecedores quando os revendedores precisam abater algum tipo de custo - decorrente da produção de materiais publicitários para divulgação das mercadorias ou de logística, por exemplo. Varejistas argumentam que esse desconto não gera um acréscimo de patrimônio das empresas, e por isso não deveria ser enquadrado como receita - base da incidência de PIS/Cofins.

A Corte avalia um recurso apresentado pela Cencosud Brasil contra decisão que a obrigou a recolher o tributo sobre descontos e bonificações de anos passados. A controvérsia ganhou corpo em 2017, quando a Receita Federal orientou os fiscais a cobrarem PIS/Cofins sobre os valores recebidos como bonificações e abatimentos de fornecedores. A partir de então, a prática que era frequente no varejo começou a ser multada.

Em sustentação oral, a advogada Ariane Costa Guimarães, do escritório Mattos Filho, que defende a varejista, argumentou que o desconto é uma forma de dividir despesas entre indústria e varejo. "Esses descontos representam redutores de custo. Assim sendo, não há que se falar em receita obtida por conta desses descontos", afirmou no início do julgamento, em novembro.

Devido ao potencial impacto para todo o setor, o Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) ingressou como amicus curie (parte interessada) no processo. "Para poder ganhar em termos de concorrência, (as varejistas) buscam descontos da indústria para oferecer os produtos de forma mais barata para o consumidor final", defendeu em sustentação oral a advogada Betina Treiger Grupenmacher, que representa a IDV. "Ele não ganha receita com isso, ele deixa de gastar".

Grupenmacher lembrou que os varejistas adquirem produtos em grande volume e, por isso, estabelecem contratos comerciais que contemplam descontos. Mas, para o procurador Sandro Leonardo Soares, representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), não há como garantir que todos os contratos comerciais firmados entre varejistas e fornecedores se encaixam como descontos ou bonificações. Ele citou reportagens que apontaram uma suposta "ditadura do varejo" - alta concentração no mercado que prejudicaria a indústria nas negociações. Segundo o procurador, há casos em que varejistas impõem "pedágios", que se passam por descontos, aos fornecedores.

A ministra Regina Helena Costa, relatora da ação, acolheu a argumentação dos contribuintes. Para ela, o varejista incorre em despesa para o desempenho da sua atividade enquanto o fornecedor obtém receita mediante contratos de compra e venda. "Sob a perspectiva da aquisição dos produtos pelo revendedor, a bonificação atenua o montante a ser desembolsado a título de custo da operação. Trata-se, portanto, de redução do valor de compra dos bens a serem posteriormente comercializados", afirmou em seu voto.

Ela também defendeu que a distinção entre a natureza dos descontos concedidos, para evitar fraudes, deve ser averiguada pelo Fisco.

Embora seja inédito na Justiça, o tema já foi enfrentado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) em novembro do ano passado. O órgão administrativo reconheceu que PIS e Cofins não incidem sobre bonificações e descontos comerciais incondicionais (são "incondicionais" os descontos que não estão sujeitos a qualquer restrição futura). Entre os conselheiros, prevaleceu o entendimento de que os descontos não constituem receita, mas recuperação de custos.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) também tomou decisão favorável aos varejistas em julgamento de 2022. O tribunal entendeu que, "ao comprar com desconto, o contribuinte reduz o seu custo de aquisição e isso não tem a natureza jurídica de receita para efeitos de incidência das contribuições ao PIS e Cofins".

Reuters

STJ: os procuradores dizem que não há como garantir que todos os contratos comerciais firmados entre varejistas e fornecedores se encaixam como descontos

TRIBUTAÇÃO ALTA

Indústria pet fecha o ano com alta de 17% no faturamento

A indústria pet brasileira encerrou 2022 com um faturamento de R$ 41,9 bilhões, crescimento de 17,2% sobre o ano de 2021. Desde o último levantamento realizado pela Abinpet - Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação, o cenário permanece estável.

Desses R$ 41,9 bilhões faturados ao longo de 2022, pet food representa 80% (R$ 33,3 bilhões); pet vet (produtos veterinários), R$ 5,9 bilhões, ou 14% do total, e pet care (produtos de higiene e bem-estar animal) R$ 2,68 bilhões, ou 6% do faturamento total. Isoladamente, cada segmento cresceu 18%, no caso do pet food; 16,5% no caso do pet care e 12% no caso de pet vet, quando comparados com os números de 2021. O balanço Abinpet não leva em consideração a movimentação no varejo, e não inclui a venda de animais diretamente de criadores.

"O cenário estável comprova que, mesmo com as turbulências econômicas, as famílias continuam a oferecer aos pets os produtos da nossa indústria, parte do agronegócio e que foi considerada essencial durante o período mais crítico da pandemia. Apesar disso, esses itens ainda são tributados como supérfluos. Como os animais de estimação são considerados parte da família, e agora até mesmo acompanham os seus responsáveis em passeios e viagens, os donos de animais escolhem os melhores produtos possíveis. Mesmo com a inflação e os desafios que enfrentamos na questão tributária", comenta José Edson Galvão de França, presidente-executivo da Abinpet.

Ele prossegue explicando que, "a estabilidade acontece apesar dos altos custos de produção, relacionados aos preços das matérias-primas do pet food. Podemos dizer que, após as grandes variações de 2020 e 2021, a poeira baixou um pouco e já podemos projetar que, ao longo de 2023, o crescimento deve ocorrer, porém, ficará abaixo de dois dígitos. É hora juntarmos esforços para recuperar o crescimento para além dessa margem".

Para não onerar tanto o consumidor, prossegue Galvão de França, as indústrias ainda têm segurado margens de lucro para recuperar o investimento de famílias que deixaram de oferecer pet food aos animais. Uma alternativa seria uma reforma na tributação do setor, que tem uma das cargas mais altas do mundo, acima inclusive daquela de mercados dos Estados e da Europa, por exemplo.

A cada R$ 1 pago pelo consumidor, praticamente R$ 0,50 são impostos. Mesmo quando comparado internamente, a faixa de tributação do pet food, um produto alimentício com os nutrientes que os animais necessitam, é a mesma de itens como bebidas e cigarros. "Até agora o setor produtivo conseguiu absorver parte dos custos, mas sabemos que a longo prazo, a conta não fecha, e os mais prejudicados são as famílias que podem não conseguir arcar com uma alta maior de preços".

Entre 2020 e 2021, as matérias-primas de origem animal, passaram por aumento que superou os 100% no seu valor de comercialização. As demais matérias-primas como o arroz, por exemplo, um dos ingredientes do pet food mais usados, subiu mais de 100% nos últimos cinco anos. O milho, mais de 200%, e a soja, mais de 130%. Todos eles, ingredientes influenciados tanto pelo câmbio do dólar quanto pela demanda internacional.

O volume de pet food produzido pelo Brasil chegou às 3,9 milhões de toneladas, crescimento de 7,5% em relação a 2021 ao longo do último ano.

Em relação às exportações, a indústria observou alta de 5,6% em relação às remessas de 2021, chegando no último ano ao valor de US$ 435 milhões. O pet food representa 94% desse total. Seguem pet care, com 4%, animais vivos com 2% e pet vet com 1%.

A Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet) representa uma indústria que congrega os segmentos pet food (alimento e ingredientes), pet vet (medicamentos veterinários) e pet care (equipamentos, acessórios e produtos para higiene e beleza). A entidade fortalece o setor por meio de ações que contribuem para o desenvolvimento de seus associados. Também atua para aumentar a percepção de que os benefícios da relação entre seres humanos e animais de estimação se estendem a toda a sociedade.

Além disso, é cada vez maior a participação desse setor na economia nacional e, por isso, é parte relevante do agronegócio: cerca de 73,9% do faturamento é proveniente dos produtos para nutrição animal, cuja composição é 95% agropecuária, com ingredientes como milho, soja, arroz, trigo e carnes de aves, bovinos e peixes.

Todos os produtos da indústria de alimentos e medicamentos veterinários são fiscalizados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), na Secretaria de Defesa Agropecuária (DIPOA e Vigiagro).

A Associação é referência técnica para o setor e publica há mais de dez anos o Manual Pet Food Brasil, adotado pelas principais fabricantes de alimento como guia de boas práticas. O Manual contém informações sobre os padrões técnicos e de qualidade de matérias-primas, parâmetros nutricionais, metodologias analíticas aplicáveis e condições ideais de produção para garantir alimentos seguros aos mercados nacional e internacional. Sua atualização ocorre a cada dois anos, considerando o desenvolvimento do setor.

REQUISITOS

Brasil poderá exportar carne bovina para o México

A partir desta semana, o Brasil pode exportar carne bovina para o México. O país habilitou 34 plantas frigoríficas a venderem para o mercado mexicano, após 12 anos de negociações.

O México poderá comprar carne bovina de Santa Catarina, estado reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) como zona livre de febre aftosa. O país também poderá comprar carne in natura e desossada de outros 14 estados declarados livres de febre aftosa, com vacinação.

Segunda-feira (6) à noite, o governo mexicano publicou os requisitos zoosanitários para a compra de carne bovina do Brasil, último passo para a liberação dos 34 frigoríficos. A autorização ocorre um mês após o México liberar a importação da carne suína brasileira.

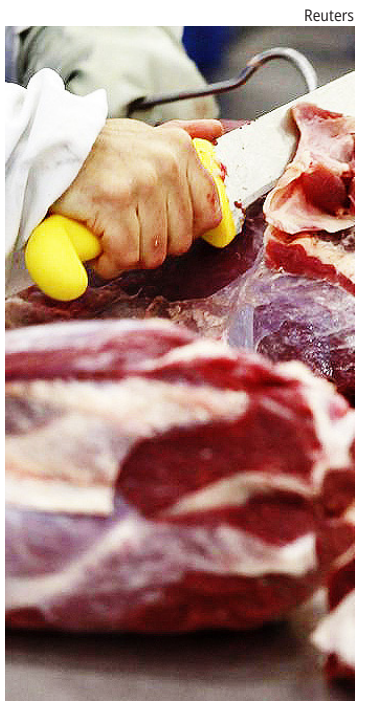
Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária, a abertura do mercado mexicano representa uma oportunidade histórica para as relações comerciais brasileiras. A expansão dos mercados, informou a pasta, propicia a retomada do crescimento da pecuária, que sofreu um golpe no mês passado, com a descoberta de um caso atípico de mal da vaca louca numa fazenda em Marabá (PA).

Em 2011, o Brasil havia pedido ao México autorização para exportar aves, bovinos e suínos ao país. Desde o início do ano, destacou o Ministério da Agricultura e Pecuária, foram habilitadas plantas frigoríficas para a exportação para a Indonésia e derrubadas as suspensões de mais três frigoríficos para a comercialização aos chineses.

De acordo com o Serviço Nacional de Saúde, Segurança e Qualidade Alimentar do México, o governo brasileiro comunicou que o caso de vaca louca é atípico e sem risco de transmissão para outros animais e humanos. Segundo o órgão, como o Brasil mantém o status de risco insignificante para o mal da vaca louca, as vendas de carne para o México podem ser liberadas sem problemas.

Em relação aos demais países que suspenderam a compra de carne bovina brasileira após a descoberta do mal da vaca louca, equipes técnicas do Ministério da Agricultura têm uma nova reunião nesta terça-feira com autoridades chinesas. Desde a notificação do caso atípico no sudeste do Pará, quatro países deixaram de comprar o produto brasileiro: China, Irá, Jordânia e Tailândia.

Reuters



Carne: 34 frigoríficos liberados

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

NOVOS DADOS

Pesquisas do IBGE são atualizadas para retratar mudanças econômicas

A amostra da indústria contará com 8.596 empresas e 12.500 unidades locais e a quantidade de produtos pesquisados passará para 1.042 itens

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) detalhou na terça-feira, 7, algumas mudanças feitas no cálculo das pesquisas conjunturais mensais sobre a indústria, comércio e serviços. Houve mudança na amostra de empresas informantes, de itens investigados, de locais pesquisados e até de deflatores utilizados.

As novas séries históricas serão divulgadas a partir do fim de março. As informações da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) Brasil, referentes a janeiro de 2023, serão divulgadas em 30 de março. Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio serão conhecidos em 12 de abril, e os da Pesquisa Mensal de Serviços serão publicados em 14 de abril.

O IBGE frisou que as atualizações estão previstas na metodologia das pesquisas e são implementadas periodicamente pelo instituto

"As pesquisas passaram por atualizações na seleção da amostra de empresas, ajustes nos pesos dos produtos e das atividades, além de alterações metodológicas, para retratar mudanças econômicas da sociedade", justificou o IBGE, em nota.

As séries históricas anteriores serão encadeadas com as novas através de ferramentas estatísticas que garantam séries temporais longas e consistentes, assegurou o órgão.

A amostra da Pesquisa Industrial Mensal contará com 8.596 empresas e 12.500 unidades locais. A quantidade de produtos pesquisados passará a 1.042 itens, sendo 789 para Brasil e mais 253 selecionados em função da relevância regional.

"Alguns produtos não selecionados para o Brasil podem ser escolhidos para alguma unidade da federação ou região. Por esse motivo, o conjunto de produtos que fazem parte do índice nacional é inferior ao do total pesquisado", explicou o instituto.

Deixaram a cesta de produtos pesquisados itens como máquinas de costura, antenas, maionese, gravador ou reprodutor de sinais, goma de mascar, jornais impressos sob encomenda, discos fonográficos. Por outro lado, foram incluídos refrescos, sucos e néctares de frutas prontos para consumo, peixes congelados, água de coco, aparelhos de GPS e robôs industriais, por exemplo.

Tânia Rêgo - ABr

Pesquisadores do IBGE: as atualizações na cesta de itens e pesos de produtos são necessárias por causa das mudanças de padrões de consumo

A PIM também trará a inclusão de três novos locais: Rio Grande do Norte, Maranhão e Mato Grosso do Sul.

"Até 2014, o critério era incluir estados que tivessem, pelo menos, 1% de valor de transformação industrial (VTI) de acordo com a PIA Empresa. Tivemos solicitações das secretarias estaduais e avaliamos que seria conveniente reduzir esse valor para 0,5% no VTI. Por isso, esses três estados foram incluídos para ter indicador industrial local", ressaltou o coordenador de Pesquisas Conjunturais em Empresas do IBGE, Flávio Magheli, em nota oficial.

No caso da Pesquisa Mensal de Serviços, a amostra contempla 11.124 empresas, e a Pesquisa Mensal de Comércio soma 5.653 empresas.

As atualizações na cesta de itens e pesos de produtos são necessárias por causa das mudanças de padrões de consumo, da evolução da tecnologia de produção, da estrutura da economia ao longo do tempo e do desenvolvimento evolutivo aplicado no processo de produção dos indicadores conjunturais, explicou Magheli.

A PMC trará uma alteração no âmbito da pesquisa para incluir as atividades de atacado especializadas em alimentos, os chamados atacarejos. "É uma mudança importante, porque são empresas que ganharam força durante a pandemia e ao incluí-las na pesquisa passamos a ter um retrato mais aprimorado da atividade de varejo e atacado de alimentos. Isso está relacionado às mudanças de consumo porque, em um ambiente de inflação e de queda da renda, as famílias passaram a consumir ou aumentar o volume de consumo nessas empresas classificadas como atacado", disse Magheli, na nota.

Na PMS, ganharam participação atividades como as de empresas de delivery, de aplicativos de transporte, streaming de música e de filmes e armazenamento em nuvem.

A PMS traz ainda uma ampliação do detalhamento setorial do plano tabular e foram atualizados deflatores para as regiões metropolitanas onde surgiram indicadores específicos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O subsetor de alojamento e alimentação passará a ter séries separadas para alojamento e outra para alimentação. Em serviços administrativos e complementares, haverá uma atividade de divulgação para serviços de apoio a atividades empresariais e outra -para aluguéis não imobiliários.

Em transportes, serviços auxiliares de transportes e correio, haverá abertura de dados para transporte rodoviário de carga, rodoviário de passageiros e outros segmentos de transportes terrestres. No grupamento classificado de outros serviços, serão feitas quatro aberturas: esgoto, gestão de resíduos, recuperação de matérias e descontaminação; atividades auxiliares de serviços financeiros; atividades imobiliárias; e outros serviços.

Quanto às mudanças em deflatores, haverá atualização nos utilizados em alguns grupamentos. Na PMS, por exemplo, o transporte rodoviário coletivo de passageiros sob fretamento usará como deflator um combinado entre ônibus público intermunicipal e interestadual do IPCA; o transporte rodoviário de cargas será deflacionado por pedágio e óleo diesel; operações de aeroportos passam a ser deflacionadas pelo IPCA de serviços, por exemplo.

Além disso, foram atualizados deflatores para as novas regiões metropolitanas incorporadas, como Rio Branco (AC), Campo Grande (MS), Aracaju (SE), Vitória (ES) e São Luís (MA), para as quais surgiram indicadores específicos de IPCA, informou o IBGE.

"Estamos aproveitando a atualização das pesquisas, para também atualizar os deflatores para esses locais. Antes, por exemplo, se deflacionavam as receitas do Espírito Santo com o deflator da RM (região metropolitana) do Rio de Janeiro", contou Magheli.

Segundo o coordenador do IBGE, não estão previstas novas atualizações neste ano de 2023 na modelagem de ajuste sazonal, uma vez que já foram feitas no ano passado.

No entanto, houve alteração na política de revisão das séries. Na PMC e PMS, havia uma política de revisar apenas o mês anterior ao de referência. Magheli explica que, quando há paralisação temporária ou mudanças internas nas equipes das empresas que atendem mensalmente o IBGE, e os dados deixam de ser informados temporariamente na página web de coleta da pesquisa, o protocolo é realizar uma imputação estatística. Se o fluxo normal de informações fosse restabelecido, o IBGE recebia o dado real, mas não fazia a correção das informações de meses passados.

"Agora teremos a possibilidade de corrigir mais meses, além do mês anterior ao de referência. No momento em que o fluxo de informação é restabelecido com a empresa, teremos até um ano para incorporar as novas informações para melhorar a série histórica", esclareceu Magheli.

CARBONO

Itaú Unibanco recebe aval do BC para ter fatia na Carbonplace

O Itaú Unibanco recebeu aprovação do Banco Central (BC) para aquisição de participação na Carbonplace, rede internacional para negociação de créditos de carbono criada por grandes bancos, de acordo com comunicado. A plataforma captou US$ 45 milhões em uma rodada estratégica de investimento com os nove bancos que fundaram a fintech: BBVA, BNP Paribas, CIBC, Itaú Unibanco, National Australia Bank, NatWest, Standard Chartered, SMBC e UBS.

A Carbonplace é a única plataforma de créditos de carbono formada exclusivamente por bancos. Cada um dos bancos possui participação societária igualitária na empresa. A constituição da joint-venture conta também com a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Os recursos do aporte serão utilizados para aprimorar o desenvolvimento da plataforma, que conectará compradores e vendedores de créditos de carbono ao redor do mundo. A conexão se dará por meio dos bancos sócios e usuários.

A sede da Carbonplace foi estabelecida em Londres, e a companhia passa agora a ser liderada pelo executivo Scott Eaton, que trabalha há mais de 30 anos com serviços financeiros.

Recentemente, Scott foi CEO da startup de automação de mercados de capitais Nivaura e, antes, CEO da fintech Algomi e diretor operacional (COO) da MarketAxess. Antes da MarketAxess, ocupou cargos seniores no ABN Amro, Royal Bank of Scotland, Deutsche Bank e UniCredit, onde foi chefe global de negociação em mercados emergentes.

À medida em que a sociedade passa a se interessar cada vez mais por alternativas sustentáveis e com a aceleração no processo de maturação desta indústria, a

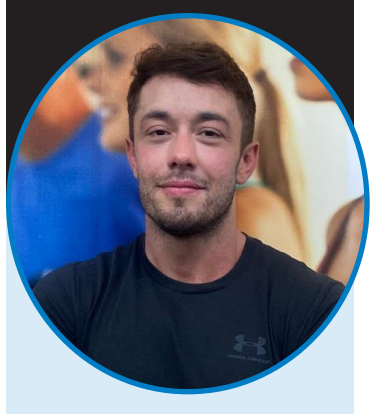
procura para a aquisição de veículos elétricos e híbridos também tem sido crescente. No Itaú Unibanco, o volume de crédito concedido em 2022 para financiamentos de veículos destas categorias cresceu 270% em um período de dois anos, se comparado com o ano de 2020.

Em relação a 2021, o banco também apresentou aumento de 22%, reforçando um movimento constante de alta. "Identificamos que o consumidor vem sendo impactado pelas vantagens dos modelos de veículos elétricos e híbridos, além, é claro, de uma conscientização cada vez maior das pessoas e da indústria por questões ambientais", afirma Rodnei Bernardino de Souza, diretor do Itaú Unibanco.

SAÚDE E BEM ESTAR

OBESIDADE: UMA DOENÇA SILENCIOSA

por
Marvin de Brito



Marvin de Brito é bacharel em educação física, especialista em natação adaptada e ministra aulas particulares, atuando como personal trainer. Faz parte do time de professores da rede de academias da Companhia Athletica.

MUITAS DAS VEZES associamos uma doença a algum tipo de vírus, aquele contato com alguém infectado por gripe, catapora, tuberculose e muitas outras doenças e que vai criando força no nosso organismo a ponto de nos deixarmos de cama e até mesmo uma ida ao hospital. É muito comum quando criança seguirmos um quadro de vacinas contra doenças que chegam até nós como infecção: Hepatite A e B, Rotavírus, Pneumocócica, Febre Amarela.....Ao todo, o número passa de 13 aplicações dos mais variados tipos de doenças.

NO MÊS DE ABRIL, precisamente no dia 4 de abril, temos um dia da conscientização mundial de uma doença silenciosa, que não adquirimos por meio de vírus e sim de maus hábitos alimentares, transtornos comportamentais, compulsão e uma sequência de comportamentos que de forma repetida nos leva a obesidade.

A FEDERAÇÃO MUNDIAL de Obesidade divulgou nessa quinta-feira, 2 de abril, o Atlas Mundial da Obesidade em 2023 com números que preocupam. O relatório voltado para doenças não transmissíveis indica que, 1 em cada 7 pessoas no mundo tem obesidade. O dado consegue ser ainda mais preocupante quando essa projeção é levada para o ano de 2035, onde indica que de 7 o número passa para 4 e quase dois bilhões da população convivera com a doença caracterizada pelo alo índice de gordura corporal.

QUANDO PENSAMOS na questão da obesidade o raciocínio mais rápido que nos vem é de uma pessoa acima do peso, alguém que precisa de reeducação alimentar e começar a praticar algum tipo de atividade física, mas a questão vai muito mais além disso. Estima se que no Brasil a taxa chega a 41% das pessoas com algum grau de obesidade, além do impacto na questão da saúde do brasileiro, estima-se que o impacto financeiro na saúde pode chegar a 14,7 bilhões de dólares em 2025 e de 19,2 bilhões em 2035. O impacto financeiro geral pode chegar a 75,8 bilhões de dólares em 2035.

O PROBLEMA SE AGRAVA quando a situação passa a se refletir em crianças. Segundo o novo Atlas, o número de crianças com obesidade pode dobrar até 2035 em relação aos números de 2020, o que significa que 400 milhões de crianças viverão com obesidade em 12 anos. A obesidade nos leva a outros tipos de agravantes no quesito saúde. A obesidade em alto nível traz outras complicações como diabetes, hipertensão, doença cardiovascular a aparecimento de cânceres, impacto na qualidade de vida e o risco precoce de morte.

ATÉ MESMO QUANDO estamos com nosso esquema de vacina em dia, não estamos livres de pegar uma gripe leve, ter contato com algum tipo de vírus e que ele nos ataque de forma mais branda sem grandes riscos para nossa saúde. A obesidade é uma doença que definitivamente pode ser evitada por hábitos que nos mesmos podemos colocar em prática. Uma dieta equilibrada para cada tipo de individuo, a prática regular de atividade física são os fatores principais de combate a essa doença tão silenciosa e preocupante.

O COMBATE A ESSA doença precisa vir da nossa força de vontade atrelado ao investimento em políticas públicas, que propaguem a importância do hábito de vida saudável, as consequências de que tais hábitos podem colocar nossa saúde em risco. Alimentos ultra processados, a taxação dessa informação para a ciência de quem os consome, a prática ordenada e orientada de exercício físico, espaços públicos que sejam atrativos e convidativos a alguma prática de atividade física, precisam estar inseridos em nosso cotidiano até que se torne um hábito e que toda a população tenha consciência dos benefícios de que uma vida saudável pode trazer.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

RISCO DE INVASÃO

China aumenta suas despesas militares e preocupa Taiwan

O ministro da Defesa de Taiwan alertou que visitas de funcionários de alto escalão de governos estrangeiros poderiam ser um catalisador para uma invasão

O ministro da Defesa de Taiwan alertou na segunda-feira (6) para um crescimento expressivo dos gastos militares da China em 2023, denunciando que Pequim poderia fazer uso da força para tomar o controle da ilha. No domingo, 5, os chineses anunciaram um aumento de 7,2% nas despesas militares - o maior dos últimos quatro anos -, totalizando 1,55 trilhão de yuans (R$ 1,16 trilhão). "Parece que o outro lado está se preparando para o uso da força, se necessário, no futuro", disse o ministro da Defesa de Taiwan, Chiu Kuo-cheng, aos deputados.

Taiwan vive sob constante ameaça de invasão da China, que considera a ilha governada democraticamente como parte de seu território. O governo chinês aumentou a pressão durante o ano passado, realizando grandes exercícios militares em torno de Taiwan em agosto, depois que a então presidente da Câmara dos EUA, Nancy Pelosi, visitou a ilha.

O ministro da Defesa de Taiwan também alertou que visitas de funcionários de alto escalão de governos estrangeiros poderiam ser um catalisador para uma invasão chinesa. "Eu acho que eles estão esperando por uma boa razão para enviar tropas, como visitas do alto escalão de outros países a Taiwan ou atividades muito frequentes entre nossos militares e os de outros países", disse Chiu Kuo-cheng.

Em meio ao clima de tensão, a presidente da ilha, Tsai Ing-wen, fará uma visita ao presidente da Câmara dos Estados Unidos, Kevin McCarthy, em abril na Califórnia. O encontro tem como objetivo acalmar a relação de ambos os países com Pequim. Tsai visitará também irá a Nova York, como parte de uma ampla viagem pelo continente americano.

Antes de se tornar presidente da Câmara, o republicano McCarthy havia dito que pretendia visitar Taiwan caso assumisse o posto, mas recuou da ideia diante da crescente tensão entre EUA e China, que ganhou novos contornos após o suposto balão de espionagem chinês sobrevoar o território americano em fevereiro. Na época, o incidente levou ao adiamento da visita do secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, a Pequim.

Em 2022, a visita da então presidente da Câmara dos EUA, Nancy Pelosi, à capital taiwanesa Taipei desagradou Pequim e desencadeou os maiores exercícios militares da China no Estreito de Taiwan em décadas, incluindo lançamento de mísseis sobre o território.

No segundo dia do Congresso Nacional do Povo, o evento político anual mais importante da China, comandantes do Exército da Libertação do Povo (PLA) afirmaram que o país deve fortalecer seus investimentos em combate urbano e melhorar sua capacidade estratégica e de logística para enfrentar dificuldades para tomar Taiwan - a ilha autogerida considerada território separatista por Pequim.

"As Forças Armadas chinesas devem melhorar rapidamente sua capacidade estratégica para realizar a reunificação nacional", disse o tenente-general do PLA, Ma Yiming, em um painel do Congresso que discutia questões de segurança. Ma, que também é deputado do Partido Comunista da China, foi até 2021 vice-chefe do Departamento de Estado-Maior Conjunto, o principal órgão de tomada de decisões chinês para as Forças Armadas. "A China deve fortalecer a pesquisa sobre questões específicas, como operações urbanas e apoio logístico", disse Ma na leitura oficial do painel de discussão.

O posicionamento beligerante ocorre um dia depois de o governo chinês anunciar na abertura do Congresso Nacional do Povo que aumentará os gastos militares em mais de 7,2% este ano e alertar para a elevação de ameaças em várias frentes, entre elas Taiwan, o Mar da China Meridional e a intensificação da rivalidade com os EUA.

"Devemos concentrar nossos esforços nos preparativos para a guerra, construir novos sistemas de treinamento e realizar inovações profundas em táticas de combate para garantir que possamos assumir missões urbanas em caso de emergência, como no caso de Taiwan", afirmou Zhang Youxia, vice-presidente do Comitê Militar Central, órgão do Congresso do Partido Comunista responsável por definir as diretrizes das Forças Armadas.

Os comentários de Zhang refletiram os do primeiro-ministro Li Keqiang em seu relatório de trabalho apresentado nesta segunda. "As Forças Armadas devem intensificar o treinamento militar e a preparação em todos os setores", disse Li, que também pediu o reforço da capacitação e coordenação no cumprimento de "grandes tarefas", embora não tenha detalhado quais seriam essas tarefas.

Pequim vê Taiwan como parte da China e nunca descartou o uso da força para retomar o controle como parte do "grande rejuvenescimento da nação chinesa" até 2049, ano do centenário do governo comunista da China A maioria dos países, entre eles os EUA, não reconhece a ilha autônoma como um Estado independente.

Um estudo apresentado no começo do ano no PLA Daily, uma espécie de Diário Oficial do Exército da Libertação do Povo e das Forças Armadas da China, citava o aumento de investimentos, desde 2015, em preparativos para a "guerra urbana" em Taiwan. "Criação de cidades fictícias altamente realistas construídas nas bases de treinamento da China incluíram estruturas semelhantes ao prédio do Gabinete Presidencial em Taipei e também o estudo do uso de drones na guerra urbana", afirmava o artigo. "Como uma parte importante do futuro campo de batalha, as cidades fornecem um novo campo para o uso em larga escala de forças de combate não tripuladas devido ao seu complexo ambiente social e condições de combate restritivas", diz o artigo.

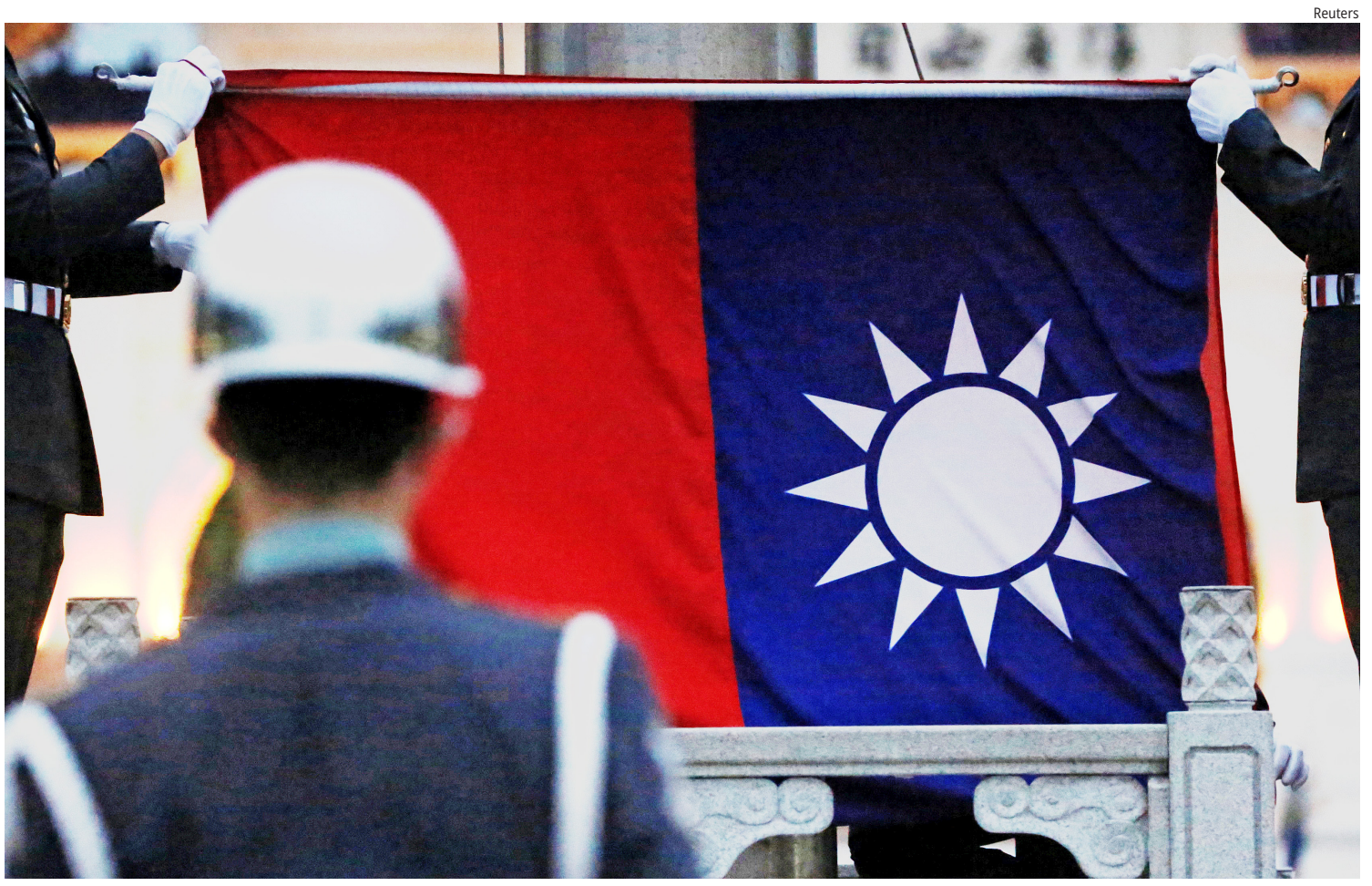
Na última década, o PLA "aumentou seu estudo, treinamento e preparação para futuras guerras urbanas", nas quais tem "experiência limitada", disse no ano passado um relatório do Instituto para o Estudo da Guerra, com sede nos EUA, no ano passado. A reunificação com Taiwan "poderia envolver combates intensos nas cidades taiwanesas, uma campanha pode arriscada que representa um desafio particular, dado que mais de 90% da população de Taiwan vive nas cidades", alertou o relatório.

Para analistas, a guerra urbana da Rússia na Ucrânia serviu como "lição fundamental para a China". "Os esforços contínuos do PLA para pesquisar e se preparar para o combate urbano podem ser vistos como parte de uma tendência global impulsionada pela experiência da Rússia em sua invasão da Ucrânia, onde as batalhas urbanas foram destrutivas e difíceis de vencer", disse à Associated Press James Char, especialista militar chinês da Universidade de Tecnologia de Nanyang, em Cingapura.

A China destinará 1,5 trilhão de yuans (US$ 225 bilhões) para sua Defesa em 2023. É o segundo orçamento militar mundial atrás do dos Estados Unidos, três vezes maior.

Outros países da região aumentaram seus orçamentos militares até 2023, como a Coreia do Sul (+4,4%) ou a Índia (+13%). O Japão acaba de revisar sua doutrina de defesa e pretende dobrar seu orçamento militar para 2% do PIB até 2027.

Reuters



Conflito: o posicionamento beligerante ocorre um dia depois de o governo chinês anunciar que aumentará os gastos militares em mais de 7,2% este ano

CONFLITO

Ministro da China faz duras críticas aos EUA

Na primeira coletiva de imprensa desde que assumiu o cargo, o ministro de Relações Exteriores da China, Qin Gang, criticou os EUA duramente na terça-feira (7) pela deterioração das relações bilaterais e apoio de Washington a Taiwan.

A política de Washington para a China "desviou-se totalmente da trilha racional e sólida", disse Qin a repórteres, às margens da reunião anual do legislativo do país. Segundo Qin, Washington "pretende conter e suprimir a China em todos os aspectos e colocar os dois países presos em um jogo de soma zero".

"O estabelecimento de grades de proteção e a não busca de conflitos significam simplesmente que a China não deve responder em palavras ou ações quando for caluniada ou atacada", disse Qin

"Se os EUA não pisarem no freio, mas continuarem acelerando no caminho errado, nenhuma grade de proteção poderá impedir o descarrilamento e certamente haverá conflito e confronto", diss. "Essa competição é uma jogada imprudente, sendo que os interesses fundamentais dos dois povos e até mesmo o futuro da humanidade estão em jogo."

O linguajar áspero de Qin parece desafiar previsões de que a China abandonaria sua agressiva diplomacia de "lobo guerreiro" e assumiria uma postura mais moderada, uma vez que as relações bilaterais atingiram uma baixa histórica em questões como comércio e tecnologia, Taiwan, direitos humanos e invasão da Ucrânia pela Rússia.

Na coletiva, Qin também relacionou a guerra russo-ucraniana à polêmica em torno de Taiwan. "Por que os EUA pedem à China que não forneça armas para a Rússia, enquanto continua vendendo armas para Taiwan?" questionou o ministro. "O tratamento indevido da questão de Taiwan abalará os próprios alicerces das relações entre China e EUA," acrescentou.

As reservas internacionais da China caíram mais do que o esperado em fevereiro em meio à desvalorização do yuan ante o dólar, segundo dados publicados pelo PBoC, como é conhecido o banco central chinês. No fim de fevereiro, as reservas da segunda maior economia do mundo totalizavam US$ 3,133 trilhões, representando queda de US$ 51,3 bilhões em relação a janeiro. Analistas consultados pelo The Wall Street Journal previam recuo menor das reservas no mês passado, de US$ 24 bilhões.

Já as exportações da China continuaram a cair em janeiro e fevereiro, como reflexo da menor demanda global por produtos do país. Nos dois primeiros meses do ano, os embarques recuaram 6,8% na comparação anual, após a queda de 9,9% registrada em dezembro, segundo a Administração Geral de Alfândegas da China. O resultado foi melhor do que a queda de 9,0% estimada por economistas consultados pelo Wall Street Journal.

O órgão divulga dados conjuntos de janeiro e fevereiro para eliminar distorções do feriado do Ano-Novo Lunar, que caiu em janeiro neste ano. No mesmo bimestre, as importações chinesas caíram 10,2%, ante queda de 7,5% em dezembro e do recuo de 5,1% esperado pelos economistas.

O superávit em janeiro e fevereiro foi de US$ 116,88 bilhões, ante US$ 78,01 bilhões em dezembro. Os economistas estimavam superávit de US$ 84 bilhões.

TETO DA DÍVIDA

Fed pode elevar ritmo de altas dos juros

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, indicou que a autoridade monetária poderá ampliar o ritmo de aumento de juros se a "totalidade dos dados" assim justificar. Os comentários constam em discurso preparado para as sessões nas quais o banqueiro central participa na terça-feira, 7, e na quarta-feira, 8, no Congresso dos Estados Unidos. "Os indicadores econômicos mais recentes vieram mais fortes do que o esperado, o que sugere que o nível final das taxas de juros provavelmente será mais alto do que o previsto anteriormente", ressaltou o presidente do Fed. Powell reconheceu que a inflação arrefeceu nos Estados Unidos nos últimos meses, mas sinalizou que o processo de retorná-la à meta de 2% deve ser "acidentado". "A restauração da estabilidade de preços provavelmente exigirá que mantenhamos uma postura restritiva da política monetária por algum tempo", destacou. O presidente do Fed afirmou que os indicadores recentes reverteram a tendência de esfriamento que a atividade econômica vinha registrando. Segundo ele, o movimento reflete parcialmente os efeitos de um inverno mais quente que o esperado. "Ainda assim, a amplitude da reversão, juntamente com as revisões do trimestre anterior, sugere que as pressões inflacionárias estão mais altas do que o esperado no momento de nossa reunião anterior do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC)", afirmou ele, durante discurso no Comitê Bancário do Senado dos EUA. Powell acrescentou que o mercado de trabalho americano permanece "extremamente apertado", com a taxa de desemprego no menor nível desde 1969. "Levará tempo, no entanto, para que todos os efeitos da contenção monetária sejam percebidos, especialmente sobre a inflação", ressaltou. O banqueiro central afirmou ainda que já é possível identificar os efeitos do aperto monetário na demanda nos setores da economia mais sensíveis aos juros. "Levará tempo, no entanto, para que todos os efeitos da contenção monetária sejam percebidos, especialmente sobre a inflação", pontuou. O presidente do Federal Reserve disse ainda que a autoridade monetária não busca elevar o índice de desemprego nos Estados Unidos, mas realinhar a oferta e a demanda no país para baixar a inflação de volta à meta de 2% ao ano. "Estamos elevando os juros para desacelerar a economia dos EUA", disse. "Não estamos tentando elevar o desemprego, mas realinhar a oferta e a demanda", acrescentou. Powell afirmou que o Fed tem ciência de que suas ações de aperto monetário têm efeito defasado e que está monitorando os impactos na economia dos EUA para as próximas decisões de subida de juros no país. "Consideramos que o efeito do aperto ainda não foi totalmente sentido ao subir juros", disse, reafirmando que os juros terminais nos EUA poderão ser bem maior do que previmos em dezembro. O presidente do Federal Reserve reforçou o pedido para que o Congresso aprove o aumento do teto da dívida do país. Ao ser questionado por senadores norte-americanos disse, porém, que não quer desempenhar um papel em questões políticas. "Mas, no final das contas, só há uma solução para esse problema: o Congresso. O que quer que aconteça, acontecerá. Mas o Congresso realmente precisa aumentar o teto da dívida" .

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

MONITORAMENTO

AGU garante que não será omissa sobre o combate à desinformação

A nova procuradoria vai monitorar notícias falsas e distorções sobre instituições ou políticas públicas e acionar a Justiça sempre que identificar danos ao funcionamento da democracia

O advogado-geral da União, Jorge Messias, defendeu na terça-feira (7) que a Advocacia-Geral da União (AGU) tenha papel mais proativo no combate à desinformação e aos ataques contra a democracia. "Não seremos omissos", afirmou ele em evento de comemoração pelos 30 anos do órgão, em Brasília.

Após os ataques de 8 de janeiro, quando as sedes dos Três Poderes foram invadidas e depredadas, Messias promoveu o que chamou de "rearranjo de atribuições" dentro da AGU, criando a Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia.

A competência declarada da nova procuradoria é monitorar notícias falsas e distorções sobre instituições ou políticas públicas e acionar a Justiça sempre que identificar danos ao funcionamento da democracia.

"Sim, senhoras e senhores, a AGU decidiu fazer sua parte, no limite de suas competências, e se juntar às demais instituições no combate às mentiras deliberadas que pretendem levar à ruína os alicerces que sustentam o Estado Democrático de Direito", disse Messias. "Decidimos que não seremos omissos."

Ele lembrou que a implementação da nova procuradoria encontra-se ainda em fase de debate com outros agentes públicos e a sociedade civil, por meio do grupo de trabalho que discute a regulamentação do novo órgão. Messias disse que a AGU manterá "a consciência de que nosso papel é fortalecer as liberdades públicas, em especial a da livre expressão e de imprensa".

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), louvou a iniciativa. Ele avaliou que os episódios de 8 de janeiro fazem parte de um movimento articulado e disse ser fundamental combater aqueles que manipulam os cidadãos e financiam iniciativas antidemocráticas.

"É fundamental que se busque a responsabilização e que a AGU tenha este braço de defesa de democracia e de responsabilização de quem atente contra ela", afirmou o ministro.

Gilmar Mendes defendeu uma regulação rápida das redes sociais, de modo que as plataformas também possam arcar com sua parte da responsabilidade. "É fundamental que nós inclusive aproveitemos a janela de oportunidade que o 8 de janeiro nos abriu para discutir com absoluta franqueza a necessidade de mudança na legislação."

O ministro disse estar "absolutamente convencido de que é urgente a disciplina das redes sociais". "É fundamental que, naquele cardápio de medidas que já estão previstas na legislação, como não divulgação de notícias que atentem contra a moral, bons costumes, divulgação de pedofilia, ou de outras situações criminosas, que também se insira a defesa da democracia", defendeu o ministro.

Gilmar destacou a importância de ações que discutem a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet seja julgada em breve pela Corte. O magistrado destacou que essa questão "talvez seja a mãe de todas as batalhas". O dispositivo estabelece que as plataformas só podem ser responsabilizadas por conteúdos de terceiros se deixarem de atender a uma ordem judicial de remoção. Uma audiência pública sobre o tema foi marcada no STF para o dia 28 de março.

O ministro citou o caso da Alemanha na regulação das redes sociais como um exemplo de que é possível fixar parâmetros para a atuação das plataformas sem violação da liberdade de expressão

Antes da fala de Gilmar, o advogado-geral da União, Jorge Messias, enfatizou a criação da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD) para atuar no combate à desinformação e aos ataques às instituições democráticas. Gilmar elogiou a medida e afirmou que é fundamental responsabilizar não só os "zumbis" que participaram dos atos golpistas de 8 de janeiro, mas também aqueles que os incentivaram.

O evento em comemoração aos 30 anos da AGU segue até quarta-feira (8) com painéis sobre o papel do órgão na defesa da democracia e na transição ecológica, entre outros temas. A programação completa e as transmissões ao vivo podem ser encontradas no portal especial criado para o evento.

Joédson Alves - ABr

O ministro da Advocacia Geral da União (AGU), Jorge Rodrigo Araújo Messias, durante abertura da cerimonia de comemoração dos 30 anos do órgão

INVESTIGAÇÃO

PF procura três por atos golpistas em nova fase da operação

A Polícia Federal (PF) abriu na manhã de terça-feira, 7, mais uma etapa da Operação Lesa Pátria para prender três investigados por ligação com os atos golpistas que devastaram as dependências do Planalto, Supremo e Congresso no dia 8 de janeiro. Agentes ainda cumprem oito mandados de busca e apreensão. As diligências são realizadas em Minas Gerais e Paraná.

Trata-se da sétima etapa ostensiva da investigação que apura crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

As investigações tramitam sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A primeira fase da Lesa Pátria, no dia 20 de janeiro, prendeu cinco suspeitos de participação, incitação e financiamento nos atos golpistas. Entre eles "Ramiro dos Caminhoneiros", Randolfo Antonio Dias, Renan Silva Sena e Soraia Baccio.

Na segunda etapa da força-tarefa, policiais prenderam, em Uberlândia (MG), o extremista Antônio Cláudio Alves Ferreira, filmado destruindo um relógio histórico no Palácio do Planalto.

A terceira fase da operação prendeu cinco pessoas, incluindo a idosa Maria de Fátima Mendonça, de 67 anos, que viralizou ao dizer em um vídeo que ia "pegar o Xandão" - numa alusão ao ministro Alexandre de Moraes.

SUBSTITUIÇÃO

Cármen diz que ter sido advogado de Lula não compromete indicação

A ministra do Superior Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, afirmou que a indicação de Cristiano Zanin, advogado pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à Corte Suprema não deve ser comprometida pela relação do candidato com o Executivo. Para a ministra, o foco da escolha é encontrar alguém que preencha os requisitos exigidos na Constituição Federal.

"Como juíza integrante de um Poder Judiciário, de um dos poderes da República, eu respeito (a possível indicação de Zanin) desde que cumprida a Constituição: notável saber e reputação ilibada, além da idade, que é a exigência constitucional. O presidente da República tem o direito de escolher e de cumprir a sua atribuição de ser a autoridade competente para essa indicação do ministro do Supremo com absoluto respeito à decisão que for tomada. Eu não acho que a circunstância de ser um advogado que foi advogado dele (Lula) ou conhecido dele de alguma forma comprometa o indicado ou eventual novo ministro", disse durante entrevista ao programa do Roda Viva, na TV Cultura

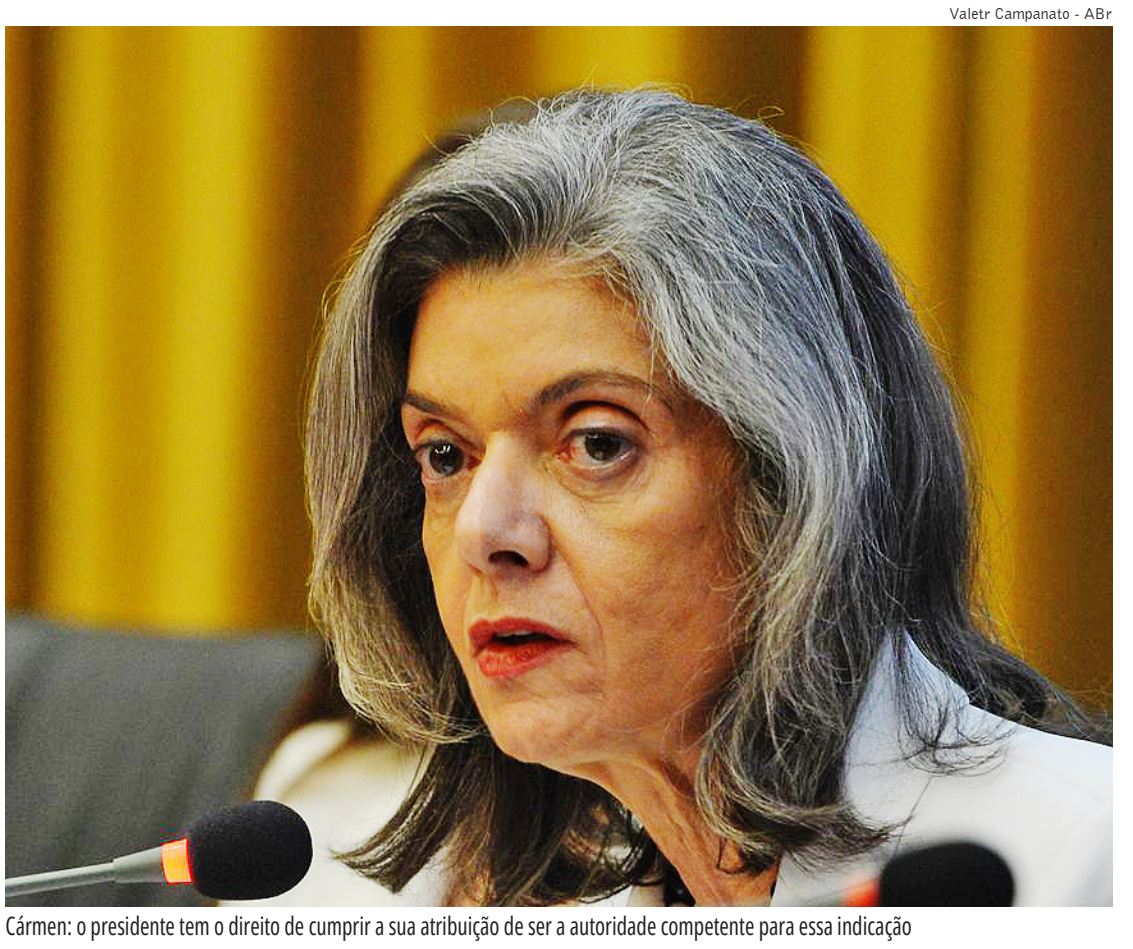
Para justificar sua opinião, Cármen citou nomes de outros ministros que tinham proximidade com ex-presidentes e atuam de forma positiva no cargo como o juiz Gilmar Mendes, que foi advogado-geral da União no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e o juiz Dias Toffoli, advogado-geral da União no governo Lula. Na época em que foi indicado, Toffoli foi visto como um nome do Partido dos Trabalhadores no STF.

"A circunstância de passar pelo Executivo ou pela ligação com os próprios advogados, desde sempre, de alguma forma macula o candidato ou indicado. Eu não acho que isso seja uma discussão que passe senão pelo que tem de passar: a Constituição está sendo comprida? Eu acho que também não se pode, de repente, fazer uma configuração tal que excluam algumas pessoas porque foram advogados deste ou daquele. Não acho que isso de alguma forma comprometa", disse.

Zanin é o mais cotado para substituir o ministro Ricardo Lewandowski, que se aposenta compulsoriamente até maio, quando completará 75 anos. Enquanto isso, Lula lida com o embate ético de sugerir à Corte o nome de um aliado próximo. O petista, durante a campanha eleitoral, afirmou mais de uma vez que nunca "indicou um amigo" para o STF durante seus dois primeiros mandatos, fazendo uma crítica à escolha ex-presidente Jair Bolsonaro, que indicou o ex-ministro da Justiça André Mendonça para uma das vagas.

Durante as eleições presidenciais, Zanin atuou como coordenador jurídico da campanha de Lula e foi um articulador de encontros do petista em sua residência, com reuniões com os ex-governadores de Goiás Marconi Perillo (PSDB) e José Eliton (PSB) - ambos também são clientes de Zanin - e com economista e professor da Universidade de Columbia Jeffrey Sachs. Após a vitória de Lula, o advogado participou do grupo de transição e foi responsável pela elaboração de um relatório sobre a área de Cooperação Jurídica Internacional.

Valetr Campanato - ABr



Cármen: o presidente tem o direito de cumprir a sua atribuição de ser a autoridade competente para essa indicação

ASSINATURAS

Juristas pedem expropriação de terras de quem explora trabalho

Após o resgate de mais de 200 trabalhadores em situação semelhante à escravidão em vinícolas do Sul do país, a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia quer a expropriação dessas terras e o confisco dos bens das empresas, como prevê o Artigo 243 da Constituição Federal. O entendimento é o de que, além de sofrer no bolso, os responsáveis – diretos ou indiretos – devem responder criminalmente por isso.

Um manifesto público foi divulgado e conta, até o momento, com centenas de assinaturas. Para Ney Strozake, da Associação de Juristas pela Democracia, é preciso que a Salton, a Aurora e a Garibaldi assumam a responsabilidade por terem contratado uma empresa terceirizada para a colheita das uvas.

"Não dá para dizer que a empresa que contratava a empresa terceirizada não sabia. Como não sabia? Quem controla a sua propriedade, quem determina como será feita a colheita são as empresas Santon, Garibaldi e Aurora. Como assim não sabia? Afinal de contas estava prestando serviço para você."

A ideia é levar as assinaturas para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, e para o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. O Ministério Público do Trabalho propôs um acordo, que deve ser assinado nos próximos dias. A três empresas disseram que estão colaborando com as autoridades.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

FISCALIZAÇÃO

Receita já monitorava as viagens do ministro antes da apreensão de joias

Bento Albuquerque esteve na Índia, nos EUA e na Áustria, para a conferência anual do setor elétrico. Em 2021, o ritmo voltou a acelerar, mesmo com as restrições impostas pela covid-19

A agenda de viagens internacionais do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e de sua comitiva já era alvo de monitoramento por auditores da alfândega antes mesmo da apreensão das joias de R$ 16,5 milhões, em 2021. A intensidade dos compromissos fora do País - dez viagens para o exterior em um único ano - já havia chamado a atenção dos órgãos de fiscalização.

A reportagem fez um levantamento sobre todos os compromissos oficiais de Bento Albuquerque registrados em sua agenda como ministro, desde que assumiu o cargo, em janeiro de 2019, até deixá-lo, em maio de 2022, em meio às pressões de Bolsonaro para intervir no preço da Petrobras.

Os dados mostram que as viagens do almirante só cessaram em 2020, por causa da pandemia. Em 2019, foram dez viagens ao exterior, englobando Israel, Estados Unidos, Argentina, Japão, China, Áustria, França e Espanha. Em alguns compromissos, o então ministro acompanhou Jair Bolsonaro. Em outros, seguiu com sua comitiva para eventos ligados ao setor de minas e energia.

Em 2020, com a crise sanitária, o número de viagens caiu consideravelmente, resumindo-se a três compromissos. Bento Albuquerque esteve na Índia, nos EUA e na Áustria, para a conferência anual do setor elétrico. Em 2021, o ritmo voltou a acelerar, mesmo com as restrições impostas pela covid-19. Naquele ano, Bento Albuquerque participou de seis encontros internacionais. Passou por EUA, Áustria, Rússia, Inglaterra e Emirados Árabes. Foi em 2021 que o então ministro fez a visita à Arábia Saudita.

Antes de voltar ao Brasil, em 26 de outubro de 2021, e tentar entrar no País de forma ilegal com as joias dadas a Bolsonaro e à então primeira-dama Michelle Bolsonaro pelo regime saudita, Bento Albuquerque teve compromissos por quatro dias, incluindo encontro com o príncipe Abdulaziz bin Salman Al-Saud, ministro de Energia da Arábia Saudita, e o príncipe Mohammed bin Salman.

Foi na despedida desta viagem que um representante do regime árabe apareceu com os presentes para Bolsonaro. No mês seguinte, em 19 de novembro, quando a Receita já havia retido as joias, Bento Albuquerque falou por telefone com o ministro de Energia da Arábia Saudita. Em 22 de novembro, participou de encontro no Ministério das Relações Exteriores, com o embaixador Carlos França. Três dias depois, fez reunião com o ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino da Arábia Saudita.

Em nota, o Itamaraty disse que "está averiguando eventual gestão junto à Receita Federal no caso e contribuirá para seu esclarecimento". A embaixada da Arábia Saudita no Brasil não havia se manifestado até a noite de ontem.

As relações estreitas que o governo Bolsonaro mantinha com o regime saudita envolveram anúncios de acordos bilionários feitos diretamente pelo então presidente brasileiro e por Mohammed bin Salman, o príncipe herdeiro da Arábia Saudita.

Dois anos antes de a comitiva de Bento Albuquerque deixar a Arábia Saudita com as joias, presentes que seriam entregues ao casal Bolsonaro, o presidente brasileiro esteve em Riade para celebrar acordos de US$ 10 bilhões (R$ 51,7 bilhões no câmbio atual).

Em 29 de outubro de 2019, Bolsonaro celebrou a assinatura de acordo que previa o investimento bilionário no Brasil, por meio do Fundo de Investimento Público saudita, que exploraria "oportunidades em parceria com o governo brasileiro".

Na ocasião, o governo Bolsonaro disse que a Arábia Saudita era o principal parceiro do Brasil no Oriente Médio. O volume de intercâmbio comercial havia atingido US$ 4,42 bilhões em 2018. Tratava-se, também, do maior fornecedor de petróleo do Brasil, tendo suprido 33% do total importado do produto em 2018.

Marcelo Casal Jr. - ABr

Bento: em alguns compromissos, o então ministro acompanhou Jair Bolsonaro. Em outros, seguiu com sua comitiva

RETORNO INCERTO

Flávio Bolsonaro convoca apoiadores para volta do pai e depois recua

Em meio às revelações de que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tentou trazer ilegalmente para o Brasil joias ofertadas pelo governo da Arábia Saudita, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) anunciou nas redes sociais que o pai retornaria ao Brasil no dia 15 de março, mas recuou e apagou a mensagem pouco tempo depois.

O recado, porém, levou seguidores do ex-presidente a convocarem uma manifestação para recepcioná-lo no aeroporto. "Acabou a espera. Bolsonaro vem aí no dia 15 de março", escreveu Flávio no Twitter.

Após apagar a postagem, o senador pediu desculpas e afirmou que a data de 15 de março é "provável, mas não confirmada ainda".

"Peço desculpas pela postagem anterior, deve ser a saudade grande! Na verdade a data de retorno do nosso líder @jairbolsonaro no dia 15/março era provável, mas não confirmada ainda. Assim que houver uma data definitiva ele mesmo divulgará, tá ok", escreveu Flávio no Twitter.

O grupo bolsonarista Aliança Pelo Brasil também apagou post que fez convocando apoiadores para receberem o ex-presidente em uma grande manifestação.

O caso das joias sauditas congelou por ora a estratégia do PL de fazer uma recepção especial para Bolsonaro e iniciar um tour de viagens pelo Brasil.

O inquérito aberto na segunda-feira, 6, pela Polícia Federal (PF) para investigar o caso das joias trazidas ilegalmente para o Brasil por uma comitiva do governo Bolsonaro vai correr em sigilo na Delegacia Especializada de Combate a Crimes Fazendários da superintendência da corporação em São Paulo.

Os investigadores têm 30 dias para concluir o inquérito, mas o prazo pode ser prorrogado se houver necessidade. Umas das primeiras medidas da investigação deverá ser o depoimento de integrantes da comitiva que trouxe as joias da Arábia Saudita.

O inquérito foi aberto por determinação do Ministério da Justiça O ministro Flávio Dino citou "lesões a serviços e interesses" da União.

As joias foram apreendidas pela Receita Federal em outubro de 2021, quando um então assessor do Ministério das Minas e Energia tentou passar pela alfândega do aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, sem declarar as peças. O conjunto com colar, brincos, relógio e anel da marca suíça Chopard é avaliado em R$ 16,5 milhões.

O ex-ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, admitiu que sua comitiva trouxe o que seria "presente" do regime da Arábia Saudita para a então primeira-dama Michelle Bolsonaro, mas alegou que ninguém sabia o que tinha dentro dos pacotes, porque eles estavam fechados.

O governo Bolsonaro escalou três ministérios (Relações Exteriores, Minas e Energia e Economia) para tentar recuperar as joias, que seguem retidas pela Receita Federal.

Também na segunda-feira, o Ministério Público Federal (MPF) pediu que a Receita encaminhe "todas as informações disponíveis" sobre a entrada das joias no Brasil. O órgão afirma que recebeu apenas um "relato simples" sobre a apreensão e que a denúncia só feita na última sexta-feira.

MARCAS DE VIOLÊNCIA

Vereadora Yanny Brena e namorado Rickson Pinto morreram por asfixia

Os laudos cadavéricos concluídos na segunda-feira, 6, pela Perícia Forense do Ceará apontam que a causa das mortes da presidente da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, Yanny Brena (PL), e do namorado, Rickson Pinto, foi asfixia. A informação é da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

A principal linha de investigação do caso é que Yanny Brena teria sido vítima de feminicídio pelo namorado. Ainda segundo a Polícia Civil, Rickson teria atentado contra a própria vida em seguida. A Delegacia de Defesa da Mulher de Juazeiro do Norte está a frente das investigações. Cerca de 20 pessoas já foram ouvidas.

"A SSPDS reforça que a Polícia Civil aguarda receber outros laudos solicitados à Pefoce sobre o local de crime e de imagens de câmeras de segurança, além do laudo de pesquisa de substâncias em amostras de sangue e urina. A unidade segue realizando diligências e oitivas no intuito de elucidar os fatos. Mais informações serão repassadas em momento oportuno para não comprometer os trabalhos policiais em andamento", diz nota divulgada pela pasta.

O corpo de Yanny Brena tinha marcas de violência. A empregada doméstica que trabalhava para o casal foi a primeira pessoa a encontrar os corpos. Os dois estavam de mãos dadas. Yanny Brena teria terminado o namoro com o empresário Rickson Pinto poucos dias antes do casal ser encontrado morto.

Yanny Brena Alencar Araújo era médica e foi a primeira mulher a presidir a Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, no primeiro mandato como vereadora. Ela era irmã do deputado federal Yury do Paredão (PL). Já Rickson Pinto era de Natal (RN) e namorado de Yanny Brena desde 2020. O jovem tinha uma filha de um relacionamento anterior e já havia sido preso por porte ilegal de arma de fogo. Ele também participava de vaquejadas e postava registros dos eventos nas redes sociais.

A médica faria 27 anos na sexta-feira, apenas dois dias depois do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 699 mulheres foram vítimas de feminicídio só contando o primeiro semestre de 2022 — o dá em média quatro casos por dia. Nos últimos quatro anos, o número de feminicídio cresceu 10,8% apenas na comparação entre os primeiros semestres.

Sob forte comoção de familiares e amigos, o corpo de Yanny foi enterrado na manhã de sábado no Cemitério Parque Anjo da Guarda, também em Juazeiro do Norte. Houve antes uma celebração religiosa. Durante o enterro, foram jogadas pétalas de rosas de um helicóptero.

Reprodução - Instagram

O corpo de Yanny Brena tinha marcas de violência

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

CORTE NOS GASTOS

Castro vai propor ao governo Lula a revisão do plano de recuperação

A principal variável de ajuste para eventual revisão do Plano de Recuperação seria no pagamento das parcelas da dívida com a União, já que o Rio deveria pagar em torno de R$ 4 bilhões em 2023

O governo do Estado do Rio vai propor ao Ministério da Fazenda uma revisão do Plano de Recuperação Fiscal, firmado com a União em junho do ano passado, conforme as novas regras do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O principal argumento do governo fluminense para conseguir o pleito é que a renúncia de arrecadação provocada pela redução forçada do ICMS sobre combustíveis - medida adotada pelo governo Jair Bolsonaro (PL) em meio às pressões inflacionárias do ano passado - deixou o plano desequilibrado.

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), abriu as discussões sobre o assunto na terça-feira, 7, quando visitou Brasília para uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em nota na qual anunciou a agenda de Castro, o governo fluminense disse que, durante o encontro, o governador tratou da "revisão dos pontos-chave do Regime de Recuperação Fiscal". "O assunto é fundamental para garantir o equilíbrio das contas públicas e manter o estado do Rio de Janeiro em crescimento", diz a nota.

A principal variável de ajuste para eventual revisão do Plano de Recuperação seria no pagamento das parcelas da dívida com a União. Desde sua primeira versão, aprovada em 2017, o princípio geral do RRF é oferecer suspensão e/ou alongamento nos prazos de pagamento da dívida dos Estados em troca de medidas de cortes de gastos públicos.

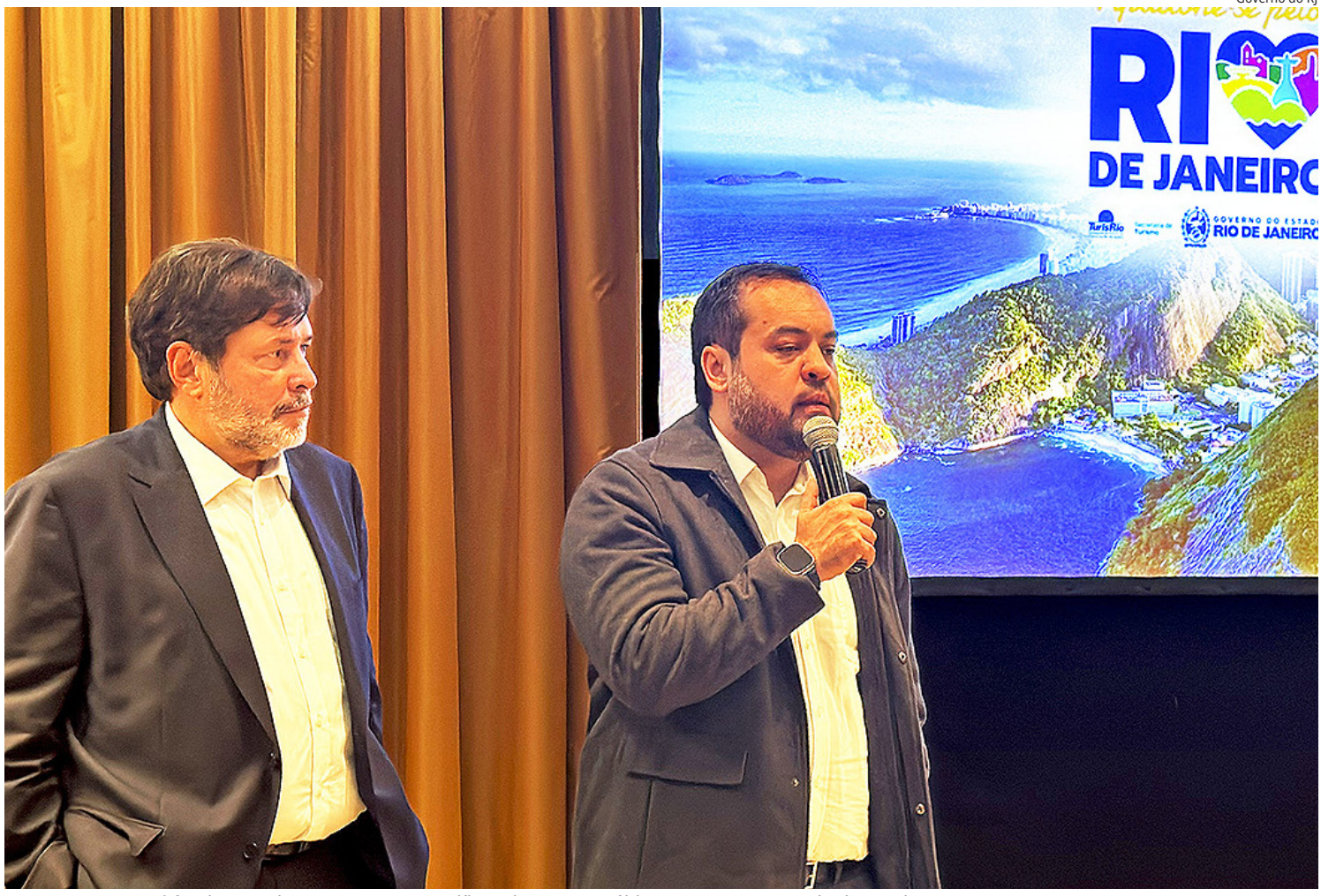
Pelo plano de adesão no novo RRF, firmado no ano passado, o Rio deveria pagar em torno de R$ 4 bilhões da dívida com a União em 2023, segundo uma fonte que pediu para não se identificar. Essa fonte reconheceu que eventuais adiamentos nos prazos de pagamento dessas parcelas seriam a principal forma de revisar o plano, mas ressaltou que não há nada definido. A reunião de terça-feira foi uma "discussão inicial", diante de mudanças no "cenário de receitas" e da "necessidade de investimentos". O objetivo é "discutir o plano no longo prazo".

Conforme a nota divulgada pelo governo fluminense, o governador Castro também aproveitou a reunião com Haddad para entregar ao ministro a Carta dos Governadores, documento elaborado pelo Consórcio de Governadores dos Estados do Sul e do Sudeste (Cosud), que organizou seu encontro anual, no Rio, na semana passada. Conforme o governo fluminense, a carta "tem como temas centrais o apoio à reforma tributária, a revisão da dívida dos estados e a ampliação do debate no âmbito do Pacto Federativo".

No sábado, 4, último dia do encontro anual do Cosud, Castro criticou as condições financeiras das dívidas dos Estados com a União. "Uma atividade econômica importante da União hoje é agiotar os Estados. E devia ser apoiar os Estados. E não estou falando de governo A, B ou C. Estou falando de todos os governos que por lá passaram, de todas as matizes partidárias diferentes. Há uma lógica equivocada infelizmente. Quando a União, faz parte do orçamento dela, agiotar o Estado, sinceramente, tem alguma coisa errada", afirmou o governador do Rio, no sábado, 4.

Presente ao encerramento do evento, o ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, reconheceu que há necessidade de se debater sobre o endividamento dos Estados e sobre a compensação por perdas de receita, mas frisou que a discussão precisa combinar também responsabilidade socioambiental e responsabilidade fiscal, caso contrário poderia "deteriorar o ambiente macroeconômico no País".

Governo do RJ



Castro: o assunto é fundamental para garantir o equilíbrio das contas públicas e manter o estado do Rio de Janeiro em crescimento nos proximos anos

ESFORÇO

Governo de São Paulo repassa R$ 46 milhões para incentivar a vacinação em todo o Estado

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou na terça-feira, 7, o repasse de R$ 46,6 milhões para os 645 municípios paulistas para auxiliar no esforço de imunização da população. A divulgação foi feita durante o lançamento da campanha Vacina 100 Dúvidas e a inauguração do Museu da Vacina, localizado no Parque da Ciência do Butantan, primeiro deste tipo na América Latina.

"A cobertura vacinal já foi superior a 90% e caiu nos últimos anos. Vamos usar todos os canais, a logística, o esforço e o apoio financeiro para fazer com que essa cobertura vacinal aumente", disse o governador.

Segundo ele, a prioridade é alcançar altos níveis de cobertura vacinal, sobretudo das doses que compõem o calendário básico. Com relação aos pequenos, o foco é imunizar todas as crianças, principalmente as que têm até um ano. Também haverá medidas de incentivo e esclarecimento da população sobre a eficácia e segurança das vacinas, além dos riscos de adoecimento e morte das pessoas não vacinadas.

"Queremos voltar a ter o Estado de São Paulo liderando o ranking de cobertura vacinal e sendo orgulho para todos nós", disse o secretário de Estado da Saúde de São Paulo, Eleuses Paiva.

De acordo com o governo estadual, a campanha Vacina 100 Dúvidas vai contemplar anúncios em portais noticiosos, mídia exterior, redes sociais e em emissoras de rádio durante todo o mês de março.

No site, que também foi criado, é possível conferir as cem principais dúvidas sobre vacinação encontradas em buscadores da internet.

A cobertura vacinal no Estado de São Paulo está assim: BCG: 79,3%, Meningo C: 75,5%, Pentavalente: 74%, Poliomielite: 74,4%, HPV: Para meninas, 78,1% para primeira dose e 59,6% para segunda dose; em meninos 58,4% para primeira dose e 39,2% para segunda dose, Febre Amarela: 64%, Varicela: 76,1% e Tríplice Viral: 76,1% para primeira dose e 62,6% para segunda dose.

Também na terça-feira, foi inaugurado o Museu da Vacina. Localizado no Parque da Ciência do Butantan, o local conta com mais de 550 metros quadrados e oferece diversas atividades interativas. Ele será aberto ao público a partir de quarta-feira, 8.

Durante a visita, o público poderá visualizar as etapas da realização de uma pesquisa científica de uma vacina, conhecer as plataformas tecnológicas vacinais, o funcionamento do sistema imune e de memória imunológica do corpo humano, a reação do organismo vacinado, entre outras atividades interativas.

"O Instituto Butantan trabalha com educação, ensino e difusão do conhecimento desde a sua fundação. É nosso quinto museu. É resultado de vários anos que a instituição tem se dedicado à construção do conhecimento e difusão da ciência", disse Esper Kallas, diretor do Instituto Butantan.

Ao todo foram investidos R$ 13 milhões. Os recursos vieram do Instituto Butantan e de uma empresa parceira no desenvolvimento de imunizantes. Ele fica na Avenida Vital Brasil, 1.500 – Butantã e funciona de terça a domingo, das 9h às 16h45.

Os ingressos custam R$ 6 por adulto e R$ 2,50 para estudantes. As crianças de até 7 anos, idosos e alunos de escolas públicas em grupo agendado e pessoas com deficiência não pagam.

Rogério Cassimiro - Governo do Estado de SP

Tarcísio de Freitas: "a cobertura vacinal já foi superior a 90%. Vamos usar todos os canais para fazer com que essa cobertura vacinal aumente"

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

BAIXADA

Conferência Municipal de Saúde de Duque de Caxias será nos dias 24 e 25

Com o tema central "Garantir e Defender o SUS, a Vida e a Democracia: Amanhã Vai Ser Outro Dia", o evento acontecerá na Unigranrio Afya Duque de Caxias, no Auditório Wilson Chagas de Araújo, no Jardim 25 de Agosto.

A Prefeitura de Duque de Caxias, por meio do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde, realizará, nos dias 24 e 25 de março, a 20ª Conferência Municipal de Saúde.

A Conferência, que tem como tema central "Garantir e Defender o SUS, a Vida e a Democracia: Amanhã Vai Ser Outro Dia", acontecerá na Unigranrio Afya Duque de Caxias - no Auditório Wilson Chagas de Araújo - localizado na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1.160 - Jardim 25 de Agosto.

Como determina o Regimento Interno da 20ª Conferência Municipal de Saúde de Duque de Caxias, as inscrições acontecem no período de 27 de fevereiro a 17 de março de 2023, ou até que todas as vagas sejam preenchidas.

Foi o que aconteceu nesta segunda-feira (06/03), quando o número de vagas colocadas à disposição pela organização foram totalmente preenchidas, através do link divulgado para as inscrições de forma on-line.

Aqueles que não conseguiram fazer a inscrição on-line, têm a possibilidade de fazer, de forma presencial, das 11h às 12h, do dia 24 de março de 2023, no local do evento, caso haja desistências ou sobra de vagas, de acordo com cada segmento. Mais informações deverão ser obtidas através do e-mail <comsadc.sms@gmail.com> ou pelo telefone (21) 2773-6318.

A Conferência Municipal de Saúde acontece a cada quatro anos e tem como objetivo reunir representantes de diversos grupos da sociedade, como gestores municipais, profissionais da saúde e população usuária dos serviços de saúde do município. Para os dois dias do encontro, estão programadas pautas importantes da saúde pública, abordando a saúde como direito, a consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o financiamento adequado e suficiente para o SUS, além das ações que buscam garantir a existência do sistema de saúde e o fácil acesso da população a ele. Também serão eleitos os delegados que representarão o município na etapa estadual da Conferência de Saúde.

CIDADE MARAVILHOSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS S.A.
CNPJ/MF nº 09.611.669/0001-94 - NIRE 33.3.0033913-2

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 2/03/23: 1. Data, Hora e Local: Em 2/03/23, às 15 horas, por meio de videoconferência, considerada realizada na sede social da Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A. ("Companhia"), localizada na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua General Bruce, nº 551, Parte, São Cristóvão, CEP 20.921-030. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação prévia em face da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa**: Presidente: Gabriel Silva Lobo Leite; e Secretário: Rodrigo Cardozo Martins. **4. Ordem do Dia**: Nos termos do artigo 59, da Lei n° 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), deliberar sobre: 4.1. a realização, pela Companhia, de sua 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, no valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Emissão" e "Notas Comerciais Escriturais", respectivamente), nos termos dos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26/08/21 ("Lei nº 14.195"), as quais serão objeto de distribuição pública, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13/07/22, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta") e do "*Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, da Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Notas Comerciais Escriturais, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n° 36.113.876/0001-91 ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos interesses dos titulares das Notas Comerciais Escriturais ("Titulares das Notas Comerciais Escriturais"), e o Grupo de Moda SOMA S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, nº 154, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.285.590/0001-08, como interveniente anuente ("Fiadora" e "Termo de Emissão", respectivamente); 4.2. a delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias e/ou convenientes à realização, formalização, efetivação, implementação, administração e/ou aperfeiçoamento das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, objetivando a Emissão e a Oferta, incluindo, mas não se limitando a: **(1)** contratar a instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com a finalidade de coordenar e proceder à distribuição pública das Notas Comerciais Escriturais, nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários") e da Resolução CVM 160 ("Coordenador Líder"), podendo, para tanto, negociar e assinar o respectivo instrumento de contratação e eventuais alterações; **(2)** contratar os demais prestadores de serviço para realização da Oferta, que incluem, mas não se limitam ao Agente de Liquidação (conforme abaixo definido), ao Escriturador (conforme abaixo definido), ao Agente Fiduciário, ao assessor legal, à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações; **(3)** negociar e definir os termos e as condições adicionais específicos das Notas Comerciais Escriturais e da Emissão; **(4)** negociar e celebrar todos os documentos relativos às Notas Comerciais Escriturais e à Oferta, incluindo, mas não se limitando, **(a)** ao Termo de Emissão; **(b)** ao "*Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão da Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, a Fiadora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); bem como, **(c)** os eventuais aditamentos aos instrumentos acima mencionados e todos e quaisquer outros documentos a eles acessórios, correlatos e necessários para a devida formalização e efetivação da Emissão e da Oferta; e **(5)** registrar a Oferta perante a CVM, a B3 e aos demais órgãos competentes, conforme aplicável; e 4.3. a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores, em relação à Ordem do Dia acima. **5. Deliberações**: Após leitura, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia acima, sem qualquer oposição, ressalva, restrição ou protesto, foram aprovadas as seguintes deliberações, por unanimidade:**5.1** A realização da Emissão, pela Companhia, nos termos dos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195 e da Resolução CVM 160, com as seguintes principais características e condições, as quais serão detalhadas e reguladas no Termo de Emissão: **1. Valor Total da Emissão**: O valor total da Emissão será de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão"); **2. Número de Séries**: A Emissão será realizada em série única; **3. Número da Emissão**: A Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais da Companhia; **4. Quantidade**: Serão emitidas 300.000 (trezentas mil) Notas Comerciais Escriturais; **5. Valor Nominal Unitário**: As Notas Comerciais Escriturais terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **6. Data de Emissão**: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais Escriturais será aquela prevista no Termo de Emissão ("Data de Emissão"); **7. Prazo e Data de Vencimento**: Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos do Termo de Emissão, as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de 550 (quinhentos e cinquenta) dias corridos, contados da Data de Emissão, vencendo-se em data a ser prevista no Termo de Emissão ("Data de Vencimento"); **8. Procedimento de Distribuição**: As Notas Comerciais Escriturais serão objeto de distribuição pública, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais Escriturais, a ser prestada pelo Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição e serão destinadas exclusivamente à subscrição por investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11/05/21, conforme alterada ("Investidores Profissionais" e "Resolução CVM 30", respectivamente); **9. Local de Emissão**: Para todos os fins e efeitos legais, o local de emissão das Notas Comerciais Escriturais será a cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro; **10. Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização**: As Notas Comerciais Escriturais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com os procedimentos da B3. Caso qualquer Nota Comercial Escritural venha ser integralizada em data diversa e posterior à primeira data de integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização; **11. Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**: As Notas Comerciais Escriturais serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3. As Notas Comerciais Escriturais serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Comerciais Escriturais custodiadas eletronicamente na B3; **12. Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Notas Comerciais Escriturais**: As Notas Comerciais Escriturais serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais Escriturais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Notas Comerciais Escriturais e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais Escriturais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Titular de Notas Comerciais Escriturais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais Escriturais; **13. Escriturador**: O escriturador da Emissão é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 7, Sala 201, Condomínio Mario Henrique Simonsen, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Escriturador"); **14. Agente de Liquidação**: O Agente de Liquidação da Emissão é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 7, Sala 201, Condomínio Mario Henrique Simonsen, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente de Liquidação"); **15. Fiança**: Para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e, se aplicável, dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), multas, indenizações, penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como a remuneração do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação e Escriturador e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Titulares de Notas Comerciais Escriturais em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão ("Valor Garantido"), bem como o cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Companhia nos termos do Termo de Emissão, a Fiadora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, de forma solidária com a Companhia, perante os Titulares de Notas Comerciais Escriturais, representados pelo Agente Fiduciário, como principal pagadora, nos termos dos artigos 818 e 822 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil" e "Fiança", respectivamente). A Fiança é outorgada, pela Fiadora, desde a Data de Emissão até o pagamento integral do Valor Garantido. Nos termos do Termo de Emissão, a Fiadora renuncia expressamente aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 836, 837, 838, 839 e 844 todos do Código Civil, e nos artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16/03/15, conforme alterada ("Código de Processo Civil"); **16. Amortização do Valor Nominal Unitário**: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate das Notas Comerciais Escriturais e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, o pagamento do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais será realizado integralmente, em um único ato, na Data de Vencimento; **17. Atualização Monetária**: O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente; **18. Remuneração**: Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente do *spread* ou sobretaxa equivalente a 1,69% (um inteiro e sessenta e nove centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Início de Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), de acordo com a fórmula a ser prevista no Termo de Emissão; **19. Indisponibilidade da Taxa DI**: Observado o disposto no Termo de Emissão, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas no Termo de Emissão, será utilizado, em sua substituição, para apuração do "TDI_k", a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia quanto pelos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável; **20. Repactuação Programada**: As Notas Comerciais Escriturais não serão objeto de repactuação programada; **21. Oferta de Resgate Antecipado**: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais, endereçada a todos os Titulares de Notas Comerciais Escriturais, sendo assegurada a todos os Titulares de Notas Comerciais Escriturais igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais Escriturais por eles detidas, de acordo com os termos e as condições a serem previstos no Termo de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"); **22. Resgate Antecipado Facultativo**: Não será admitido o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Notas Comerciais Escriturais; **23. Amortização Extraordinária Facultativa**: Não será admitida a amortização extraordinária facultativa das Notas Comerciais Escriturais; **24. Aquisição Facultativa**: Observadas as normas aplicáveis, a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Notas Comerciais Escriturais, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo Titular de Notas Comerciais Escriturais vendedor por valor igual, inferior ou superior ao Valor Nominal Unitário. A Companhia deverá fazer constar das demonstrações financeiras da Companhia referidas aquisições. As Notas Comerciais Escriturais adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CVM 160. As Notas Comerciais Escriturais adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração aplicável às demais Notas Comerciais Escriturais; **25. Local de Pagamento**: Os pagamentos referentes às Notas Comerciais Escriturais e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos do Termo de Emissão serão realizados (i) no que se refere a pagamentos correspondentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração e aos Encargos Moratórios, e com relação às Notas Comerciais Escriturais que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (ii) para as Notas Comerciais Escriturais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Escriturador, na sede da Companhia, conforme o caso; **26. Encargos Moratórios**: Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer valor devido aos Titulares de Notas Comerciais Escriturais nos termos do Termo de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, incidirão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios"); **27. Classificação de Risco**: Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* às Notas Comerciais Escriturais; **28. Direito de Preferência**: Não haverá direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Notas Comerciais Escriturais; **29. Fundo de Liquidez e Estabilização**: Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou contrato de estabilização de preços para as Notas Comerciais Escriturais; **30. Fundo de Amortização**: Não será constituído fundo de amortização para a Emissão; **31. Vencimento Antecipado**: Observado o disposto no Termo de Emissão, poderão ser declaradas vencidas todas as obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, devendo o Agente Fiduciário, assim que ciente, comunicar em até 1 (um) Dia Útil de tal fato, através de notificação à Companhia, na ocorrência das hipóteses a serem previstas no Termo de Emissão ("Eventos de Inadimplemento"); **32. Destinação dos Recursos**: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão serão utilizados para (i) investimento nas operações da Companhia; e (ii) reforço e composição de caixa da Companhia; e **33. Demais Condições**: As demais características da Emissão e da Oferta constarão no Termo de Emissão. **5.2** A delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias e/ou convenientes à realização, formalização, efetivação, implementação, administração e/ou aperfeiçoamento das deliberações aqui consubstanciadas, objetivando a Emissão e a Oferta, incluindo, mas não se limitando a: **(1)** contratar o Coordenador Líder, podendo, para tanto, negociar e assinar o respectivo instrumento de contratação e eventuais alterações; **(2)** contratar os demais prestadores de serviço para realização da Oferta, que incluem, mas não se limitam ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, ao Agente Fiduciário, ao assessor legal, à B3, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações; **(3)** negociar e definir os termos e as condições adicionais específicos das Notas Comerciais Escriturais e da Emissão; **(4)** negociar e celebrar todos os documentos relativos às Notas Comerciais Escriturais e à Oferta, incluindo, mas não se limitando, **(a)** ao Termo de Emissão; **(b)** ao Contrato de Distribuição; bem como, **(c)** os eventuais aditamentos aos instrumentos acima mencionados e todos e quaisquer outros documentos a eles acessórios, correlatos e necessários para a devida formalização e efetivação da Emissão e da Oferta; e **(5)** registrar a Oferta perante a CVM, a B3 e aos demais órgãos competentes, conforme aplicável; e **5.3** A ratificação de todos os atos já praticados, pela Diretoria da Companhia e/ou pelos procuradores por esta nomeados, relacionados às deliberações acima tomadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 2/03/23. **MESA**: Gabriel Silva Lobo Leite - **Presidente;** Rodrigo Cardozo Martins - **Secretário. ACIONISTA**: **GRUPO DE MODA SOMA S.A.** Nome: Gabriel Silva Lobo Leite - Cargo: Diretor Financeiro e de RI; Nome: Rodrigo Cardozo Martins - Cargo: Diretor Executivo. Jucerja nº 5353519 em 03/03/2023.

GRUPO DE MODA SOMA S.A.
CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08 - NIRE 33.3.0031538-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 1º/03/23: 1. Data, Horário e Local: 1º/03/23, às 14 horas, por videoconferência, considerada realizada na sede do Grupo de Moda SOMA S.A. ("Companhia"), nos termos do art. 19 do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselheiros"), nos termos do parágrafo único do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa**: Presidente: Marcel Sapir; Secretária: Fernanda Lessa Barreto de Freitas. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar acerca das seguintes matérias**: 4.1.** o voto a ser proferido pela Companhia, na qualidade de acionista da Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF"), sob o nº 09.611.669/0001-94 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o Número de Identificação do Registro de Empresas – NIRE 33.3.0033913-2 ("Emissora"), na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora que deliberará sobre a aprovação de sua 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública ("Emissão" e "AGE da Emissora", respectivamente); **4.2.** a constituição e a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória, na forma de fiança, no âmbito da Emissão, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora, obrigando-se a Companhia, de forma irrevogável, irretratável e solidária com a Emissora, como fiadora, pelo pagamento do Valor Garantido, com a renúncia expressa, pela Companhia, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil"), e nos artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16/03/15, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), conforme definido no "*Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, da Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente Fiduciário") e a Companhia ("Termo de Emissão"), nos termos dos artigos 818 e 822 do Código Civil ("Fiança"); **4.3.** a delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias e/ou convenientes à realização, formalização, efetivação, implementação, administração e/ou aperfeiçoamento das deliberações tomadas nesta Reunião do Conselho de Administração, objetivando a Emissão e a constituição da Fiança, incluindo, mas não se limitando a: **(1)** negociar e definir os termos e as condições adicionais específicas da Emissão e da Fiança; **(2)** negociar e assinar todos os documentos necessários à formalização da Emissão e da Fiança, incluindo, mas não limitando: **(a)** ao Termo de Emissão; e **(b)** ao "*Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão da Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora, a Companhia e o Banco Bradesco BBI S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93 ("Contrato de Distribuição"), bem como os eventuais aditamentos aos instrumentos acima mencionados e todos e quaisquer outros documentos a eles acessórios, correlatos e necessários para a devida formalização e efetivação da Emissão e da Fiança, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia; e **4.4.** a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores, em relação à Ordem do Dia acima. **5. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia e depois de avaliados os materiais submetidos aos Conselheiros, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: **5.1.** Orientar que o voto a ser proferido pela Companhia, na AGE da Emissora, seja no sentido de aprovar a Emissão; **5.2.** Aprovar a constituição e a outorga, pela Companhia, da Fiança, com a renúncia aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 836, 837, 838, 839 e 844 todos do Código Civil, e nos artigos 130, 131 e 794 do Código de Processo Civil, de acordo com os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão; **5.3.** Aprovar a delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias e/ou convenientes à realização, formalização, efetivação, implementação, administração e/ou aperfeiçoamento das deliberações aqui consubstanciadas, objetivando a Emissão e a constituição da Fiança, incluindo, mas não se limitando a: **(1)** negociar e definir os termos e as condições adicionais específicos da Emissão e da Fiança; **(2)** negociar e assinar todos os documentos necessários à formalização da Emissão e da Fiança, incluindo, mas não limitando: **(a)** ao Termo de Emissão; e **(b)** ao Contrato de Distribuição, bem como os eventuais aditamentos aos instrumentos acima mencionados e todos e quaisquer outros documentos a eles acessórios, correlatos e necessários para a devida formalização e efetivação da Emissão e da Fiança, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia; e **5.4.** Aprovar a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores, relacionados às deliberações acima tomadas. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. Rio de Janeiro, 1º/03/23. Mesa: Marcel Sapir - **Presidente;** Fernanda Lessa Barreto de Freitas - **Secretária.** Conselheiros: Marcel Sapir; Fabio Hering; Roberto Luiz Jatahy Gonçalves; Marcello Ribeiro Bastos; Maria Laura Tarnow; Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho; Gisela Dantas Rodenburg. Jucerja nº 5352815 em 03/03/2023.

BOTANA EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ: 01.924.625/0001-02 - NIRE: 33.6.00324807

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS DA BOTANA EMPREENDIMENTOS LTDA REALIZADA EM 5 DE FEVEREIRO DE 2023. Aos cinco dias do mês de fevereiro de 2023, reuniram-se os únicos sócios da BOTANA EMPREENDIMENTOS LTDA, **MONICA DA COSTA CASTELO BRANCO DA CRUZ,** brasileira, casada, decoradora, portadora da identidade nº 07709987-7, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 013.623.297-38, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Dick Farney, 115, Barra da Tijuca, CEP 22.793-293 e **JOSÉ CASTELO BRANCO DA CRUZ**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade nº. 04368857-1, expedida pelo IFP/RJ, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 46.664 e no CPF sob o nº. 198.674.503-10, residente e domiciliado na Rua Dick Farney, nº. 115, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e deliberaram pela redução do capital da sociedade de R$ 4.080.000,00 (quatro milhões e oitenta mil reais) para R$ 100.000,00 (cem mil reais), em virtude da não concretização da integralização do imóvel, abaixo transcrito, situado na Rua Dick Farney 115, (antigo Rua 03, lote 5 da quadra "E" do PA 37.049), no valor de R$ 3.980.000,00 (três milhões, novecentos e oitenta mil reais), face a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro não ter DEFERIDO a isenção total do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, conforme DECISÃO exarada no Processo de nº 04.450439/2022 e por ser o capital social da empresa "**excessivo em relação ao objeto social da sociedade"**. Nada mais havendo a tratar deram por encerrada essa Reunião de Sócios. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2023. Sócios: Monica da Costa Castelo Branco da Cruz e Jose Castelo Branco da Cruz.

CONCESSÃO DE LICENÇA

NEWVIEW 37 GESTÃO PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES LTDA. - CNPJ 45.002.852/0001-56, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo EIS-PRO-2023/00062.01 a Licença Municipal Prévia - LMP Nº 2023/00006 com vencimento até 03/03/2027 para Construção de Edificação Residencial Multifamiliar na Rua Almirante Tamandaré, Nºs 52 - 54 - Flamengo - Rio de Janeiro / RJ.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

ULTRAPROCESSADOS

Pesquisa analisa identificação de aditivos em rótulo de alimentos

Estudo foi realizado pelo Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Há falhas e inconformidades em listas de ingredientes

Estudo do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) em parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) examinou o uso e a rotulagem de aditivos alimentares em diversos produtos disponíveis nos supermercados brasileiros. A pesquisa identificou falhas e inconformidades nas informações presentes nas listas de ingredientes.

No trabalho, foram analisados rótulos de 9.856 alimentos e bebidas, constatando que um quinto dos itens não continha qualquer aditivo alimentar, enquanto um quarto apresentava seis ou mais em sua formulação. Além disso, verificou-se a existência de agrupamentos de aditivos que se repetiam em diferentes grupos de alimentos, especialmente nos ultraprocessados. Mesmo em situação de regularidade, foi possível comprovar a insuficiência de informações sobre os ingredientes na embalagem.

Segundo a pesquisa, os aromatizantes, por exemplo, representam uma das categorias de aditivos nas quais se identificaram mais pontos falhos, tanto na sua descrição quanto na sua conformidade com a legislação.

De acordo com a norma brasileira, não é necessário declarar o nome de cada substância que compõe o aroma, sendo suficiente identificar sua classificação como "natural", "idêntico ao natural" ou "artificial". Porém, em diversos casos, encontrou-se apenas a menção a "aromatizantes" ou "aromas" na descrição do item, o que sugere que há nesses produtos uma mistura de aditivos não identificados nem tipificados.

A professora associada do Departamento de Nutrição Aplicada e do Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde do Instituto de Nutrição da Uerj, Daniela Canella, conta que alguns alimentos não contêm aditivos alimentares na lista de ingredientes, mas são compostos por alimentos que tipicamente os contêm.

"Ao ingerir esse produto, o indivíduo está exposto a uma combinação de aditivos sem saber. Isso acontece com frequência em refeições ou lanches prontos: pizza, lasanhas, massas recheadas, sanduíches e salgados, entre outros", afirmou Daniela, orientadora do estudo.

"Do ponto de vista da informação ao consumidor, a embalagem não informa suficientemente para que as pessoas possam tomar decisões. O ideal seria que na lista de ingredientes da pizza congelada, quando aparece, por exemplo, o item presunto, abrir um parênteses para incluir todos os componentes do presunto", acrescentou a professora.

Os aditivos são geralmente utilizados em alimentos e bebidas ultraprocessados e são adicionados intencionalmente durante a fabricação, processamento, preparação, tratamento, embalagem, armazenagem, transporte ou manipulação, sem o propósito de nutrir, mas visando a modificar as características físicas, químicas, biológicas ou sensoriais do produto.

"Os ultraprocessados são formulações industriais feitas com pouco ou nenhum alimento in natura ou minimamente processado. Eles precisam dos aditivos para que fiquem palatáveis e para durar nas prateleiras", explicou a pesquisadora.

No Brasil, o uso desses aditivos é regulado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que se fundamenta também em critérios apoiados por regulamentações regionais, como as do Mercosul, e em sugestões emitidas em âmbito mundial por comitês de especialistas da Organização Mundial de Saúde e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Porém, segundo o estudo, apesar de diversos aditivos alimentares serem autorizados, seus efeitos sobre a saúde do consumidor vêm sendo questionados por especialistas.

"Questionar esses efeitos torna-se ainda mais importante quando se nota uma variação na condição de consumo dessas substâncias, pois, na prática, elas não são consumidas isoladamente, mas combinadas a outros aditivos, seja em um mesmo alimento ou em alimentos consumidos ao longo de um dia. Sendo assim, esse problema deve ser considerado crítico em um cenário de crescimento da ingestão de alimentos e bebidas ultraprocessados", explicou a professora.

De acordo com a pesquisadora, os ultraprocessados estão relacionados a uma série de doenças crônicas, como obesidade, doença cardiovascular, diabetes, câncer, doença inflamatória intestinal.

"A minha recomendação é a mesma do Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde: evite o consumo de ultraprocessados, prefira os alimentos in natura e minimamente processados e analise a lista de ingredientes".

O artigo sobre a pesquisa foi publicado em fevereiro na Revista de Saúde Pública, periódico científico editado pela Universidade de São Paulo (USP). O trabalho foi iniciado no âmbito do doutorado da aluna de Nutrição da Uerj Vanessa Montera e, na sequência, surgiu a parceria com o Idec que estava conduzindo pesquisa sobre rotulagem de alimentos e construindo um banco de dados extenso com mais de 10 mil produtos encontrados em supermercados.

DIVERSIDADE

EcoRodovias quer ter 50% de mulheres em cargos de confiança até o ano de 2030

Metade do quadro de colaboradores da EcoRodovias, um dos maiores grupos de infraestrutura rodoviária do país, é composto por mulheres. O que antes era raro no setor, está cada vez mais comum: mulheres na operação de rodovias, em cargos de liderança na engenharia e em posições de diretoria de diversas áreas. A EcoRodovias agora busca essa mesma equidade entre os cargos mais altos da companhia e definiu como meta chegar em 2030 com 50% das posições de liderança ocupadas por mulheres. Em 2020 elas eram 26%, atualmente já são 30% da liderança.

"Diversidade é parte da estratégia da EcoRodovias. Atuamos em várias frentes que nos levaram a alcançar o equilíbrio de gênero entre a quantidade de funcionários, foi um momento de comemoração considerando, sobretudo, o setor em que a companhia atua. Agora buscamos a equidade nos cargos de liderança", comenta Aline Sant'Anna, Gerente de Desenvolvimento Organizacional da EcoRodovias. "Esse é um compromisso que temos o total envolvimento da alta liderança e do presidente da companhia. O engajamento deles tem feito a diferença para que consigamos ampliar o percentual de mulheres em liderança e promover o desenvolvimento do time", completa.

Entre as ações, estão programas de mentorias tanto para mulheres impulsionarem suas carreiras quanto para líderes homens quebrarem barreiras e lançarem um novo olhar para as contratações, além de serem aliados no desenvolvimento e promoção das mulheres de suas equipes. Ainda segundo Aline, esse ano, a companhia está direcionando o Programa de Aceleração de Mulheres, composto por 30 vagas, para acelerar o desenvolvimento de mulheres nas posições de liderança que, além das mentorias dedicadas às profissionais com alto desempenho na organização, o programa contempla três encontros para desenvolvimento de habilidades interpessoais.

"A EcoRodovias me proporcionou um aprendizado que dificilmente seria possível alcançar em algum curso de graduação", avalia Liliane Costa Firmiano, Gerente de Atendimento ao Usuário da concessionária Ecosul, primeira mulher no Grupo a ocupar este cargo, tendo sido promovida em fevereiro deste ano. A trajetória de Liliane é emblemática para esta meta: desde 2008, ela passou por cinco diferentes posições, sendo promovida até chegar ao cargo de liderança e passar a ser responsável por administrar todo o serviço prestado na área operacional da concessionária, que envolve arrecadação de pedágio, tráfego, atendimento médico e mecânico, bem como central de controle de operações.

Além disso, a companhia mantém comitês para tratar de diversas frentes pela diversidade, incluindo gênero, com a realização de campanhas internas, palestras, mentorias, treinamentos e rodas de conversa com líderes da alta gestão, colaboradores – inclusive de RH, e líderes que participam de contratações. As ações integram o programa de diversidade e inclusão da EcoRodovias, o "Caminho Para Todos", que atua em cinco frentes: gênero, raça, PCD, gerações e LGBTQIAP+.

A EcoRodovias também é signatária do Pacto Global da ONU, selando seu compromisso pela equidade de gênero, entre outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) traçados pela organização.

RIO DE JANEIRO/RJ
EDITAL ÚNICO DE LEILÃO
Edital Especial Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX
Lei Nº 9.514/97 e MP Nº 2.223/01

PAULO ROBERTO ALVES BOTELHO, Leiloeiro Oficial, inscrito na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob a matrícula JUCERJA **nº 62,** devidamente autorizado pela proprietária Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX, CNPJ/MF nº 00.655.522/0001-21, com endereço à Av. Duque de Caxias, s/nº, SMU, Brasília/DF, CEP: 70.630-902, tendo havido inadimplência de obrigações contratuais, garantidas pela alienação fiduciária dos imóveis abaixo relacionados e consolidada a posse dos mesmos ao credor fiduciário, pelo cumprimento do art. 26 da Lei. 9.514/97 e cumprindo o disposto no art. 27 da mesma lei, torna público que colocará a **Venda em Leilão Público, o seguinte bem imóvel**:

Imóvel: APARTAMENTO 204 do Bloco 2, do edifício situado na RUA TEIXEIRA FRANCO Nº 102, com direito a uma vaga de garagem , e sua correspondente fração ideal de 1/108, do respectivo terreno, que mede na totalidade: 9,97m de frente, à direita em 4 segmentos de: a)33,00m junto à Rua Teixeira Franco nº 104; b) 7,65m junto ao mesmo terreno da Rua Teixeira Franco nº 104; c) 10,89m junto ao terreno da Rua Teixeira Franco nº 106; d) 68,20m junto aos terrenos da Rua Teixeira Franco nº 108 e da Rua Itajubara nºs 54, 66, 78 e 92, à esquerda 100,50m, junto à Rua Teixeira Franco nº 96, e nos fundos 29,29m junto aos terrenos da Rua Itajubara nº 92 e da Rua Professor Lacê nº 417. Tudo de conformidade com a Matrícula Nº 60.932-A do Cartório do Sexto Serviço Registral de Imóveis - Castelo/RJ.

Anterior adquirente fiduciante (ex-mutuário): Sra. **FERNANDA GALDINO BARBOSA RIVERO,** militar, CI nº 10.608.025-2 DETRAN/RJ, expedida em 30/03/2006, CPF nº 084.208.927-69, filha de José André Barbosa e Lindalva Galdino Barbosa, e seu esposo LEONARDO RIVERO RIVERO, supervisor de vendas, CI nº 09.914.614-4 IFP/RJ, expedida em 09/04/1991, CPF nº 029.269.477-63, filho de João Rivero Rivero e Maria Lucia Alves de Menezes Rivero, Brasileiros, casados pelo regime da Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, realizado em 15/06/202, residentes e domiciliados na Rua Teixeira Franco, Nº 102, Bloco 2 APT 204, RAMOS, RIO DE JANEIRO/RJ, CEP:21060130.

1º leilão valor mínimo de venda: R$228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais), 2º leilão valor mínimo de venda: R$300.519,60 (Trezentos mil, quinhentos e dezenove reais e sessenta centavos), acrescidos de atualização até a data do leilão.

Datas dos leilões Públicos: 1º Leilão Público dia 17/03/2023, 2º Leilão Público dia 24/03/2023, ambos os leilões será às 11:00 horas.

Local: Os leilões serão realizados **exclusivamente ONLINE** no site do leiloeiro**: https://www.paulobotelholeiloeiro.com.br/**

Condições do leilão: a) o arrematante pagará no ato (A VISTA) o valor do arremate acrescido da comissão do leiloeiro (5%); b) o imóvel é vendido no estado em que se encontra, de: legalização, manutenção, conservação e ocupação; c) cabem ao arrematante às providências e despesas de transferência de propriedade e registro em Cartório, assim como de quaisquer débitos inclusive junto a Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Condomínio. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

Observação: Qualquer que seja o resultado dos leilões ficará extinta a dívida decorrente da operação de alienação fiduciária com o anterior adquirente fiduciante, observando o disposto no art. 27 e parágrafos da Lei 9.514/97.

Informações com o Leiloeiro: Avenida Rio Branco, 151 grupo 502 Centro - Rio de Janeiro – RJ, (21) 2508-7007 / (21) 2509-2147, (21) 98562-9550, paulobotelholeiloeiro@gmail.com.

N&N Assessoria e Consultoria Empresarial SS LTDA 61-3223-2205 ou 61-9.8434-4438 e com a POUPEX 61-3314-7753.

Rio de Janeiro/RJ, 15 de fevereiro de 2023.
PAULO ROBERTO ALVES BOTELHO
LEILOEIRO

MGPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF nº 15.226.325/0001-64 - NIRE 33209184849

REDUÇÃO DE CAPITAL - EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS - RE-RATIFICAÇÃO. DATA E HORÁRIO: 31 de agosto de 2022, às 17h00min. **LOCAL**: sede social localizada à Avenida Presidente Wilson, nº 231-501, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP nº 20.030.000. **CONVOCAÇÃO:** dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos sócios quotistas, nos termos do § 2º do art. 1.072 do Código Civil Brasileiro. **PRESENÇA**: presentes os sócios quotistas representando a totalidade do capital social. **MESA**: **ISABELA TEODORO DE ASSIS** - Presidente; **RAFAELA TEODORO DE ASSIS** - Secretária. **ORDEM DO DIA: "(...). DELIBERAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE**: **a)** Os sócios aprovam a alteração do endereço sede da sociedade, para constar como sede à Rua Professor Virgílio Pereira da Silva, nº 332/102, bairro Vinna Del Mar, CEP 36037.720, Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais; (...) **c)** Os sócios **aprovaram a redução do capital da sociedade em R$ 24.495.000,00 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil reais**) por excesso em relação ao objeto da sociedade, sendo **(i) R$10.000.000,00 (dez milhões de reais)** para amortização de prejuízo com a extinção 10.000 (dez mil) cotas de capital na totalidade, sendo 4.000 (quatro mil) cotas no valor de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) de titularidade do sócio **GERALDO PINHEIRO DE ASSIS,** 4.000 (quatro mil) cotas no valor de R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) de titularidade da sócia **MÁRCIA HELENA TEODORO DE ASSIS,** 500 (quinhentas) cotas no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) de titularidade da sócia **RAFAELA TEODORO DE ASSIS,** 500 (quinhentas) cotas no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) de titularidade da sócia **MARÍLIA TEODORO DE ASSIS,** 500 (quinhentas) cotas no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) de titularidade do sócio **FREDERICO TEODORO DE ASSIS,** 500 (quinhentas) cotas no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) de titularidade da sócia **ISABELA TEODORO DE ASSIS** e **(ii) R$ 14.495.000,00 (quatorze milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil reais)** com a extinção de 14.495 (quatorze mil, quatrocentas e noventa e cinco) cotas de capital, todas de titularidade dos sócios **GERALDO PINHEIRO DE ASSIS e MÁRCIA HELENA TEODORO DE ASSIS** na proporção de 50% (cinquenta por cento) cada**. (...)**. **LAVRATURA E LEITURA DA ATA**: Dada a palavra aos presentes e ninguém dela querendo fazer uso, foi encerrada a sessão para a lavratura desta ata, que, após, reaberta foi lida e por todos achada conforme, aprovada e assinada em 03 (três) vias de igual teor, pelo Presidente e Secretária. O instrumento de alteração contratual, refletindo as deliberações ora aprovadas, é firmado em ato apartado pelas partes nesta mesma data. Rio de Janeiro/RJ, 31 de agosto de 2022. Assinaturas: ISABELA TEODORO DE ASSIS, RAFAELA TEODORO DE ASSIS, respectivamente presidente e secretaria.

CHAMI EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ nº 34.125.641/0001-94

CONVOCAÇÃO: Convocamos os srs. acionistas para se reunirem em AGO/E, que será realizada no dia 27/03/2023 às 8 hrs, na Av. Vieira Souto, 320, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 - Prestação de Contas dos Administradores, Relatórios e Demonstrações em 31/12/2022; 2 - Destinação dos Resultados; 3 - Assuntos gerais. Comunicamos que se encontram à disposição dos srs. Acionistas, na sede social os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76 relativo ao exercício encerrado em 31/12/2022, bem com a mudança na publicação das demonstrações financeiras na central de balanços e no jornal Diário Comercial. Rio de Janeiro, 06/03/2023 - A Diretoria.

TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS. CNPJ/ME nº 33.041.062/0001-09 - NIRE nº 3330001651-1. **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2022. Data, Hora e Local:** Em 29 de novembro de 2022, às 14h, por meio videoconferência. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração, devidamente convocados. **Mesa:** Presidente: Patrick de Larragoiti Lucas; Secretária: Fernanda Bezerra. **Ordem do Dia: I.** Aprovar a eleição, para o mandato em curso que terminará em data coincidente com a Assembleia Geral Ordinária de 2023, da Sra. **Fernanda Ramos Dantas**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade n° 206.720 (OAB/SP), inscrita no CPF/ME sob o n° 290.242.528-73, residente e domiciliada em Valinhos - SP, com endereço profissional na Rua dos Pinheiros, n° 1.673, São Paulo - SP, para o cargo de Diretora sem designação especial da Companhia, cuja indicação foi previamente aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP por meio da Carta Homologatória Eletrônica nº 244/2022/CGRAJ/DIR1/SUSEP (Processo Susep nº 15414.630861/2022-46). A Diretora ora eleita declara estar desimpedida na forma da lei para o exercício do respectivo cargo e preencher as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021, tendo apresentado as respectivas declarações, as quais foram devidamente arquivadas na sede da Companhia. **II.** Designar a Diretora **Fernanda Ramos Dantas** para assumir as funções regulatórias de (i) responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/1998 e na Circular Susep nº 612/2020; (ii) responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes e (iii) responsável pelo zelo e cumprimento da Política de Conduta no Relacionamento com o Cliente, nos termos da Resolução CNSP nº 382/2020. **III.** Consignar, em razão das deliberações acima aprovadas e nos termos da Resolução CNSP nº 422/2021, os cargos e as funções dos membros da Diretoria da Companhia, sendo: **(i) Diretor Presidente:** Ricardo Bottas Dourado dos Santos (*responsável pelos controles internos previstos na Resolução CNSP 416/2021*); **(ii) Diretores Vice-Presidentes:** Igohr Schultz (*responsável pela área de tecnologia da informação*), Patrícia Quírico Coimbra e Reinaldo Amorim Lopes (*responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, responsável pela gestão da área técnica, responsável pelo registro de apólices e endossos em contas específicas, responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, responsável pelas relações com a SUSEP e responsável pelo compartilhamento padronizado de dados e serviços de que trata a Resolução CNSP n° 415/2021*); e **(iii) Diretores sem designação especial:** Alessandra Maia Marinho Basile (*responsável administrativo-financeiro*), Alessandro Vicente Cogliatti (*responsável pelo cumprimento das disposições previstas na Resolução CNSP n° 383/2020*), Fernanda Ramos Dantas (*responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/1998 e na Circular Susep n° 612/2020, responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes e responsável pelo zelo e cumprimento da Política de Conduta no Relacionamento com o Cliente, nos termos da Resolução CNSP n° 382/2020)*, Gustavo Kohn Giometti, Luciano Macedo de Lima, Marcelo Suman Mascaretti e Solange Zaquem Thompson Motta. **IV.** Consignar que a remuneração global e anual dos administradores foi fixada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30.03.2022. **V.** Consignar, em atendimento à Resolução CNSP nº 445/2022, que a Sra. **Carla Aparecida Devecchi** é a ouvidora da Companhia. **Deliberações:** Discutidas as matérias, foram as mesmas aprovadas pela unanimidade dos Conselheiros, sem quaisquer emendas ou ressalvas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos. **Assinaturas:** Patrick de Larragoiti Lucas, Presidente; Carlos Infante Santos de Castro, Domingos Carelli Netto e Renato Russo, Conselheiros; e Fernanda Bezerra, Secretária da Reunião. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2022. JUCERJA nº 00005356231 em 06/03/2023. Secretário Geral: Jorge Paulo Magdaleno Filho.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

EDUCAÇÃO

Vestibular: Prouni divulga resultado da primeira chamada dos classificados

O prazo para comprovar a documentação junto às instituições de ensino selecionadas vai até 16 de março. Na primeira seleção de 2023, serão ofertadas 288.112 bolsas, sendo 209.758 integrais e 78.354 parciais.

O Programa Universidade Para Todos (ProUni) divulgou na terça-feira, 7, o resultado da primeira chamada dos classificados. Para conferir a aprovação, o estudante deve acessar a página virtual do ProUni (https://acessounico.mec.gov.br/). O prazo para comprovar a documentação junto às instituições de ensino selecionadas vai até 16 de março. Na primeira seleção de 2023, serão ofertadas 288.112 bolsas, sendo 209.758 integrais e 78.354 parciais. Conforme o Ministério da Educação (MEC), ao todo, são 14.346 cursos de graduação de 995 instituições privadas de ensino superior em todos os Estados e no Distrito Federal.

No mesmo dia, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que permite ao estudante financiar um curso superior na rede privada, também abriu as inscrições, que vão até sexta-feira, 10. Desta forma, quem não desejar esperar pelo resultado da segunda chamada do ProUni, já pode se inscrever para participar do Fies. Quem tiver interesse em participar, basta entrar na página de seleção do programa.

O candidato que realizou as provas de 2022 e/ou de 2021 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) pode se inscrever no ProUni, sendo considerada, de acordo com o MEC, a edição do exame em que o estudante obteve melhor desempenho. Para participar, ele deve ainda ter atingido média de 450 pontos em cada matéria do Enem e não ter zerado na prova de redação. Os inscritos como treineiros no exame não podem concorrer.

Para obter uma bolsa integral em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, o candidato também deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para a bolsa parcial (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa da família.

"A pré-seleção dos inscritos ocorrerá de acordo com a classificação, que observará o limite das bolsas disponibilizadas por curso, turno e local de oferta da instituição, bem como por tipo de modalidade de concorrência, conforme indicado no ato da inscrição", disse o MEC.

Ainda segundo o ministério, neste ano, os Estados com os maiores números de bolsas ofertadas são: São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Bahia. Confira aqui a distribuição das bolsas integrais e parciais por Estado.

Criado em 2001, o Fies é uma forma de o estudante financiar um curso superior da rede privada e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), por meio do MEC e com taxa zero de juros. De acordo com o MEC, o financiado começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda, fazendo com que os encargos a serem pagos diminuam consideravelmente.

Pode se inscrever o candidato que tenha participado do Enem, a partir da edição de 2010 e tenha obtido média aritmética das notas nas provas igual ou superior a 450 pontos e nota superior a zero na redação.

Nesta modalidade, o aluno precisa ter renda familiar mensal bruta de até três salários mínimos por pessoa. O financiado começará a pagar as prestações respeitando o limite de renda, fazendo com que os encargos a serem pagos diminuam consideravelmente.

Orsati & Orsati Comércio de Rações e Produtos Veterinários S.A.

CNPJ 05.889.087/0007-13

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em Dezembro de 2021 (R$ Mil)

Balanço Patrimonial	Dez/21
Ativo/Circulante	**19.019**
Caixa e equivalentes de caixa	3.151
Contas a receber	10.256
Estoques	5.382
Tributos a recuperar	36
Adiantamentos	194
Outros ativos circulantes	–
Não circulante	**2.497**
Depósitos judiciais	–
IR e CS diferidos	56
Partes relacionadas - ativo	1.421
Direito de uso (IFRS16)	1.020
Outros ativos	–
Investimentos em controladas	–
Imobilizado	471
Intangível	–
	471
Total do ativo	**21.987**

Demonstração do Resultado do Exercício	Dez/21
Receita bruta	**8.753**
Deduções sobre vendas	(1.038)
Receita líquida	**7.715**
CMV	(5.385)
Lucro bruto	**2.331**
% Mg. bruta	30,2%
SG&A	(1.923)
EBITDA ajustado	**407**
% Mg. EBITDA ajustada	5,3%
D&A	(5)
Resultado não operacional	–
Resultado financeiro	(763)
LAIR	**(361)**
IRPJ e CSLL	(16)
Lucro líquido	**(378)**
% Mg. líquida	(4,9%)

Balanço Patrimonial	Dez/21
Passivo/Circulante	**13.705**
Fornecedores	8.142
Empréstimos e financiamentos	2.819
Obrigações trabalhistas e sociais	684
Obrigações tributárias	707
IR e CS	93
Contas a pagar	196
Contas a pagar - Investimentos	–
Arrendamentos (IFRS 16)	773
Parcelamentos tributários a curto prazo	191
Partes relacionadas - passivo	–
Dividendos/JCP	–
Outros passivos circulantes	100
Não circulante	**5.084**
Empréstimos e financiamentos a longo prazo	4.141
Parcelamentos tributários a longo prazo	452
Contas a pagar - LP	–
IRPJ/CSLL diferido	–
Arrendamentos (IFRS 16) - LP	491
Patrimônio líquido	**3.199**
Capital social realizado	40
Reservas de capital	–
Reserva legal	–
Reservas de lucros	3.159
Participação de não controladores	–
Total do passivo e patrimônio líquido	**21.987**

Diretoria

José Eduardo de Azevedo Antunes Júnior

CPF: 328.373.088-11 - CFO

Contador

Alex Paulo de Souza Lima

CPF: 012.026.456-07 - CRC/MG 081291/O

Demonstração do Fluxo de Caixa	Dez/21
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	(378)
Resultado financeiro	763
Depreciação e amortização	5
Reversão juros sobre capital próprio	–
Resultado na alienação de participação	–
Efeito não caixa IFRS 16	245
Equivalência patrimonial	–
Reversão de provisão e ajustes contábeis	–
IR e CS	16
Geração de caixa bruta	**652**
Variação no capital de giro	2.707
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	**3.359**
IR e CS	(1.897)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	**1.462**
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos	**(1.397)**
Venda/(Aquisição) de ativo imobilizado/intangível	(4)
Venda/(Investimentos) em controladas	–
Empréstimos com partes relacionadas (ativo)	(246)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	**(260)**
Aporte (redução) de capital	–
Distribuição de dividendos/JCP	–
Empréstimos e financiamentos	495
Parcelamento tributário	8
Resultado financeiro	(763)
Empréstimos com partes relacionadas (passivo)	–
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(195)**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	
No início do exercício	3.346
No final do exercício	3.151
Variação no caixa	**(195)**

ABECAM - Associação Brasileira das Empresas de Conservação Ambiental

C.N.P.J. nº 51.595.882/0001-16

COMUNICADO

Comunicamos aos associados que, em eleições realizada em nossa sede, em 06 de março de 2023, foi eleita a diretoria que dirigirá os destinos da Abecam- Associação Brasileira das Empresas de Conservação Ambiental, CNPJ nº 51.595.882/0001-16 para o biênio de 2023 à 2025, os membros da diretoria eleita são os seguintes: **Diretoria Executiva:** Rui Monteiro Marques, Presidente - Aldo de Avila Junior, Diretor Financeiro- Carlos Alberto Guimarães, Diretor Secretário- Luiz Luzzi, Diretor Institucional. **Conselho Fiscal:** Fabio Sandrini Baptista, Rogerio Lioi Monastero e Pierantonio Sedo.

São Paulo, 07 de março de 2023. Atenciosamente: **Rui Monteiro Marques -** Presidente

Colégio Brasil Europa S/A

CNPJ nº 60.758.513/0001-98

Demonstrações Financeiras do Exercício encerrado em 31/12/2022 (Expresso em R$)

Senhores Acionistas: Em cumprimento às normas legais e estatutárias submetemos a apreciação dos Senhores Acionistas o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Permanecemos desde já a disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanço Patrimonial e Econômico	2022 - R$	2021 - R$
Ativo/Ativo Circulante	**3.398.625**	**4.144.489**
Disponibilidades	**3.398.625**	**4.137.289**
Caixa e Bancos	7.010	1.707
Aplicações Financeiras	2.889.861	3.633.828
Estoque	501.754	501.754
Realizável	**–**	**7.200**
Empréstimos a Funcionários	–	7.200
Não Circulante	**204.574**	**228.862**
Cauções e Depósitos	111.649	111.649
Imobilizado	**92.925**	**117.213**
Imobilizações Financeiras	5.890	5.890
Imobilizado	882.038	882.038
Correção IPC/90	177.936	177.936
Depreciação IPC/90	(123.999)	(123.999)
Depreciação Acumulada	(848.939)	(824.652)
Total do Ativo	**3.603.199**	**4.373.350**
Passivo/Passivo Circulante	**179.379**	**167.978**
Obrigações	**179.379**	**167.978**
Obrigações Trabalhistas	84.563	74.509
Obrigações Tributárias	10.033	7.465
Provisões	8.789	7.507
Contas a Pagar	4.628	4.222
IRF e CSL a Recolher	71.367	74.275
Não Circulante	**–**	**1.200.000**
Aquisição de Ações	–	1.200.000
Patrimônio Líquido	**3.423.820**	**3.005.373**
Capital	968.720	968.720
Reserva de Lucros	7.536.245	6.728.673
Reserva de Lucros do Exercício	418.447	807.571
Reserva Legal	290.616	290.616
Saldo Correção M IPC/90	(90.208)	(90.208)
Ações em Tesouraria	(5.700.000)	(5.700.000)
Total do Passivo	**3.603.199**	**4.373.350**

Demonstração da Mutações do Patrimônio

	Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	C.M.IPC/90	Ações em Tesouraria	Total
Saldo 31/12/2021	968.720	290.616	7.536.245	(90.208)	(5.700.000)	**3.005.373**
Dividendos	–	–	(208.440)	–	–	**(208.440)**
Reservas de Lucros	–	–	626.887	–	–	**626.887**
Resultado do Período	–	–	–	–	–	**–**
Saldo 31/12/2022	**968.720**	**290.616**	**7.954.691**	**(90.208)**	**(5.700.000)**	**3.423.819**

Demonstração do Resultado	2022 R$	2021 R$
Receitas Operacionais		
Aluguel de Imóvel	2.854.839	2.454.822
(–) Tributos s/ receitas	(104.202)	(89.601)
Receita Operacional Líquida	**2.750.638**	**2.365.221**
(–) Despesas com Pessoal	(1.124.674)	(1.000.332)
(–) Despesas Administrativas	(312.313)	(202.287)
(–) Impostos Taxas e Contribuições	(7.927)	(728)
(–) Depreciações	(24.288)	(17.615)
(–) Despesas Financeiras	(622.896)	(1.073)
(+) Receitas Financeiras	461.647	151.494
(–) Receitas não operacionais	6.500	–
(–) Despesas não operacionais	(56.235)	(51.800)
Resultado Antes da Provisão IRF e CSL	**1.070.453**	**1.242.880**
Provisão Contribuição Social s/ Lucro	(123.768)	(84.333)
Provisão Imposto de Renda s/ o Lucro	(319.799)	(210.259)
Resultado Líquido do Exercício	**626.887**	**948.287**

Notas Explicativas

a) As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições contidas da Lei das Sociedades por Ações, Lei 10.638/2007 e Legislação Tributária Vigente. **b)** As depreciações estão calculadas pelo método linear segundo as taxas normais permitidas pela legislação vigente. **c)** As despesas e receitas são reconhecidas com observância no regime de competência. **d)** A tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social foram calculadas pelo Lucro Presumido.

Demonstração de Fluxos de Caixa	2022 - R$	2021 - R$
Atividades Operacionais	**662.576**	**964.343**
Lucro Líquido	626.887	948.287
Depreciação	24.288	17.615
Impostos/Encargos Sociais	11.402	14.942
Caução	–	(16.500)
Atividades de Investimentos	**–**	**(68.948)**
Redução de BENS	–	(68.948)
Atividades de Financiamentos	**(1.408.440)**	**(99.862)**
Aquisição de Ações	(1.200.000)	–
Dividendos	(208.440)	(99.862)
Aumento ou Redução de Caixa Líquido	**(745.864)**	**795.533**
Saldo de Caixa Inicial	4.144.489	3.348.955
Saldo de Caixa Final	3.398.625	4.144.489
Aumento ou Redução de Caixa Líquido	**(745.864)**	**795.533**

Colégio Brasil Europa S/A

Ines Helena Reingenheim

Diretora Presidente

Fernandes Araújo & Cia. Aud.Cons.Empr.S/S

Márcio Fernandes de Araújo

Contador - CRC 1SP174105/O-2

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

CNPJ Nº 06.047.087/0001-39 - NIRE 35.300.318.099

Companhia Aberta

EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 3ª (TERCEIRA) SÉRIE DA 23ª (VIGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, DA REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

Nos termos do artigo 71, § 2º, e 124, *caput* e § 1º, inciso II, e 289 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Cláusula 10 do "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (três) Séries, da 23ª (Vigésima Terceira) Emissão de Rede D'Or São Luiz S.A.*", celebrado em 16 de maio de 2022 ("Escritura de Emissão"), entre a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Companhia") e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), ficam os senhores titulares de debêntures da 3ª (Terceira) Série da 23ª (Vigésima Terceira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (três) Séries, da Companhia ("Debenturistas") convocados para reunirem-se em assembleia geral de Debenturistas, a ser realizada em **28 de março de 2023, às 15h** ("Assembleia Geral de Debenturistas")**, de forma exclusivamente digital e remota**, através do sistema eletrônico *Teams Meeting*, com *link* de acesso a ser encaminhado pela Companhia aos Debenturistas habilitados conforme abaixo, sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização da assembleia, e em atenção à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** Aprovação de modificação do prêmio a ser pago aos Debenturistas em caso de Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures Terceira Série, previstas nas Cláusulas 7.16 e 7.17 da Escritura de Emissão, o qual passará a ser equivalente a prêmio *flat* correspondente à multiplicação de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, pelo prazo remanescente das Debêntures da Terceira Série, calculado conforme fórmula a ser prevista no aditamento à Escritura de Emissão e divulgada na Proposta de Administração da Companhia; e **2.** Autorização para que o Agente Fiduciário e a Companhia pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações eventualmente aprovadas na Assembleia Geral de Debenturistas, incluindo, mas não se limitando, à celebração do primeiro aditamento à Escritura de Emissão. Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste edital de convocação e que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Informações adicionais sobre a Assembleia Geral de Debenturistas e as matérias constantes da Ordem do Dia podem ser obtidas junto à Companhia (por meio do endereço eletrônico agd.financeiro@rededor.com.br) e/ou ao Agente Fiduciário (por meio do endereço eletrônico assembleias@pentagonotrustee.com.br). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada através do sistema eletrônico *Teams Meeting*, com *link* de acesso a ser disponibilizado pela Companhia àqueles Debenturistas que enviarem para o endereço eletrônico agd.financeiro@rededor.com.br, com cópia para o endereço eletrônico assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, na forma do disposto no artigo 72, § 1º, da Resolução CVM 81, os seguintes documentos: (i) quando pessoa física, documento de identidade válido com foto do Debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) quando pessoa jurídica, (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado no órgão competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do Debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iv) caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas. Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a Assembleia Geral de Debenturistas por meio do sistema eletrônico *Teams Meeting*, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da assembleia geral de Debenturistas. O modelo do documento para preenchimento e envio da instrução de voto a distância e as informações completas estão disponíveis para consulta páginas eletrônicas da Companhia (https://ri.rededorsaoluiz.com.br/), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores. São Paulo, 6 de março de 2023.

Atic Holding S.A.

CNPJ nº 33.852.272/0001-79 - NIRE nº 35.300.537.416

Companhia de Capital Fechado

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Atic Holding S.A.** para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 04/04/2023, em primeira convocação, às 09:00 horas, observa quórum de 50% do capital votante, em segunda convocação, às 10:00 horas, observa quórum de 75% do capital votante, e em terceira convocação, às 11:00 horas, com qualquer quórum, valendo a deliberação de 51% dos votos presentes, e será realizada na Alameda Terracota nº 185, em São Caetano do Sul, São Paulo, CEP 09531-190 a fim de deliberar a seguinte Ordem do Dia: **1)** Assuntos Gerais.

Cita Transportes S/A

CNPJ nº 21.080.365/0001-43 - NIRE 35.300.471.508

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária

O Presidente da Cita Transportes Ltda., no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, Faz Saber a todos os seus acionistas, para Assembleia Geral, que se realizará no dia 04/04/2023, na sua sede social, avenida Presidente Wilson, nº 6.351, Portão 03, Sala 02, Vila Independência, São Paulo, CEP 04220-002, com primeira chamada às 12:00 horas, segunda chamada às 13:00 horas e em terceira e última às 14:00 horas, para deliberar a seguinte ordem do dia: 1 - Nomeação de Conselho Fiscal, 2 - Demais Assuntos Gerais.

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

CNPJ Nº 06.047.087/0001-39 - NIRE 35.300.318.099

Companhia Aberta

DITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIE DA 23ª (VIGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, DA REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

Nos termos do artigo 71, § 2º, e 124, *caput* e § 1º, inciso II, e 289 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Cláusula 10 do "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (três) Séries, da 23ª (Vigésima Terceira) Emissão de Rede D'Or São Luiz S.A.*", celebrado em 16 de maio de 2022 ("Escritura de Emissão"), entre a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Companhia") e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), ficam os senhores titulares de debêntures da 2ª (Segunda) Série da 23ª (Vigésima Terceira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (três) Séries, da Companhia ("Debenturistas") convocados para reunirem-se em assembleia geral de Debenturistas, a ser realizada em **28 de março de 2023, às 11:00h** ("Assembleia Geral de Debenturistas")**, de forma exclusivamente digital e remota**, através do sistema eletrônico *Teams Meeting*, com *link* de acesso a ser encaminhado pela Companhia aos Debenturistas habilitados conforme abaixo, sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização da assembleia, e em atenção à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Aprovação de modificação do prêmio a ser pago aos Debenturistas em caso de Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures Segunda Série, previstas nas Cláusulas 7.16 e 7.17 da Escritura de Emissão, o qual passará a ser equivalente a prêmio *flat* correspondente à multiplicação de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, pelo prazo remanescente das Debêntures da Segunda Série, calculado conforme fórmula a ser prevista no aditamento à Escritura de Emissão e divulgada na Proposta de Administração da Companhia; e 2. Autorização para que o Agente Fiduciário e a Companhia pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações eventualmente aprovadas na Assembleia Geral de Debenturistas, incluindo, mas não se limitando, à celebração do primeiro aditamento à Escritura de Emissão. Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste edital de convocação e que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Informações adicionais sobre a Assembleia Geral de Debenturistas e as matérias constantes da Ordem do Dia podem ser obtidas junto à Companhia (por meio do endereço eletrônico agd.financeiro@rededor.com.br) e/ou ao Agente Fiduciário (por meio do endereço eletrônico assembleias@pentagonotrustee.com.br). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada através do sistema eletrônico Teams Meeting, com link de acesso a ser disponibilizado pela Companhia àqueles Debenturistas que enviarem para o endereço eletrônico agd.financeiro@rededor.com.br, com cópia para o endereço eletrônico assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, na forma do disposto no artigo 72, § 1º, da Resolução CVM 81, os seguintes documentos: (i) quando pessoa física, documento de identidade válido com foto do Debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) quando pessoa jurídica, (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado no órgão competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do Debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iv) caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas. Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a Assembleia Geral de Debenturistas por meio do sistema eletrônico Teams Meeting, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da assembleia geral de Debenturistas. O modelo do documento para preenchimento e envio da instrução de voto a distância e as informações completas estão disponíveis para consulta páginas eletrônicas da Companhia (https://ri.rededorsaoluiz.com.br/), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores. São Paulo, 6 de março de 2023.

J&T Express Brazil Ltda.

CNPJ nº 42.584.754/0001-86 - NIRE 35.237.415.070

Edital de Convocação

Sede Social: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administração da **J&T EXPRESS BRAZIL LTDA.** ("Sociedade"), nos termos do Parágrafo 3º do artigo 1.152 e Caput do artigo 1.074 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), convoca os sócios da Sociedade para a **Reunião dos Sócios**, que será realizada na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, **em primeira convocação, no dia 16 de março de 2023, às 10:00h, e em segunda convocação no mesmo local e data às 11:00h**, para tratar da seguinte ordem do dia: **(i)** Deliberar sobre a abertura de novas filiais da Sociedade, a serem instaladas nos seguintes endereços: **(a)** Município de Almenara, Estado de Minas Gerais, na Avenida Olindo de Miranda, nº 2.006, Parque São João, CEP 39900-000; **(b)** Município de Barra do Garças, Estado do Mato Grosso, na Rua 21 de Abril, nº 421, Quadra 16, Lote 12, Campinas, CEP 78600-160; **(c)** Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, na Avenida Rute de Souza Silva, nº 603, Distrito Industrial, CEP 78557-515; **(d)** Município de Bento Gonçalves, Estado do Mato Grosso, na Rua Egydio Farina, nº 83, São Roque, CEP 95708-440; **(e)** Município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Ayra Christ Baierle, nº 228, Loja 3, Floresta, CEP 95902-270; **(f)** Município de Irati, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 150, Centro, CEP 84500-009; **(g)** Município de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, na Rua Ruy Barbosa , nº 231, Centro, CEP 57480-000; **(h)** Município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, na Avenida Governador Ozanan Coelho, nº 917, Galpão 02, Santo Antônio, CEP 36576-052; **(i)** Município do Codó, Estado do Maranhão, na Avenida Santos Dumont, nº 27, São Sebastião, CEP 65400-000; **(j)** Município de Campo Maior, Estado do Piauí, Avenida Santo Antônio, nº 378, Lote 2.1, Quadra 19, S. N. de Lourdes, CEP 64280-000; **(k)** Município de Tucuruí, Estado do Pará, Avenida Tancredo Neves, nº 550, Jardim Marilucy Tucuruí, CEP 68459-352; e, **(l)** Município de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Belarmina Chinepe, nº 645, Olaria, CEP 96785-206. **(ii)** Alterar o endereço da Filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.584.754/0124-35 e NIRE 41901986023, localizada no Município de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Antonio Piovesan, nº 365, Alpes, CEP 86075-142, **para** o mesmo Município de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Antonio Piovesan, nº 385, Alpes, CEP 86075-142. **(iii)** Autorizar os administradores e/ou os procuradores da Sociedade a tomarem todas as providências e a assinarem todos e quaisquer documentos necessários para a formalização das resoluções no item acima.

São Paulo - SP, 08 de março de 2023. **QIANG WANG -** Diretor Presidente

Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas

CNPJ nº 61.413.282/0001-43

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Senhores Acionistas da **Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas,** para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, na sede social, na Avenida Presidente Wilson, 1230, nesta Capital, às 10:00 horas do dia 28 de abril do corrente ano, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: I - Ordinariamente:** a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrativos Financeiros referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; b) Destinação a ser dada ao resultado apurado no exercício; **II - Extraordinariamente:** a) Aumento do capital social; b) Alteração do artigo 5º (quinto) do Estatuto Social; c) Outros assuntos de interesse social. Outrossim comunicamos que acham-se à disposição dos acionistas na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da lei nºV 6.404, de 15/12/76, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022. São Paulo, 01/03/2023. **Antonella Bertolucci Locoselli -** Presidente do Conselho.

J&T Express Brazil Ltda.

CNPJ nº 42.584.754/0001-86 - NIRE 35.237.415.070

Edital de Convocação

Sede Social: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administração da **J&T EXPRESS BRAZIL LTDA.** ("Sociedade"), nos termos do Parágrafo 3º do artigo 1.152 e Caput do artigo 1.074 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), convoca os sócios da Sociedade para a **Reunião dos Sócios**, que será realizada na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, **em primeira convocação, no dia 15 de março de 2023, às 10:00h, e em segunda convocação no mesmo local e data às 11:00h**, para tratar da seguinte ordem do dia: **(i)** Deliberar sobre a abertura de novas filiais da Sociedade, a serem instaladas nos seguintes endereços: **(a)** Município de Porto Seguro, Estado da Bahia, Rua Dona Candi, nº 61, Loja 1, Pacata, CEP 45810-000; **(b)** Município de Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão, Avenida Professor Antonio Olívio Rodrigues, nº 15, Lote 49, Quadra 1, CEP 65485-000; **(c)** Município de Itaituba, Estado do Pará, na Travessa das Esmeraldas Campo Belo, nº 250, Quadra 43, Lote 13, Campo Belo, CEP 68182-410; **(d)** Município de Presidente Dutra, Estado do Maranhão, na Rodovia BR-135 Presidente Dutra, S/N, Centro, CEP 65760-000; **(e)** Município de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Ervino Anuschek, nº 45, Jardim Primavera, CEP 98400-000; **(f)** Município de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Horizontina, nº 201, Rondônia, CEP 93320-3370; **(g)** Município de Itapema, Estado de Santa Catarina, Rua 244, nº 431, Meia Praia, CEP 88220-000; **(h)** Município de Barbacena, Estado de Minas Gerais, na Avenida Governador Bias Fortes, nº 1.077, São Pedro, CEP 36200-970; **(i)** Município de Valparaíso, Estado do Goiás, na Rua 6, S/N, Quadra 13, Lote 25, Parque Rio Branco, CEP 72870-067; **(j)** Município de Colatina, Estado de Espírito Santo, na Rua São Pedro, nº 310, Quadra 14, Lote 10, Mario Giurizatto, CEP 29706-564; **(k)** Município de Almenara, Estado de Minas Gerais, na Avenida Olindo de Miranda, nº 2.006, Parque São João, CEP 39900-000; **(l)** Município de Iguatu, Estado do Ceará, na Avenida Doutor José Holanda Montenegro, nº 417, Veneza, CEP 63504-392; **(m)** Município de Irati, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 150, Centro, CEP 84500-009; **(n)** Município de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais, na Rua Doze, nº 384, Loja 2, Jardim Verona, CEP 33821-035; **(o)** Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, na Avenida Rute de Souza Silva, nº 603, Distrito Industrial, CEP 78557-515; e, (m) Município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, na Avenida Governador Ozanan Coelho, nº 917, Galpão 02, Santo Antônio, CEP 36576-052. **(ii)** Autorizar os administradores e/ou os procuradores da Sociedade a tomarem todas as providências e a assinarem todos e quaisquer documentos necessários para a formalização das resoluções no item acima.

São Paulo - SP, 07 de março de 2023. **QIANG WANG -** Diretor Presidente

RESALE TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.

CNPJ/ME 21.129.873/0001-79 - NIRE 35300537092

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária. O Presidente do Conselho de Administração da **Resale Tecnologia e Serviços S.A.** ("Companhia"), em caráter extraordinário, convoca seus acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 16 de março de 2023, às 11:00 horas, a ser realizada virtualmente, conforme disposto no art. 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), e na Instrução Normativa DREI Nº 81, de 10 de junho de 2020, a fim de deliberar sobre as matérias contidas na ordem do dia abaixo: **Ordem do Dia:** (i) Aprovar o Aumento de Capital Emergencial da Companhia, nos termos da Cláusula 4.4 do Acordo de Acionista; e (ii) Aprovar a modificação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia em virtude do Aumento de Capital Emergencial da Companhia; Informamos aos Senhores Acionistas que todos os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas na Assembleia ora convocada encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas. Piracicaba, 08 de março de 2023.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

TUTTO INVESTIMENTOS S/A

CNPJ: 43.487.877/0001-61 - NIRE: 35300589858

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2022

DATA/HORA E LOCAL - Em 29 de outubro de 2022, às 18:00 horas, compareceram na sede da **TUTTO INVESTIMENTOS S/A,** na Avenida Nove de Julho, nº 5599, conjunto 23, Bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP: 01.407-200. **CONVOCAÇÃO -** Dispensada em razão da presença de todos os acionistas, conforme autoriza o §4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 (Lei de Sociedade por ações). **PRESENÇA -** Todos os acionistas, representando a totalidade do seu Capital Social, a saber **CAVILO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 15.621.930/0001-30, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 31211838433, com sede na Avenida Jacarandá, nº 200, Sala 01, Bairro Jaraguá, CEP 38.413-069, Uberlândia/MG, neste ato representada por seu administrador **EGTON DE OLIVEIRA PAJARO,** brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão universal de bens, portador da Carteira de Identidade MG279.744, PC/MG, inscrito no CPF sob o nº 107.630.076-68, residente e domiciliado na Rua Joaquim Cláudio Fernandes, nº 629, Bairro Jardim Karaíba, Uberlândia/MG, CEP 38.411-180; **TEMPUS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 15.583.393/0001-80, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 31209530974, com sede na Avenida Jacarandá, nº 200, Sala 03, Bairro Jaraguá, CEP 38.413-069, Uberlândia/MG, neste ato representada por seu administrador **FÁBIO JOSÉ FELICE PAJARO,** brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF sob o nº 446.037.626-15, portador do RG nº M-2.299.236 SSP/MG, residente e domiciliado na Rua João Severiano Rodrigues da Cunha, nº 879, Casa 40, Bairro Jardim Karaíba, Uberlândia/MG, CEP 38.411-178; **CPP PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 15.609.089/0001-65, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 31209535658, com sede na Avenida Jacarandá, nº 200, Sala 04, Bairro Jaraguá, CEP 38.413-069, Uberlândia/MG, neste ato representada por seu administrador **CLÁUDIO ROBERTO FELICE PAJARO,** brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF sob o nº 526.331.876-68, documento de identidade M-3.711.042 SSP/MG, com domicílio e residência na Rua João Severiano Rodrigues da Cunha, nº 879, Casa 61, Bairro Jardim Karaíba, Uberlândia/MG, CEP 38.411-178; e **JBX PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 15.583.574/0001-07, registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o nº 31209530966, com sede na Avenida Jacarandá, nº 200, Sala 06, Bairro Jaraguá, Uberlândia/MG, CEP: 38.413-069, neste ato representada por seu administrador **JOÃO PEDRO GALVÃO RODRIGUES,** brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação de bens, portador da Carteira de Identidade nº 13.661.797, SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 086.852.506-50, residente e domiciliado na Avenida Uirapuru, nº 267, Cidade Jardim, Uberlândia/MG, CEP 38.412-166, ficando desta forma constatada a existência de quórum legal para instalação da Assembleia Geral Extraordinária em primeira convocação, nos termos do art. 136 da Lei das Sociedades por Ações. **MESA -** Presidente: **FÁBIO JOSÉ FELICE PAJARO;** e Secretário: **LUIZ ANTÔNIO ABREU. ORDEM DO DIA -** (i) A destituição do Sr. José Geraldo Ortigosa do cargo de Superintendente Executivo Geral da Companhia; e (ii) Deliberar sobre a eleição da Diretoria, conforme termos de posse anexo; **DELIBERAÇÕES -** Pelo presidente foi instalada a Assembleia e lida a ordem do dia. Após discussões, os Acionistas, à unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, decidiram por aprovar: (i) a destituição do Sr. **JOSÉ GERALDO ORTIGOSA,** brasileiro, divorciado, empresário, portador do documento de identidade 8.476.090, SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 031.054.248-06, residente e domiciliado na Rua Antônio Francisco Rosa, nº 231, Aclimação, Uberlândia/MG, CEP: 38.406-064, do cargo de Superintendente Executivo Geral da Companhia; (ii) a eleição dos Diretores, sendo: (a) para o cargo de Diretor Presidente, com mandato de 3 (três) anos, é eleito o Sr. **LUIZ ANTÔNIO ABREU,** brasileiro, empresário, divorciado, portador da carteira de Identidade RG nº M3.405.427 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 539.307.976-15, residente e domiciliado na Rua Bento de Faria, nº 15, Casa 06, Lagoinha, Uberlândia/MG, CEP 38.408-514; (b) para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, com mandato de 3 (três) anos, é eleito o Sr. **SIMÔNIO FREITA DA SILVA,** brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador do documento de identidade 7.934.672, SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 004.991.726- 98, residente e domiciliado na Alameda Peroba do Campo, nº 39, Bosque dos Buritis, Uberlândia/MG, CEP 38.406-576; (c) para o cargo de Diretor de Produtos, com mandato de 3 (três) anos, é eleito o Sr. **CAIO AUGUSTO FARIA PAJARO,** brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF sob o nº 086.668.356-99, portador do documento de identidade MG 13.343.123, SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Benjamin Alves dos Santos, nº 2434, Vila Saraiva, Uberlândia/MG, CEP 38.408-376. Os Diretores ora eleitos aceitaram a nomeação e tomaram posse, por meio da assinatura do Termo de Posse na forma do "Anexo I". **ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA -** Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente Assembleia Geral, na qual lavrou-se a presente ata que, lida e lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do Art. 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, foi aprovada e assinada por todos os Acionistas, sem quaisquer ressalvas ou restrições. Este documento é cópia fiel ao original lavrado no livro próprio. **ASSINATURAS DIGITAIS -** Mesa: **FÁBIO JOSÉ FELICE PAJARO -** Presidente; **LUIZ ANTÔNIO ABREU -** Secretário. Acionistas: **CAVILO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. -** representada por Egton de Oliveira Pajaro; **Tempus Participações Societárias Ltda. -** representada por Fábio José Felice Pajaro; **CPP PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. -** representada por Cláudio Roberto Felice Pajaro; **JBX PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. -** representada por João Pedro Galvão Rodrigues. Advogado: **WANDERLEY ROMANO DONADEL -** CPF 824.269.021-91 - OAB/MG 78.870. **JUCESP** nº 660.514/22-9 em 18/11/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

GUNNEBO BRASIL S.A.

CNPJ nº 04.676.871/0001-80

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - *Valores Expressos em Reais (R$)*

Balanço Patrimonial

Ativos	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	**35.281.026**	**23.860.130**
Disponibilidades	2.222.439	981.318
Contas a Receber	14.424.678	7.185.284
Adiantamentos a Fornecedores	777.604	516.819
Impostos a Recuperar	667.811	1.120.457
Estoque	17.188.494	14.056.252
Não Circulante	**1.566.446**	**4.262.074**
Contas a Receber	1.566.446	4.262.074
Realizável a Longo Prazo	**9.437.476**	**18.154.809**
Investimentos em Companhias	**8.476.656**	**17.033.237**
Depósito de Segurança	**232.500**	**–**
Imobilizado	**222.838**	**455.539**
Máquinas e Equipamentos	2.453.258	2.618.678
Depreciação Acumulada	(2.230.420)	(2.163.139)
Intangível	**505.482**	**666.033**
Total Ativo	**46.284.948**	**46.277.012**

Passivo	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	**12.159.037**	**15.336.795**
Contas a Pagar	4.841.634	10.540.143
Impostos e Obrigações Sociais a Recolher	734.294	314.390
Obrigações Trabalhistas	1.050.361	573.654
Juros sobre Capital Próprio a Pagar	840.435	840.435
Bens de Terceiros em Nosso Poder	4.451.498	2.873.746
Resultados de Exercícios Futuros	–	3.512
Adiantamento de Clientes	240.815	190.915
Patrimônio Líquido	**34.125.912**	**30.940.217**
Capital Social	19.150.000	19.150.000
Reserva Legal	3.830.000	3.830.000
Reserva para Contingência	9.800.388	–
Resultados Acumulados	1.345.524	7.960.217
Total Passivo	**46.284.948**	**46.277.012**

Demonstração do Resultado	31/12/2021	31/12/2020
Receita Operacional Bruta	**45.278.949**	**30.885.977**
Impostos sobre Receitas	**(10.214.292)**	**(8.662.115)**
Receita Operacional Líquida	**35.064.657**	**22.223.863**
Custos dos Produtos Vendidos	**(17.831.144)**	**(16.983.003)**
Lucro Bruto	**17.233.513**	**5.240.859**
Despesas Operacionais	**(16.342.477)**	**(16.325.202)**
EBITDA	**891.036**	**(11.084.343)**
Depreciação	**(283.597)**	**(267.853)**
Despesas/Receitas não Operacionais	**(717.266)**	**1.492.933**
Equivalência Patrimonial	**1.634.508**	**1.899.930**
Resultado antes do IR e CSLL	**1.524.681**	**(7.959.332)**
Imposto de Renda e Contr. Social	**(179.157)**	**–**
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	**1.345.524**	**(7.959.332)**

Darcio Quinta Reis
Diretor - CPF 094.459.078-09

Guilherme Francisco da Silva
Contador - CRC 1SP-340242/O-8 - CPF 365.839.538/97

GUNNEBO BRASIL S.A.

CNPJ nº 04.676.871/0001-80

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - *Valores Expressos em Reais (R$)*

Balanço Patrimonial

Ativos	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	**30.645.772**	**35.281.026**
Disponibilidades	2.103.140	2.222.439
Contas a Receber	9.944.980	14.424.678
Adiantamentos a Fornecedores	917.890	777.604
Impostos a Recuperar	136.744	667.811
Estoque	17.543.019	17.188.494
Não Circulante	**–**	**1.566.446**
Contas a Receber	–	1.566.446
Realizável a Longo Prazo	**11.821.094**	**9.437.476**
Investimentos em Companhias	**10.748.500**	**8.476.656**
Depósito de Segurança	**232.500**	**232.500**
Imobilizado	**460.018**	**222.838**
Máquinas e Equipamentos	2.782.961	2.453.258
Depreciação Acumulada	(2.322.943)	(2.230.420)
Intangível	**380.077**	**505.482**
Total Ativo	**42.466.866**	**46.284.948**

Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	**13.248.329**	**12.159.037**
Contas a Pagar	8.473.675	4.841.634
Impostos e Obrigações Sociais a Recolher	569.098	734.294
Obrigações Trabalhistas	595.714	1.050.361
Juros sobre Capital Próprio a Pagar	–	840.435
Bens de Terceiros em Nosso Poder	1.831.402	4.451.498
Resultados de Exercícios Futuros	998.943	–
Adiantamento de Clientes	779.498	240.815
Patrimônio Líquido	**29.218.537**	**34.125.912**
Capital Social	19.150.000	19.150.000
Reserva Legal	3.830.000	3.830.000
Reserva para Contingência	9.800.388	9.800.388
Resultados Acumulados	(3.561.851)	1.345.524
Total Passivo	**42.466.866**	**46.284.948**

Demonstração do Resultado	31/12/2022	31/12/2021
Receita Operacional Bruta	**37.924.366**	**45.278.949**
Impostos sobre Receitas	**(6.919.866)**	**(10.214.292)**
Receita Operacional Líquida	**31.004.500**	**35.064.657**
Custos dos Produtos Vendidos	**(18.067.377)**	**(17.831.144)**
Lucro Bruto	**12.937.123**	**17.233.513**
Despesas Operacionais	**(19.493.922)**	**(16.342.477)**
EBITDA	**(6.556.799)**	**891.036**
Depreciação	**(326.338)**	**(283.597)**
Despesas/Receitas não Operacionais	**(296.081)**	**(717.266)**
Equivalência Patrimonial	**2.271.844**	**1.634.508**
Resultado antes do IR e CSLL	**(4.907.374)**	**1.524.681**
Imposto de Renda e Contr. Social	**–**	**(179.157)**
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	**(4.907.374)**	**1.345.524**

Alejandro Agustin Antunez de Mayolo Doimi
Diretor - CPF 065.489.598-84

Guilherme Francisco da Silva
Contador - CRC 1SP-340242/O-8 - CPF 365.839.538-97

Núcleo de Alto Rendimento Esportivo de São Paulo

CNPJ/ME Nº 12.663.239/0001-20

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os associados do Núcleo de Alto Rendimento Esportivo de São Paulo ("**NAR**") a comparecer à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará no dia 16 de março de 2023, em primeira convocação às 10:00 e em segunda convocação às 10:30, na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Padre José Maria, s/nº, Santo Amaro, CEP 04753-060, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do dia:** (i) comunicar o falecimento de Associado Fundador e Presidente do Conselho Deliberativo do NAR, eleger e dar posse ao seu substituto de forma excepcional, conforme previsto no artigo 22, parágrafo 7º, do Estatuto Social; (ii) apreciar e aprovar as demonstrações contábeis/financeiras, o balanço patrimonial, relatório anual de atividades e parecer fiscal, referentes ao exercício social de 2021 e 2022; (iii) apreciar e aprovar as propostas do orçamento anual e do planejamento estratégico, referentes ao exercício social de 2023; (iv) ratificar contratações, nos termos do Estatuto Social; (v) alterar e consolidar o Estatuto Social; (vi) aceitar a renúncia de integrante do Conselho Fiscal; (vii) eleger e dar posse ao novo integrante do Conselho Fiscal; (viii) eleger e dar posse ao novo integrante da Diretoria Executiva do NAR; e (ix) deliberar sobre outros assuntos de interesse do NAR. São Paulo, 3 de março de 2023. **Dáfani de Figueiredo Loturco -** Diretora Geral.

BW PROPERTIES S.A.

CNPJ/MF nº 13.498.088/0001-65 - NIRE 35.300.418.131

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária. A Diretoria da **BW Properties S.A**. ("Companhia") convoca seus acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar em primeira convocação no dia 23 de março de 2023, às 9:00 horas, na sede da Companhia, localizada na capital do estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 14º andar - parte, Itaim Bibi - CEP: 04538-133, a fim de deliberar sobre as matérias contidas na ordem do dia abaixo. **(i) Ordem do dia:** 1. Deliberar sobre a redução do capital social, nos termos do Artigo 173 da Lei 6.404/1976; e 2. Deliberar sobre a modificação do *caput*, Artigo 4º, do Estatuto Social da Companhia para refletir a redução do capital do item 1. **(ii) Observações Gerais:** 2. Os documentos e propostas relativos aos itens da ordem do dia estão à disposição dXSos senhores acionistas na sede da Companhia. 3. Observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/1976, solicita-se aos acionistas que se fizerem representar por procuração a entrega na sede da Companhia de mandato e de cópia autenticada dos documentos que comprovam os poderes do respectivo representante legal com a antecedência de 2 (dois) dias da data de realização da Assembleia. 4. Para participar da Assembleia, os acionistas deverão exibir documento de identidade/documentos societários e comprovante de titularidade das ações da Companhia. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, ou por meio do telefone (11) 3383-9697 ou pelo e-mail ol-juridico-societario@btgpactual.com. São Paulo, 08 de março de 2023. **Diretoria da BW Properties S.A.**

TUTTO INVESTIMENTOS S/A

CNPJ: 43.487.877/0001-61 - NIRE: 35300589858

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2022

DATA/HORA E LOCAL - Em 29 de outubro de 2022, às 17:00 horas, compareceram na sede da **TUTTO INVESTIMENTOS S/A,** na Avenida Nove de Julho, nº 5599, conjunto 23, Bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP: 01.407-200. **CONVOCAÇÃO -** Dispensada em razão da presença de todos os acionistas, conforme autoriza o §4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 (Lei de Sociedade por ações). **PRESENÇA -** Todos os acionistas, representando a totalidade do seu Capital Social, a saber **CAVILO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 15.621.930/0001-30, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 31211838433, com sede na Avenida Jacarandá, nº 200, Sala 01, Bairro Jaraguá, CEP 38.413-069, Uberlândia/MG, neste ato representada por seu administrador **EGTON DE OLIVEIRA PAJARO,** brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão universal de bens, portador da Carteira de Identidade MG279.744, PC/MG, inscrito no CPF sob o nº 107.630.076-68, residente e domiciliado na Rua Joaquim Cláudio Fernandes, nº 629, Bairro Jardim Karaíba, Uberlândia/MG, CEP 38.411-180; **TEMPUS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 15.583.393/0001-80, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 31209530974, com sede na Avenida Jacarandá, nº 200, Sala 03, Bairro Jaraguá, CEP 38.413-069, Uberlândia/MG, neste ato representada por seu administrador **FÁBIO JOSÉ FELICE PAJARO,** brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF sob o nº 446.037.626-15, portador do RG nº M-2.299.236 SSP/MG, residente e domiciliado na Rua João Severiano Rodrigues da Cunha, nº 879, Casa 40, Bairro Jardim Karaíba, Uberlândia/MG, CEP 38.411-178; **CPP PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 15.609.089/0001-65, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 31209535658, com sede na Avenida Jacarandá, nº 200, Sala 04, Bairro Jaraguá, CEP 38.413-069, Uberlândia/MG, neste ato representada por seu administrador **CLÁUDIO ROBERTO FELICE PAJARO,** brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF sob o nº 526.331.876-68, documento de identidade M-3.711.042 SSP/MG, com domicílio e residência na Rua João Severiano Rodrigues da Cunha, nº 879, Casa 61, Bairro Jardim Karaíba, Uberlândia/MG, CEP 38.411-178; e **JBX PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 15.583.574/0001-07, registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o nº 31209530966, com sede na Avenida Jacarandá, nº 200, Sala 06, Bairro Jaraguá, Uberlândia/MG, CEP: 38.413-069, neste ato representada por seu administrador **JOÃO PEDRO GALVÃO RODRIGUES,** brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação de bens, portador da Carteira de Identidade nº 13.661.797, SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 086.852.506-50, residente e domiciliado na Avenida Uirapuru, nº 267, Cidade Jardim, Uberlândia/MG, CEP 38.412-166, ficando desta forma constatada a existência de quórum legal para instalação da Assembleia Geral Extraordinária em primeira convocação, nos termos do art. 136 da Lei das Sociedades por Ações. **MESA -** Presidente: **FÁBIO JOSÉ FELICE PAJARO;** e Secretário: **LUIZ ANTÔNIO ABREU. ORDEM DO DIA -** (i) Deliberar sobre a alteração dos Artigo 14 e referente à Composição da Diretoria; (ii) aumento de capital social mediante conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital; (iii) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **DELIBERAÇÕES -** Pelo presidente foi instalada a Assembleia e lida a ordem do dia. Após discussões, os Acionistas, à unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, decidiram por aprovar: (i) a alteração da composição da Diretoria que passará a ser composta por até 03 (três) membros, sócio(s) ou não sócio(s), investidos na função em termos apartados, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer tempo, sendo designados: (a) Diretor Presidente; (b) Diretor Administrativo e Financeiro; e (c) Diretor de Produtos; todos com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer tempo. Em virtude das deliberações acima, os Acionistas aprovam a modificação do Artigo 14 do Estatuto Social que passam a ter as seguintes redações: **"Artigo 14° -** A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pelos Acionistas, composta por até 03 (três) membros, sócio(s) ou não sócio(s), investidos na função em termos apartados, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer tempo, sendo designados: (a) Diretor Presidente; (b) Diretor Administrativo e Financeiro; e (c) Diretor de Produtos; observados ainda as atribuições e limites estabelecidos neste Estatuto Social: I - Compete ao Diretor Presidente a responsabilidade de: i. Promover o código de Ética e de Conduta empresarial, gerando engajamento contínuo sobre a nossa Missão, Visão e Valores. ii. Conduzir a elaboração dos planos estratégicos, em todas as áreas da empresa, visando a assegurar o seu desenvolvimento, crescimento, continuidade e perenidade. iii. Definir as políticas e objetivos específicos de cada área sob sua vinculação direta, coordenando a execução dos respectivos planos de ação, facilitando e integrando o trabalho das equipes, objetivando a otimizar os esforços para a consecução dos objetivos da empresa. iv. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades e a política administrativa da empresa, zelando pela sua imagem perante a sociedade em geral v. Monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e de negócios, acompanhando as respectivas medidas de mitigação e de atendimento integral, a Programas de Integridade, perante a Leis e a sociedade. vi. Aprovar a prestação de garantias reais ou fidejussórias, em conjunto com o Diretor Administrativo Financeiro, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes, bem como a prévia aprovação de dos sócios. vii. Definir a estrutura organizacional da empresa e a distribuição interna das atividades. viii. Constituir procuradores, especificando os atos que poderão praticar como representantes da empresa, nos respectivos instrumentos do mandato. ix. Conduzir os processos de mudanças na cultura da organização. x. Aprovar o planejamento e implantação de programas de administração de cargos e salários, benefícios, treinamento e desenvolvimento. xi. Criar, comunicar e implementar a visão, a missão e a direção geral da Sociedade, gerenciando o desenvolvimento e implementação da estratégia global da empresa. xii. Gerenciar os recursos e operações gerais da Sociedade e atuar como o ponto central de comunicação entre os Diretores e os Sócios. xiii. Gerir as atividades da empresa, com a colaboração dos Diretores Corporativos. xiv. Monitorar a implementação e aplicação de políticas, processos e procedimentos organizacionais. II - Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro a responsabilidade de: i. Promover o código de Ética e de Conduta empresarial, gerando engajamento contínuo sobre a nossa Missão, Visão e Valores. ii. Dirigir os departamentos contábil e financeiro, desenvolvendo processos específicos para o seu âmbito de atuação e suas correspondentes, políticas, normas e procedimentos. iii. Direcionar todas as funções de suporte administrativo e financeiro da empresa. iv. Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades financeiras da empresa, fixar políticas de ação acompanhando seu desenvolvimento, para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos. v. Realizar o gerenciamento completo da área financeira da empresa, contemplando as atividades de planejamento financeiro, contas a pagar e contas a receber, cobrança, coordenar as atividades da tesouraria, da controfadoria e da análise de crédito. vi. Planejar, analisar e acompanhar as execuções orçamentárias, de custos e estudos econômico-financeiros. vii. Realizar análise e apuração de impostos, acompanhar rotinas fiscais, contábeis, obrigações trabalhistas e previdenciárias, manter relacionamento com bancos e execução das operações financeiras, incluindo câmbio, hedge e derivativos, dar suporte às áreas de negócios, com a criação e análise de relatórios gerenciais e indicadores de performance, realizar estudos de viabilidade econômica para novos projetos e produtos, mantendo interação com o departamento jurídico. viii. Realizar gestão do patrimônio, compras e o controle de custos da empresa, respeitando o orçamento aprovado para o exercício. ix. Planejar, elaborar e gerenciar o fluxo de caixa para manter capital de giro e retorno da sociedade. x. Implementação e gerenciamento de uma sólida gestão de contratos e gestão financeira. xi. Assegurar o cumprimento de leis, impostos, taxas e contribuições. xii. Proporcionar informação financeira para satisfazer as necessidades dos gestores, incluindo a produção de relatórios financeiros personalizados, modelos de cálculo de custos, análise de tendências, conforme necessário e solicitado pelos sócios, como por exemplo: a) Balanço Patrimonial (BP); b) Demonstrativo de Fluxo de Caixa; c) Demonstrativo de Resultado de Exercício (DRE); d) Planejamento orçamentário; e) Relatório de contas a pagar; f) Relatórios de contas a receber; g) Relatórios de indicadores financeiros, entre outros. xiii. Avaliar os custos e resultados e promover tempestivamente os ajustes necessários para o cumprimento das demandas dos Sócios. xiv. Gerenciar a execução do orçamento de despesas e de investimentos. xv. Dirigir as operações da empresa, orçamento econômico-financeiro e plano de investimento empresarial e implantar projetos de negócios para alcançar os objetivos de rentabilidade, custos e crescimento. xvi. Demandar relatórios para otimizar as horas gastas, funcionários e recursos envolvidos, número e valor dos fornecedores contratados, qualidade dos serviços, entre outras funções. xvii. Aprovar as Políticas de Recursos Humanos, reconhecer e firmar acordos coletivos de trabalho, gerir carreiras, cargos e salários, treinamento e desenvolvimento. xviii. Expedir atos de admissão, designação, promoção, transferência e dispensa de empregados. xix. Propor o conjunto de indicadores de desempenho para todas as áreas da empresa, organizando e controlando os programas e sua execução. III - Compete ao Diretor de Produtos a responsabilidade de: i. Promover o código de Ética e de Conduta empresarial, gerando engajamento contínuo sobre a nossa Missão, Visão e Valores. ii. Conduzir a elaboração e execução dos planos táticos e operacionais, para o desenvolvimento e manutenção dos atuais produtos e serviços comercializados pela empresa. iii. Articular e trabalhar com predições claras sobre tendências, executando planos de curto, médio e longo prazo e fornecendo o pensamento crítico necessário para determinar as abordagens que melhor se adequam a cada necessidade estratégica, julgando quais ideias criativas e sugestões podem funcionar e quais não. iv. Traduzir os desafios estratégicos da empresa na construção de um portfólio de produtos e iniciativas de inovação, retroalimentando a formulação da estratégia com informações sobre as tendências e mudanças no ambiente externo. v. Efetuar pesquisa de mercado, sobre produtos concorrentes, similares e/ou complementares, buscando constantemente novas oportunidades, analisando as possibilidades e testando novas ideias de negócios, produtos e serviços, sejam eles de valor agregado aos atuais ou não. vi. Zelar pelos aspectos legais relacionados com seus produtos e serviços, tais como registro de marcas, licenças de uso, dizeres obrigatórias em contratos e aderência integral a Leis, regulamentos e legislação aplicável, incluindo os aspectos de defesa do consumidor de forma ampla e irrestrita etc. vii. Participar ativamente de comunidades, associações e meios intelectuais para captar ideias e insights para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, visando atender as necessidades do mercado, bem como as definições do plano estratégico da empresa para inserção em novos mercados. viii. Atuar como integral detentor das informações completas e exatas sobre os produtos e serviços, funcionando como centro de informações sobre produtos, serviços e meios utilizados para alcançar o cliente dentro da empresa. ix. Interagir com a área de vendas e de relacionamento com clientes, visando a definição de novos produtos e modificações em produtos existentes, objetivando melhorar a produtividade, aceitação e qualidade dos produtos e a satisfação dos clientes. x. Garantir a qualidade do produto no seu desenvolvimento e assegurar a qualidade funcional na sua inserção e vendas, bem como a qualidade no atendimento ao cliente, envolvendo todas as áreas necessárias e suficientes para o amplo e irrestrito entendimento de suas funcionalidades e modo de operação/uso. xi. Produzir conjuntamente com a área de Vendas e Marketing, o material de promocional do produto ou serviços, visando as ações de marketing presencial, em mídia física ou não e na internet. xii. Acompanhar o desempenho comercial do produto, efetuando o acompanhamento dos resultados de venda do produto e/ou serviço, visando promover os devidos ajustes ou a retirada de comercialização, visto não atingir as expectativas de negócio ou mesmo ficar incompatível com as novas regras de mercado ou de necessidades dos clientes. xiii. Definir em conjunto com o departamento de vendas as estratégias comerciais da empresa, determinando os acordos e as condições de vendas, coordenando a estratégia de marketing como: lançamento de novos produtos e/ou serviços, acompanhando o mercado, política de preços, seguindo as negociações comerciais de alto nível. xiv. Planejar e conduzir o processo de inovação de produtos. xv. Conduzir a elaboração e execução dos planos táticos, em todas as áreas da empresa, visando a assegurar o seu desenvolvimento, crescimento, continuidade e perenidade. xvi. Manter a conscientização do cenário externo e interno competitivo, oportunidades de expansão, clientes, mercados, novos desenvolvimentos e padrões da empresa. xvil. Manter contatos com a direção das empresas clientes para identificar oportunidades de ampliação ou melhoria nos produtos/serviços prestados ou solução de eventuais problemas contratuais ou operacionais, para manter a satisfação do cliente e projetar uma imagem positiva da empresa no mercado. xviii. Propor o conjunto de indicadores de desempenho da área comercial, organizando e controlando os programas e sua execução, avaliando resultados segundo a política comercia! para assegurar os resultados previstos, acompanhar o desempenho dos indicadores da área comercial. xix. Identificar oportunidades, avaliar a viabilidade e fazer recomendações sobre novos investimentos ou desenvolvimento de novos negócios, em prol de um retorno adequado aos Sócios e resguardar a segurança dos ativos da empresa. xx. Autorizar a abertura e homologar os processos de licitação e de compras de bens e serviços, conforme a sua alçada." (ii) aumentar o capital social da companhia mediante conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, com a emissão de 28.000 (vinte e oito mil) novas ações, sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1,00 (um real), totalizando R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), a serem subscritos e integralizados da seguinte forma: (a) por **CAVILO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** 10.864 (dez mil, oitocentas e sessenta e quatro) novas ações, sem valor nominal, ao valor de emissão de R$ 1,00 (um real), totalizando R$ 10.864,00 (dez mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), (b) por **TEMPUS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** 8.148 (oito mil, cento e quarenta e oito) novas ações, sem valor nominal, ao valor de emissão de R$ 1,00 (um real), totalizando R$ 8.148,00 (oito mil, cento e quarenta e oito reais), (c) por **CPP PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** 8.148 (oito mil, cento e quarenta e oito) novas ações, sem valor nominal, ao valor de emissão de R$ 1,00 (um real), totalizando R$ 8.148,00 (oito mil, cento e quarenta e oito reais), e (d) por **JBX PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** 840 (oitocentas e quarenta) novas ações, sem valor nominal, ao valor de emissão de R$ 1,00 (um real), totalizando R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais), conforme o boletim de subscrição que integra a presente ata como Anexo I; Em virtude das deliberações acima, o capital social passará de R$ 198.641.000,00 (cento e noventa e oito milhões, seiscentos e quarenta e um mil reais), representado por 198.641.000 (cento e noventa e oito milhões, seiscentas e quarenta e uma mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R$ 198.669.000,00 (cento e noventa e oito milhões, seiscentos e sessenta e nove mil reais), representado por 198.669.000 (cento e noventa e oito milhões, seiscentas e sessenta e nove mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, modificando o Artigo 5º do Estatuto Social que passa a ter a seguinte redação: **"Artigo 5º -** O capital da Sociedade subscrito e integralizado é de R$ 198.669.000,00 (cento e noventa e oito milhões, seiscentos e sessenta e nove mil reais), representado por 198.669.000 (cento e noventa e oito milhões, seiscentas e sessenta e nove mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." (iii) a alteração e consolidação do Estatuto Social, já incorporando a alteração dos Artigos 5º e 14° do Estatuto Social da Companhia ora aprovadas, na forma do Anexo II. **ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA -** Terminados os trabalhos, nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, depois de lida e conferida, foi aprovada e assinada pelos presentes, sem quaisquer ressalvas ou restrições. Após, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente Assembleia Geral. Este documento é cópia fiel ao original lavrado no livro próprio. **ASSINATURAS DIGITAIS -** Mesa: **FÁBIO JOSÉ FELICE PAJARO -** Presidente; **LUIZ ANTÔNIO ABREU -** Secretário. Acionistas: **CAVILO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. -** representada por Egton de Oliveira Pajaro; **TEMPUS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. -** representada por Fábio José Felice Pajaro; **CPP PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. -** representada por Cláudio Roberto Felice Pajaro; **JBX PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. -** representada por João Pedro Galvão Rodrigues. Advogado: **WANDERLEY ROMANO DONADEL -** CPF 824.269.021-91 - OAB/MG 78.870. **JUCESP** nº 660.513/22-5 em 18/11/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **TUTTO INVESTIMENTOS S/A -** CNPJ: 43.487.877/0001-61 - NIRE: 35300589858. **ANEXO II - ESTATUTO SOCIAL - Capítulo I - Denominação, Objeto, Sede e Duração: Artigo 1º -** Sob a denominação de **TUTTO INVESTIMENTOS S/A,** fica constituída uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores. **Artigo 2º -** O objeto social da sociedade será a participação societária em outras empresas como sócia ou acionista. **Artigo 3º -** A sede da sociedade é na Avenida Nove de Julho, nº 5599, conjunto 23, Bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP: 01.407-200. **Parágrafo 1º -** Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Sociedade poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Sociedade. **Artigo 4º -** A sociedade iniciará suas atividades em 01/06/2021 e seu prazo será indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º -** O capital da Sociedade subscrito e integralizado é de R$ 198.669.000,00 (cento e noventa e oito milhões, seiscentos e sessenta e nove mil reais), representado por 198.669.000 (cento e noventa e oito milhões, seiscentas e sessenta e nove mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º -** Cada ação ordinária dará direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Parágrafo 2º -** Os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de aumentos de capital, na proporção do número de ações que possuírem, independentemente da espécie e classe das novas ações emitidas em decorrência do aumento. **Parágrafo 3º -** Igualmente, os acionistas terão direito de preferência em relação a terceiros para a aquisição de ações da Sociedade que sejam oferecidas à venda por quaisquer dos demais acionistas, na proporção do número de ações que possuírem. **Capítulo III - Assembleias Gerais: Artigo 6º -** As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer membro da diretoria da Sociedade, a pedido de qualquer acionista, pedido esse que deverá ser acompanhado da descrição dos assuntos a serem tratados na referida Assembleia Geral. **Parágrafo 1º -** As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas por qualquer membro da Diretoria e secretariadas por quem este indicar. **Parágrafo 2º -** Sem prejuízo das formalidades previstas na legislação aplicável, os acionistas da Companhia deverão ser convocados para as Assembleias Gerais de Acionistas mediante comunicação escrita enviada com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência da data marcada para sua realização. **Artigo 7º -** Só poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome, no registro competente, até 3 (três) dias antes da data marcada para a sua realização. **Artigo 8º -** As Assembleias Gerais da Sociedade serão ordinárias ou extraordinárias, devendo realizar-se conforme segue: (a) ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, de acordo com o Artigo 132 da Lei nº 6.404/76; (b) extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 9º -** Compete às Assembleias Gerais Extraordinárias, dentre outras atribuições fixadas por lei ou por este Estatuto Social, as deliberações que versem sobre: (a) declaração, alocação, reinvestimento e distribuição de lucros e decisões sobre a política de distribuição de lucros, bem como a distribuição de lucros intermediários; (b) cisão, fusão, incorporação ou dissolução; (c) aumento do capital; (d) formulação de pedido de falência ou concordata; (e) transformação da Sociedade em sociedade de outro tipo jurídico; (f) aprovação de qualquer aquisição, venda, locação, permuta, oneração, transferência, arrendamento mercantil, ou outra forma de alienação dos bens do ativo permanente da Sociedade em uma única transação ou numa série de transações interrelacionadas no curso de qualquer exercício social, cujo montante seja igual ou superior a R$ 10.000.0000,00 (dez milhões de reais); (g) a outorga de qualquer garantia fora do curso natural dos negócios da Sociedade; (h) a participação da Sociedade em outros negócios ou sociedades e a oneração, transferência ou disposição de quotas ou ações detidas pela Sociedade em outras sociedades; (i) celebração de empréstimos, quaisquer outros instrumentos de débito da Sociedade, garantias, cartas de crédito, seguros garantia, ou operações creditícias; (j) realização de despesas em uma única transação ou numa série de transações interrelacionadas no curso de qualquer exercício social, cujo montante seja igual ou superior ao equivalente, em moeda corrente nacional, a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (l) investimento em ativos fixos em valores superiores ao equivalente, em moeda corrente nacional, a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em uma única transação ou numa série de transações interrelacionadas no curso de qualquer exercício social; (m) mudança do objeto da Sociedade; e (n) aprovação e alteração dos planos de negócios e orçamentos anuais da Sociedade. **Artigo 10º -** É necessária a aprovação de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, das ações com direito a voto, para a contratação de empréstimos pela Sociedade que resultem no aumento do índice de endividamento da Sociedade superior a 0,8 (zero vírgula oito) vezes o LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos depreciação e amortização) acumulado dos últimos 12 (doze) meses, apenas quando a taxa de juros desses empréstimos for igual ou superior a 95% (noventa e cinco por cento) da variação do CDI, na data da captação do empréstimo. **Artigo 11º -** É necessária a aprovação de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, das ações com direito a voto, para alterações no plano de negócios ou no orçamento anual da Sociedade, com relação ao plano de negócios vigente, que apresentem variação do LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos depreciação e amortização) superior a 20% (vinte por cento) no primeiro ano, 40% (quarenta por cento) no segundo ano, 60% (sessenta por cento) no terceiro ano, 80% (oitenta por cento) no quarto ano e 100% (cem por cento) no quinto ano. **Artigo 12º -** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e no presente Estatuto Social, serão tomadas por acionistas representando no mínimo 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social votante da Sociedade, não se computando os votos em branco. **Capítulo IV - Administração: Artigo 13º -** a Sociedade será administrada por uma Diretoria, conforme disposto na lei e previsto no presente Estatuto Social. **Parágrafo 1º -** Os membros da Diretoria serão investidos em seus cargos, individualmente, mediante a assinatura de termo de posse no "Livro de Atas das Reuniões da Diretoria", conforme o caso, devendo permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores. **Parágrafo 2º -** Os membros da Diretoria serão investidos em seus cargos, individualmente. **Parágrafo 3º -** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração da Diretoria. **Diretoria: Artigo 14º -** a Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pelos Acionistas, composta por até 03 (três) membros, sócio(s) ou não sócio(s), investidos na função em termos apartados, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer tempo, sendo designados: (a) Diretor Presidente; (b) Diretor Administrativo e Financeiro; e (c) Diretor de Produtos; observados ainda as atribuições e limites estabelecidos neste Estatuto Social: I - Compete ao Diretor Presidente a responsabilidade de: i. Promover o código de Ética e de Conduta empresarial, gerando engajamento contínuo sobre a nossa Missão, Visão e Valores. Ii. Conduzir a elaboração dos planos estratégicos, em todas as áreas da empresa, visando a assegurar o seu desenvolvimento, crescimento, continuidade e perenidade. iii. Definir as políticas e objetivos específicos de cada área sob sua vinculação direta, coordenando a execução dos respectivos planos de ação, facilitando e integrando o trabalho das equipes, objetivando a otimizar os esforços para a consecução dos objetivos da empresa. iv. Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades e a política administrativa da empresa, zelando pela sua imagem perante a sociedade em geral. v. Monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e de negócios, acompanhando as respectivas medidas de mitigação e de atendimento integral a Programas de Integridade, perante a Leis e a sociedade. vi. Aprovar a prestação de garantias reais ou fidejussórias, em conjunto com o Diretor Administrativo Financeiro, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes, bem como a prévia aprovação de dos sócios. vii. Definir a estrutura organizacional da empresa e a distribuição interna das atividades. viii. Constituir procuradores, especificando os atos que poderão praticar como representantes da empresa, nos respectivos instrumentos do mandato. ix. Conduzir os processos de mudanças na cultura da organização. x. Aprovar o planejamento e implantação de programas de administração de cargos e salários, benefícios, treinamento e desenvolvimento. xi. Criar, comunicar e implementar a visão, a missão e a direção geral da Sociedade, gerenciando o desenvolvimento e implementação da estratégia global da empresa. xii. Gerenciar os recursos e operações gerais da Sociedade e atuar como o ponto central de comunicação entre os Diretores e os Sócios. xiii. Gerir as atividades da empresa, com a colaboração dos Diretores Corporativos. xiv. Monitorar a implementação e aplicação de políticas, processos e procedimentos organizacionais. II - Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro a responsabilidade de: i. Promover o código de Ética e de Conduta empresarial, gerando engajamento contínuo sobre a nossa Missão, Visão e Valores. ii. Dirigir os departamentos contábil e financeiro, desenvolvendo processos específicos para o seu âmbito de atuação e suas correspondentes, políticas, normas e procedimentos. iii. Direcionar todas as funções de suporte administrativo e financeiro da empresa. iv. Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades financeiras da empresa, fixar políticas de ação acompanhando seu desenvolvimento, para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos. v. Realizar o gerenciamento completo da área financeira da empresa, contemplando as atividades de planejamento financeiro, contas a pagar e contas a receber, cobrança, coordenar as atividades da tesouraria, da controladoria e da análise de crédito. vi. Planejar, analisar e acompanhar as execuções orçamentárias, de custos e estudos econômico-financeiros. vii. Realizar análise e apuração de impostos, acompanhar rotinas fiscais, contábeis, obrigações trabalhistas e previdenciárias, manter relacionamento com bancos e execução das operações financeiras, incluindo câmbio, hedge e derivativos, dar suporte às áreas de negócios, com a criação e análise de relatórios gerenciais e indicadores de performance, realizar estudos de viabilidade econômica para novos projetos e produtos, mantendo interação com o departamento jurídico. viii. Realizar gestão do patrimônio, compras e o controle de custos da empresa, respeitando o orçamento aprovado para o exercício. ix. Planejar, elaborar e gerenciar o fluxo de caixa para manter capital de giro e retorno da sociedade. x. Implementação e gerenciamento de uma sólida gestão de contratos e gestão financeira. xi. Assegurar o cumprimento de leis, impostos, taxas e contribuições. xii. Proporcionar informação financeira para satisfazer as necessidades dos gestores, incluindo a produção de relatórios financeiros personalizados, modelos de cálculo de custos, análise de tendências, conforme necessário e solicitado pelos sócios, como por exemplo: a) Balanço Patrimonial (BP); b) Demonstrativo de Fluxo de Caixa; c) Demonstrativo de Resultado de Exercício (DRE); d) Planejamento orçamentário; e) Relatório de contas a pagar; f) Relatórios de contas a receber; g) Relatórios de indicadores financeiros, entre outros. xiii. Avaliar os custos e resultados e promover tempestivamente os ajustes necessários para o cumprimento das demandas dos Sócios. xiv. Gerenciar a execução do orçamento de despesas e de investimentos. xv. Dirigir as operações da empresa, orçamento econômico-financeiro e plano de investimento empresarial e implantar projetos de negócios para alcançar os objetivos de rentabilidade, custos e crescimento. xvi. Demandar relatórios para otimizar as horas gastas, funcionários e recursos envolvidos, número e valor dos fornecedores contratados, qualidade dos serviços, entre outras funções. xvii. Aprovar as Políticas de Recursos Humanos, reconhecer e firmar acordos coletivos de trabalho, gerir carreiras, cargos e salários, treinamento e desenvolvimento. xviii. Expedir atos de admissão, designação, promoção, transferência e dispensa de empregados. xix. Propor o conjunto de indicadores de desempenho para todas as áreas da empresa, organizando e controlando os programas e sua execução. III - Compete ao Diretor de Produtos a responsabilidade de: i. Promover o código de Ética e de Conduta empresarial, gerando engajamento contínuo sobre a nossa Missão, Visão e Valores. ii. Conduzir a elaboração e execução dos planos táticos e operacionais, para o desenvolvimento e manutenção dos atuais produtos e serviços comercializados pela empresa. iii. Articular e trabalhar com predições claras sobre tendências, executando planos de curto, médio e longo prazo e fornecendo o pensamento crítico necessário para determinar as abordagens que melhor se adequam a cada necessidade estratégica, julgando quais ideias criativas e sugestões podem funcionar e quais não. iv. Traduzir os desafios estratégicos da empresa na construção de um portfólio de produtos e iniciativas de inovação, retroalimentando a formulação da estratégia com informações sobre as tendências e mudanças no ambiente externo. v. Efetuar pesquisa de mercado, sobre produtos concorrentes, similares e/ou complementares, buscando constantemente novas oportunidades, analisando as possibilidades e testando novas ideias de negócios, produtos e serviços, sejam eles de valor agregado aos atuais ou não. vi. Zelar pelos aspectos legais relacionados com seus produtos e serviços, tais como registro de marcas, licenças de uso, dizeres obrigatórias em contratos e aderência integral a Leis, regulamentos e legislação aplicável, incluindo os aspectos de defesa do consumidor de forma ampla e irrestrita etc. vii. Participar ativamente de comunidades, associações e meios intelectuais para captar ideias e insights para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, visando atender as necessidades do mercado, bem como as definições do plano estratégico da empresa para inserção em novos mercados. viii. Atuar como integral detentor das informações completas e exatas sobre os produtos e serviços, funcionando como centro de informações sobre produtos, serviços e meios utilizados para alcançar o cliente dentro da empresa. ix. Interagir com a área de vendas e de relacionamento com clientes, visando a definição de novos produtos e modificações em produtos existentes, objetivando melhorar a produtividade, aceitação e qualidade dos produtos e a satisfação dos clientes. x. Garantir a qualidade do produto no seu desenvolvimento e assegurar a qualidade funcional na sua inserção e vendas, bem como a qualidade no atendimento ao cliente, envolvendo todas as áreas necessárias e suficientes para o amplo e irrestrito entendimento de suas funcionalidades e modo de operação/uso. xi. Produzir conjuntamente com a área de Vendas e Marketing, o material de promocional do produto ou serviços, visando as ações de marketing presencial, em mídia física ou não e na internet. xii. Acompanhar o desempenho comercial do produto, efetuando o acompanhamento dos resultados de venda do produto e/ou serviço, visando promover os devidos ajustes ou a retirada de comercialização, visto não atingir as expectativas de negócio ou mesmo ficar incompatível com as novas regras de mercado ou de necessidades dos clientes. xiii. Definir em conjunto com o departamento de vendas as estratégias comerciais da empresa, determinando os acordos e as condições de vendas, coordenando a estratégia de marketing como: lançamento de novos produtos e/ou serviços, acompanhando o mercado, política de preços, seguindo as negociações comerciais de alto nível. xiv. Planejar e conduzir o processo de inovação de produtos. xv. Conduzir a elaboração e execução dos planos táticos, em todas as áreas da empresa, visando a assegurar o seu desenvolvimento, crescimento, continuidade e perenidade. xvi. Manter a conscientização do cenário externo e interno competitivo, oportunidades de expansão, clientes, mercados, novos desenvolvimentos e padrões da empresa. xvii. Manter contatos com a direção das empresas clientes para identificar oportunidades de ampliação ou melhoria nos produtos/serviços prestados ou solução de eventuais problemas contratuais ou operacionais, para manter a satisfação do cliente e projetar uma imagem positiva da empresa no mercado. xviii. Propor o conjunto de indicadores de desempenho da área comercial, organizando e controlando os programas e sua execução, avaliando resultados segundo a política comercial para assegurar os resultados previstos, acompanhar o desempenho dos indicadores da área comercial. xix. Identificar oportunidades, avaliar a viabilidade e fazer recomendações sobre novos investimentos ou desenvolvimento de novos negócios, em prol de um retorno adequado aos Sócios e resguardar a segurança dos ativos da empresa. xx. Autorizar a abertura e homologar os processos de licitação e de compras de bens e serviços, conforme a sua alçada. **Artigo 15º -** O mandato da Diretoria é de 3 (três) anos. Todos os Diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos. **Artigo 16º -** Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, de qualquer cargo na Diretoria, o respectivo substituto será escolhido pelo em Assembleia Geral em reunião a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência da vaga. **Parágrafo Único -** O Diretor que for designado nos termos deste Artigo exercerá suas funções pelo prazo restante do mandato do Diretor que for substituído. **Artigo 17º -** Os Diretores tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no livro das Atas da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 18º -** A representação da Sociedade, em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, compete a: (i) quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto, ou (ii) qualquer Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, desde que tal procurador tenha sido designado por 2 (dois) Diretores em conjunto, na forma do item (i) deste Artigo. **Artigo 19º -** A Diretoria reunir-se-á quando convocada por qualquer de seus membros, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, e somente será instalada com a presença da totalidade de seus membros. As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos. Cópias das Atas das reuniões da Diretoria serão obrigatoriamente encaminhadas a todos os Acionistas da Sociedade. **Artigo 20º -** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral. **Artigo 21º -** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Sociedade por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, observados os limites estipulados pela Assembleia Geral, pelo presente Estatuto e pela lei. **Artigo 22º -** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que envolverem a Sociedade em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto da Sociedade, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **Capitulo V - Conselho Fiscal: Artigo 23º -** A Sociedade terá um Conselho Fiscal não permanente composto por 3 (três) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais, sendo certo que qualquer acionista poderá, a qualquer tempo, requerer a instalação do Conselho Fiscal da Sociedade. Quando de seu funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. **Capítulo VI - Exercício Social, Balanço e Lucros: Artigo 24º -** O exercício social tem início em 1° de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes e as disposições deste Artigo. No caso de se verificarem prejuízos, serão eles mantidos em conta especial, para serem cobertos com lucros futuros. **Parágrafo Único -** É facultado à Diretoria, determinar o levantamento de balanços em períodos menores, inclusive mensais, para fins de distribuição de dividendos intermediários ou intercalares que, quando distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 25º -** O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação: a) absorção dos prejuízos acumulados; b) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e c) a parcela de 25% (vinte e cinco por cento) do saldo remanescente, após a dedução da parcela destinada à formação da reserva legal, será integralmente distribuída aos acionistas. **Artigo 26º -** A Sociedade poderá pagar, aos seus acionistas, mediante aprovação da Assembleia Geral juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII - Disposições Transitórias: Artigo 27º -** A Sociedade deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de arquivar transferências de ações e o presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos. Acionistas: **CAVILO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. -** representada por Egton de Oliveira Pajaro; **TEMPUS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. -** representada por Fábio José Felice Pajaro; **CPP PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. -** representada por Cláudio Roberto Felice Pajaro; **JBX PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. -** representada por João Pedro Galvão Rodrigues. Advogado: **WANDERLEY ROMANO DONADEL -** CPF 824.269.021-91 - OAB/MG 78.870.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

BANCO C6 S.A.

CNPJ nº 31.872.495/0001-72

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor, O Banco C6 S.A. ("C6 Bank") é um banco completo para **pessoas físicas, MEIs e pequenas e médias empresas**. Situada em São Paulo, a instituição financeira C6 Bank formou um grupo ("Grupo C6 Bank") que reúne também a C6 CTVM, o Banco C6 Consignado ("C6 Consig"), a empresa de tecnologia para meios de pagamento PayGo, a assessoria e consultoria em seguros C6 Seg e a plataforma de educação corporativa IDEA9. Juntas, as empresas somam cerca de quatro mil funcionários. **Impacto social:** O C6 Bank está focado em estabelecer conexões entre a atuação do banco e as demandas da sociedade. Por isso, faz parte da estratégia a implementação de projetos que impactam positivamente a vida das pessoas, com oportunidades de capacitações gratuitas, conteúdo educacional e programa de voluntariado. Uma das principais frentes de atuação nesse pilar é a educação financeira. **Educação e voluntariado:** Em 2022, foram mais de 16 mil alunos de cursos e palestras, mais de 7 milhões de visualizações de conteúdos educativos nas redes sociais e mais de 300 conteúdos nas nossas plataformas digitais sobre o tema. Outro destaque foram as Expedições Financeiras, projeto criado para espalhar educação financeira pelo Brasil. No primeiro semestre, ocorreu a Expedição Caatinga e no segundo semestre, a Expedição Amazônia. Ao todo, a iniciativa impactou direta ou indiretamente mais de 1.300 pessoas. Em 2022, o C6 Bank também inaugurou o C6 Escola. O projeto consiste em apoiar a estruturação de uma disciplina eletiva de educação financeira, voltada para adolescentes do ensino médio de rede pública. O C6 Bank continuou estimulando o voluntariado entre colaboradores do banco por meio do programa Agentes de Mudança. De janeiro a dezembro, funcionários doaram 1.600 horas ao trabalho voluntário. Adicionalmente, o C6 Bank organiza projetos de voluntariado proprietários, como o programa de mentoria que apoiou jovens em situação de vulnerabilidade social a construir projetos de vida e um projeto de mentoria para mulheres cis e trans em carreiras de tecnologia. **Meio ambiente:** Outro foco do C6 Bank é promover iniciativas que geram impacto ambiental positivo, considerando desde ações educativas até aquelas diretamente conectadas ao negócio do C6 Bank. Em 2022, o C6 Bank criou o programa Agentes ESG, que reúne 120 aliados e 18 embaixadores para participar de formações sobre o tema, revisar processos e identificar oportunidades de melhorias em ações ESGs relacionadas às suas áreas de atuação. O C6 Bank também incentiva soluções inovadoras para o meio ambiente. Em 2022, o banco se juntou à Coalizão Planeta Priceless em luta pela defesa do meio ambiente, garantindo o plantio de 25 mil árvores no ano. A Coalizão une esforços de diversos setores, como bancos, comerciantes, cidades e consumidores, no combate às mudanças climáticas. **Diversidade:** Em 2022, o C6 Bank trouxe avanços importantes na agenda, realizando o seu primeiro **processo seletivo intencional** voltado para a empregabilidade de pessoas com deficiência. O Tech Up é um programa que desenvolve profissionais de tecnologia para atuarem no banco, oferecendo uma grade de formação técnica e de *soft skills* durante três meses. Além da imersão teórica, os profissionais contam com a supervisão de um professor e mentoria com lideranças de tecnologia. Após o período de capacitação, os profissionais são alocados nas áreas e contam com acompanhamento e mentoria por mais três meses. Além disso, para que o letramento sobre pessoas com deficiência se estendesse aos colaboradores e público externo, foi criada e lançada uma cartilha sobre o tema, que explica conceitos e desafios vividos por este grupo minorizado. Em 2022, recebemos reconhecimentos pela jornada construída na agenda de Diversidade e Inclusão. Em maio, a **Revista Época Negócios**, em parceria, com o **Instituto Ethos**, apontou o C6 Bank dentre as empresas de destaque nas melhores práticas de diversidade e inclusão no Brasil. Já em junho, o C6 Bank foi apontado como uma das empresas com o melhor ambiente de trabalho para LGBTI+ pela **Human Rights Campaign Foundation (HRC),** maior organização de direitos civis LGBTI+ nos Estados Unidos, que realizou pela primeira vez no Brasil o levantamento em parceria com o I+D e o Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+. O banco também ganhou em dezembro o Selo de Direitos Humanos e Diversidade, promovido pela **Prefeitura de São Paulo** por seus esforços em apoio à comunidade LGBTI+. Mantivemos nosso compromisso como membro e apoiador do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, mantenedor do Instituto +Diversidade, atuando em ações em favor da empregabilidade de grupos minorizados. Em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, focamos em ampliar o percentual de mulheres em posição de liderança. Além disso, o C6 Bank é integrante do Selo Sim à Igualdade Racial, concedido pelo Instituto Identidades do Brasil (ID_BR). **Apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício:** Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as Informações Individuais do Banco C6 S.A. ("C6 Bank"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. Acesse: **www.C6Bank.com.br/Documentos/. Desempenho Financeiro:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o C6 Bank possuía R$ 14 bilhões de operações de crédito (R$ 6 bilhões em 31 de dezembro de 2021), R$ 2 bilhões de patrimônio líquido (R$ 1 bilhão em 31 de dezembro de 2021) e R$ 39 bilhões de ativos totais (R$ 20 bilhões em 31 de dezembro de 2021). O prejuízo do exercício foi de R$ 2 bilhões (R$ 692 milhões em 31 de dezembro de 2021). Em atendimento à Circular BCB nº 3.068/01, declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R$ 1,9 bilhões. **Auditores Independentes:** A política do Grupo C6 na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **Agradecimentos:** O C6 Bank agradece seus colaboradores pelo empenho e talento que permitiu desenvolvimento de uma plataforma bancária em tempo recorde, e aos nossos milhões de clientes pela confiança depositada.

(Aprovada pela Diretoria em 7 de março de 2023)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	393.542	363.732
Instrumentos financeiros			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	10.804.396	4.152.540
Mantidos para negociação	5	848.498	868.079
Disponíveis para venda	6	8.374.828	4.380.788
Mantidos até o vencimento	7	1.930.688	–
Derivativos	8	165	3
Operações de crédito	9	14.326.095	6.823.406
Outros ativos financeiros	10	1.060.734	1.540.011
(–) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(1.323.469)	(419.380)
Ativos fiscais correntes e diferidos	21	1.041.339	1.163.670
Outros ativos	11	1.092.968	652.331
Investimentos	12	359.054	503.848
Imobilizado de uso	13	109.440	80.966
(–) Depreciação	13	(43.795)	(27.976)
Intangível	14	27.565	29.748
(–) Amortização	14	(11.026)	(8.270)
Total do ativo		**38.991.022**	**20.103.496**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos e outros passivos financeiros			
Depósitos	15	17.694.834	11.413.133
Operações compromissadas	10	8.972.255	2.105.485
Recursos de aceites e emissões de títulos	16	1.205.539	213.655
Derivativos	8	3.450	–
Empréstimos e repasses		27.429	–
Dívidas subordinadas	17	180.513	157.154
Outros passivos financeiros	10	7.454.476	4.414.008
Passivo contingente	19	9.464	2.275
Obrigações fiscais	21	20.544	12.106
Outros passivos	18	793.842	504.748
Total do passivo		**36.362.346**	**18.822.564**
Patrimônio líquido			
Capital social	20	6.470.433	2.874.213
Reservas de capital	20	97.416	86.999
Prejuízo acumulado		(3.778.032)	(1.542.383)
Outros resultados abrangentes		(161.141)	(137.897)
Total do patrimônio líquido		**2.628.676**	**1.280.932**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**38.991.022**	**20.103.496**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 dezembro de 2020		**1.499.213**	**65.967**	**7.631**	**(849.933)**	**722.878**
Aumento de capital		1.375.000	–	–	–	1.375.000
Variação de outros resultados abrangentes		–	–	(145.528)	–	(145.528)
Prejuízo do exercício		–	–	–	(692.450)	(692.450)
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	26	–	21.032	–	–	21.032
Saldos em 31 dezembro de 2021	20	**2.874.213**	**86.999**	**(137.897)**	**(1.542.383)**	**1.280.932**
Aumento de capital		3.596.220	–	–	–	3.596.220
Variação de outros resultados abrangentes		–	–	(23.244)	–	(23.244)
Prejuízo do exercício		–	–	–	(2.235.649)	(2.235.649)
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	26	–	10.417	–	–	10.417
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20	**6.470.433**	**97.416**	**(161.141)**	**(3.778.032)**	**2.628.676**
Saldos em 30 de junho de 2022		**6.470.433**	**93.093**	**(181.733)**	**(2.002.221)**	**4.379.572**
Variação de outros resultados abrangentes		–	–	20.592	–	20.592
Prejuízo do período		–	–	–	(1.775.811)	(1.775.811)
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais		–	4.323	–	–	4.323
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20	**6.470.433**	**97.416**	**(161.141)**	**(3.778.032)**	**2.628.676**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022 2º semestre	31/12/2022 Exercício	31/12/2021 Exercício
Receitas de intermediação financeira		**2.027.594**	**3.756.085**	**1.157.480**
Operações de crédito		880.442	1.446.237	443.500
Resultado de operações com instrumentos financeiros		1.075.095	2.201.297	663.012
Resultado de operações de câmbio		72.057	108.551	50.968
Despesas de intermediação financeira		**(2.323.252)**	**(3.773.977)**	**(991.514)**
Operações de captação no mercado		(1.318.499)	(2.143.361)	(568.990)
Operações de empréstimos e repasses		(504)	(707)	–
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(1.004.249)	(1.629.909)	(422.524)
Resultado da intermediação financeira		**(295.658)**	**(17.892)**	**165.966**
Receitas e despesas operacionais		**(939.883)**	**(1.903.541)**	**(1.248.783)**
Receita de prestação de serviço	22	383.415	650.380	244.043
Despesas de pessoal	23	(297.180)	(555.986)	(305.522)
Despesas de depreciação e amortização		(7.782)	(17.557)	(15.918)
Outras despesas administrativas	24	(705.916)	(1.438.620)	(930.347)
Despesas tributárias		(14.394)	(46.631)	(33.231)
Resultado de participação em coligadas e controladas		(63.289)	(113.526)	(85.751)
Outras receitas e despesas operacionais	25	(234.737)	(381.601)	(122.057)
Resultado operacional		**(1.235.541)**	**(1.921.433)**	**(1.082.817)**
Outras receitas e despesas não operacionais		(214)	(127)	2.067
Resultado não operacional		**(214)**	**(127)**	**2.067**
Resultado antes dos tributos e participações		**(1.235.755)**	**(1.921.560)**	**(1.080.750)**
Imposto de renda e contribuição social	21	(449.466)	(140.980)	488.832
Participação estatutária nos resultados		(90.590)	(173.109)	(100.532)
Prejuízo do semestre/exercício		**(1.775.811)**	**(2.235.649)**	**(692.450)**
Média ponderada da quantidade de ações em circulação		**1.352.561.604**	**1.290.615.053**	**1.043.339.654**
Prejuízo por ação (em R$) - básico e diluído		**(1,31)**	**(1,73)**	**(0,66)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022 2º semestre	31/12/2022 Exercício	31/12/2021 Exercício
Prejuízo do semestre/exercício	**(1.775.811)**	**(2.235.649)**	**(692.450)**
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda	22.516	(74.897)	(262.610)
Impacto tributário sobre ajuste a valor de mercado	(1.924)	51.653	118.175
Outros resultados abrangentes	–	–	(1.093)
(=) Resultado abrangente total	**(1.755.219)**	**(2.258.893)**	**(837.978)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022 2º semestre	31/12/2022 Exercício	31/12/2021 Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do semestre/exercício		**(1.775.811)**	**(2.235.649)**	**(692.450)**
Ajustes ao resultado				
Depreciações e amortizações	13 e 14	8.800	18.575	13.884
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	1.004.249	1.629.909	422.524
Ativo fiscal diferido	21	(406.840)	(715.326)	(488.832)
Participação em controladas e coligadas	12	63.289	113.526	85.751
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	26	4.323	10.417	21.032
Participação estatutária no resultado	23	90.590	173.109	100.532
Passivos contingentes	19	3.110	9.464	1.867
Outros		1.321	(3.663)	(15.854)
Resultado ajustado		**(1.006.969)**	**(999.638)**	**(551.546)**
Redução de títulos mantidos para negociação		98.046	19.581	(460.356)
(Aumento) de títulos disponíveis para venda		(898.747)	(4.068.937)	(2.775.431)
(Aumento) de títulos mantidos até o vencimento		(4.721)	(1.930.688)	–
(Aumento)/ Redução de derivativos		34.139	(162)	1.166
(Aumento) de operações de crédito		(4.168.489)	(7.502.689)	(5.502.411)
Redução de outros ativos financeiros		197.983	479.277	(1.080.936)
(Aumento)/ Redução de outros ativos		129.133	(440.637)	(332.254)
Aumento de depósitos		4.608.136	6.281.701	5.884.963
Aumento de captações		2.024.553	6.866.770	2.105.485
Aumento de recursos de aceites e emissões de títulos		700.375	991.884	14.309
Aumento de derivativos		3.450	3.450	–
Aumento de dívidas subordinadas		13.077	23.359	157.154
Aumento de empréstimos e repasses		22.675	27.429	–
Aumento de outros passivos financeiros		847.951	3.040.468	3.337.440
Aumento de obrigações fiscais		7.416	8.438	(2.264)
Aumento de outros passivos		164.087	279.630	115.466
Caixa proveniente (aplicado em) das atividades operacionais		**2.772.095**	**3.079.236**	**910.785**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Redução de participação societária		–	32.501	(192.298)
Aumento de ativo imobilizado	13	(7.911)	(28.474)	(16.602)
(Aumento)/ Redução de ativo intangível	14	2.183	2.183	–
Caixa proveniente (aplicado em) das atividades de investimento		**(5.728)**	**6.210**	**(208.900)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de capital e reserva de capital		–	3.596.220	1.375.000
Caixa proveniente das atividades de financiamento		**–**	**3.596.220**	**1.375.000**
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5	8.431.571	4.516.272	2.439.387
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	5	11.197.938	11.197.938	4.516.272
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**2.766.367**	**6.681.666**	**2.076.885**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco C6 S.A. ("C6 Bank") é uma instituição financeira de capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve suas atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial e de investimento. O C6 Bank foi constituído em 2 de outubro de 2018 e recebeu licença bancária do BACEN em 20 de dezembro de 2018. Em 28 de junho de 2021, foi anunciado um investimento pelo JPMorgan Chase no C6 Bank que representa uma participação indireta de 40% no capital. O JPMorgan Chase está presente no Brasil há quase 60 anos, oferecendo expertise em Investment Banking, Corporate Banking, Markets, Wholesale Payments, Private Banking e Asset Management e é líder mundial em serviços financeiros. O fechamento do negócio ocorreu em 4 de fevereiro de 2022, após a obtenção das aprovações regulatórias cabíveis tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. O C6Bank é controlado pela N7 Holding S.A., que detém 100% do seu capital total. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com o estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e BACEN, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Essas práticas contábeis incluem os critérios gerais e os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BACEN nº 02/20, com vigência a partir de janeiro de 2021, bem como os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.924/21, com vigência a partir de janeiro de 2022. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com essas práticas, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do imobilizado de uso e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 7 de março de 2023. **2.1 Moeda funcional:** A moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera. O Real é a moeda funcional e de apresentação do C6 Bank. As informações financeiras quantitativas, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil). As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos de acordo com os requisitos gerais da Res. CMN 4.924/21 e especificamente para as operações da dependência em Cayman, considera também os requisitos de conversão monetária da Res. CMN 4.817/20. **2.2 Adoção de novas normas e interpretações:** Normas adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: A Resolução CMN nº 4.817/20, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. A Resolução CMN n° 4.924/21, estabelece a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, de utilização da taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo Bacen (PTAX) para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. O C6 Bank não adotou essa opção. As implementações acima não tiveram impactos nestas Demonstrações Financeiras. Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2022: Resolução CMN nº 4.966/21 - com início de vigência em 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução requer que as instituições elaborem plano para a implementação da regulamentação prevista na norma. Resumo dos aspectos considerados no plano de implementação da referida resolução: Mudanças nos conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, estabelecendo novas diretrizes para classificação, mensuração e contabilização de ativos e passivos financeiros, impairment e hedge, sendo os principais impactos relacionados à determinação de provisões para Perda esperada de crédito e seus fatores correlatos: metodologia para cálculo da taxa efetiva de juros, cura, determinação da ocorrência de aumento significativo do risco de crédito, e determinação de Perda incorrida. O plano foi elaborado no contexto das regulamentações e normas já emitidas, tendo em conta mudanças de conceitos, critérios, processos, métodos e sistemas que o C6 irá aplicar na adoção da Resolução CMN 4.966/21. Dessa forma, o plano, incluindo os conceitos apresentados, o prazo e forma de execução poderão ser alterados em função dos novos normativos. **2.3 Resultados não recorrentes:** De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BACEN nº 02/2020, considera-se resultado não recorrente o resultado que: i. Não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o C6 Bank não incorreu em resultados não recorrentes. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pelo C6 Bank são aplicadas de forma consistente em todo o período apresentado nestas Demonstrações Financeiras. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias. **Instrumentos financeiros: Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base em remuneração estabelecida na data da contratação e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável. **Títulos e Valores Mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente: **Negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **Disponíveis para venda:** Podem ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **Mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação obtida por meio de cotação de mercado na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de spread de crédito). Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata dia, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período. As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteger contra riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e outros riscos que o C6 Bank está exposto no curso normal de suas operações. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor de mercado na data em que são celebrados e são, subsequentemente, mensurados ao valor de mercado. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor de mercado é positivo e como passivos financeiros quando o valor de mercado é negativo. Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção são classificados como Hedges de valor justo, Hedges de fluxo de caixa, ou Hedges de investimento líquido no exterior. O C6 Bank adotou em 2022 o Hedge de valor justo - risco de mercado, utilizando instrumentos de hedge destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de passivos, decorrentes da exposição a mudanças de taxa de juros. **Hedges de valor justo**, quando destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme não reconhecido. A mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. No momento da designação inicial do hedge, o C6 Bank formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. O C6 Bank faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, garantindo a existência de uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se essa efetividade se mantém continuamente dentro da faixa de 80% a 125%. **Operações de crédito, outros créditos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis para as operações de varejo. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999. **Ativo permanente: Intangível:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do C6 Bank ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a construção de plataforma tecnológica, amortizadas pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização. O valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. **Investimento:** As participações em coligadas e empresas com controle compartilhado são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas. **Imobilizado de uso:** Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil-econômica dos bens. A amortização é calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de utilização e/ou de locação. O prazo de vida útil dos bens varia entre 5 e 10 anos. **Depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissões de títulos:** Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base pro rata dia. Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado por regime de competência pelo prazo das operações originárias. As captações que são objeto de hedge de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor de mercado, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos. **Tributos:** Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas Vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL(*)	20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

(*) O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota 20% para Bancos, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. O Ativo Fiscal Diferido e as obrigações diferidas são obtidas pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando se considera provável que a instituição irá gerar lucro tributável futuro para a sua compensação. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e por estudo de capacidade de realização. **Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die. **Provisões e passivos contingentes:** Provisões para contingências são registradas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes relevantes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. **Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos. **Apuração do resultado:** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. **Mensuração a valor presente:** Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do C6 Bank, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente. **Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais:** O C6 Bank fornece outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais a parceiros de negócios, por meio dos quais o C6 Bak recebe serviços em troca de instrumentos patrimoniais (ou opções de tais instrumentos). O C6 Bank mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da outorga (que podem ser ações ou opções de ações conversíveis), levando em consideração as condições de mercado de cada plano na estimativa do valor justo. Os custos incorridos são reconhecidos durante o período de carência para aquisição do direito ao exercício dos instrumentos. O valor total a ser registrado como despesa é determinado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e prazos de carência. **Redução ao valor recuperável de ativos:** É reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Os ativos reduzidos a valor recuperável são deduzidos de provisão para desvalorização que é calculada de acordo com o maior valor em uso e valor justo menos custos para vendas dos ativos. **Lucro por ação:** O resultado por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas do C6 Bank, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante cada período.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	393.542	363.732
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	10.804.396	4.152.540
Total	**11.197.938**	**4.516.272**

(i) As aplicações em depósitos interfinanceiros são aplicações que apresentam características de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor.

5. Instrumentos financeiros mantidos para negociação:

	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Mercado	31/12/2022 até 90 dias	31/12/2022 de 3 a 5 anos	31/12/2021 Mercado
Livre	**846.069**	**846.069**	**846.069**	**–**	**865.929**
Títulos públicos federais	–	–	–	–	8.255
Cotas de fundos de investimentos	846.069	846.069	846.069	–	857.674
Dados em garantia	**2.435**	**2.429**	**–**	**2.429**	**2.150**
Títulos públicos federais	2.435	2.429	–	2.429	2.150
Total	**848.504**	**848.498**	**846.069**	**2.429**	**868.079**

6. Instrumentos financeiros disponíveis para venda:

	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Mercado	31/12/2022 até 90 dias	31/12/2022 de 90 a 365 dias	31/12/2022 de 1 a 3 anos	31/12/2022 de 3 a 5 anos	31/12/2021 Mercado
Livre	**184.369**	**165.033**	**–**	**30.678**	**134.355**	**–**	**1.643.284**
Títulos públicos federais	184.369	165.033	–	30.678	134.355	–	1.643.284
Vinculados a recompras	**7.359.439**	**7.141.734**	**248.907**	**2.926.028**	**3.966.799**	**–**	**2.127.083**
Títulos públicos federais	7.359.439	7.141.734	248.907	2.926.028	3.966.799	–	2.127.083
Dados em garantia	**1.123.940**	**1.068.061**	**–**	**20.177**	**1.047.884**	**–**	**610.421**
Títulos públicos federais	1.123.940	1.068.061	–	20.177	1.047.884	–	610.421
Total	**8.667.748**	**8.374.828**	**248.907**	**2.976.883**	**5.149.038**	**–**	**4.380.788**

7. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:

	31/12/2022 Mercado	31/12/2022 Custo	31/12/2022 de 1 a 3 anos	31/12/2022 de 3 a 5 anos	31/12/2021 Custo
Livre	**27.409**	**28.279**	**–**	**28.279**	**–**
Títulos públicos federais	27.409	28.279	–	28.279	–
Vinculados a recompras	**1.875.360**	**1.902.409**	**283.758**	**1.618.651**	**–**
Títulos públicos federais	1.875.360	1.902.409	283.758	1.618.651	–
Total	**1.902.769**	**1.930.688**	**283.758**	**1.646.930**	**–**

Não ocorreram reclassificações entre categorias no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

8. Instrumentos financeiros derivativos: Por valor de mercado e custo:

	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Valor de mercado	31/12/2021 Custo	31/12/2021 Valor de mercado
Operações de NDF				
posição ativa	–	–	(81)	3
posição passiva	534	2.541	–	–
Mercado de opções				
posição ativa	–	165	–	–
posição passiva	–	909	–	–
Posição ativa	**–**	**165**	**(81)**	**3**
Circulante	–	**165**	**–**	**3**
Posição passiva	**534**	**3.450**	**–**	**–**
Circulante	–	**3.450**	**–**	**–**

Valor referencial (notional) - por indexador e prazo de vencimento:

	31/12/2022 Total	até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2021 Total
Operações de NDF							
Posição comprada	**11.573**	**8.868**	**2.705**	**–**	**–**	**–**	**1.619.794**
moeda	11.573	8.868	2.705	–	–	–	1.156.175
Taxa de juros	–	–	–	–	–	–	463.619
Posição vendida	**506.559**	**440.833**	**65.726**	**–**	**–**	**–**	**6.917.992**
moeda	506.559	440.833	65.726	–	–	–	1.372.637
Taxa de juros	–	–	–	–	–	–	5.507.750
Mercado de opções							
Posição comprada	**165**	**165**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
moeda	165	165	–	–	–	–	–
taxa de juros	–	–	–	–	–	–	–
Posição vendida	**909**	**909**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
moeda	909	909	–	–	–	–	–
Mercado de futuros							
Posição comprada	**1.214.298**	**1.214.298**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
moeda	1.031.864	1.031.864	–	–	–	–	–
taxa de juros	182.434	182.434	–	–	–	–	–
Posição vendida	**14.665.046**	**426.547**	**2.029.415**	**8.534.540**	**2.220.614**	**1.453.930**	**–**
moeda	426.547	426.547	–	–	–	–	–
taxa de juros	14.238.499	–	2.029.415	8.534.540	2.220.614	1.453.930	–

Contabilidade de hedge - hedge de valor justo

Hedge de risco de mercado

O C6 Bank para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo, da seguinte maneira: • Hedge de captação pré com risco de taxa pré-fixada são protegidos com contratos futuros de DI.

Itens objeto de *hedge*	Rubrica do balanço	Valor contábil do objeto de *hedge* Passivo	Ajuste a valor justo do objeto de *hedge* Passivo	Valor-base para calcular a inefetividade do *hedge* (*)
Risco de taxa de juros				
Hedge de captação pré	Depósitos e captações	4.536.477	(18.096)	(18.096)
Total		**4.536.477**	**(18.096)**	**(18.096)**

(*) Alterações no valor do item objeto de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*. Para a estratégia de captação pré, o C6 Bank reestabelece a relação de cobertura dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos são redimensionados ao longo da vida da carteira objeto de hedge. Isso ocorre por se tratar de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de riscos aprovadas por alçada competente.

	Valor referencial	Valor-base para calcular a inefetividade do *hedge*	Inefetividade do *hedge* reconhecida no resultado
Instrumentos de *hedge*			
Risco de taxa de juros			
Futuro DI	4.776.862	14.696	(3.400)
Total	**4.776.862**	**14.696**	**(3.400)**

9. Operações de crédito: Composição:

	31/12/2022 Saldo	31/12/2022 Provisão	31/12/2021 Saldo	31/12/2021 Provisão
Empréstimos	4.934.230	(1.249.575)	2.583.715	(394.576)
Financiamentos	2.687.086	(33.338)	216.673	(1.867)
Valores a receber relativos a transações de pagamento	6.646.995	(40.266)	3.969.985	(22.672)
Valores e créditos a receber com característica de concessão de crédito	57.784	(290)	53.033	(265)
Total empréstimos e outros valores a receber com característica de crédito	**14.326.095**	**(1.323.469)**	**6.823.406**	**(419.380)**

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BANCO C6 S.A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

Por faixa de vencimento e níveis de risco

	31/12/2022						31/12/2021	
		a vencer						
Nível de risco	**Vencidas**	**até 6 meses**	**de 6 a 12 meses**	**após 12 meses**	**Total**	**Provisão**	**Total**	**Provisão**
AA	–	102.848	91.505	10.784	205.137	–	86.918	–
A	55.612	6.820.425	1.385.695	2.508.418	10.770.150	(53.851)	5.527.346	(27.637)
B	68.366	577.826	273.320	402.242	1.321.754	(13.218)	512.450	(5.126)
C	140.605	87.669	22.678	26.749	277.701	(8.331)	119.858	(3.596)
D	166.122	26.511	10.498	13.202	216.333	(21.633)	77.810	(7.781)
E	165.205	15.818	8.901	14.250	204.174	(61.252)	81.068	(24.320)
F	182.983	13.555	7.820	11.295	215.653	(107.827)	92.953	(46.476)
G	171.551	8.685	5.011	7.541	192.788	(134.952)	68.528	(47.969)
H	828.414	40.220	22.771	31.000	922.405	(922.405)	256.475	(256.475)
Total	**1.778.858**	**7.693.557**	**1.828.199**	**3.025.481**	**14.326.095**	**(1.323.469)**	**6.823.406**	**(419.380)**
Circulante					**11.300.614**	**(1.258.580)**	**5.728.001**	**(401.759)**
Não circulante					**3.025.481**	**(64.889)**	**1.095.405**	**(17.621)**

Por setores e atividades econômicas:

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoa física	**11.126.748**	**5.185.574**
Pessoa jurídica	**3.199.347**	**1.637.832**
Comércio	682.725	245.829
Serviços	2.006.688	1.256.680
Indústria	451.412	123.030
Outros	58.522	12.293
Total	**14.326.095**	**6.823.406**

Concentração dos maiores devedores:

	31/12/2022	% da carteira	31/12/2021	% da carteira
10 maiores	237.275	2%	165.213	2%
20 maiores	387.634	3%	268.328	4%
50 maiores	667.345	5%	473.971	7%
100 maiores	950.063	7%	683.920	10%

Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos iniciais	(419.380)	(19.992)
(Constituição)/Reversão de provisão	(1.629.909)	(422.524)
Baixas a prejuízo	725.820	23.136
Total	**(1.323.469)**	**(419.380)**

Renegociação e recuperação de créditos baixados para prejuízo: Em 31 de dezembro de 2022, a carteira de crédito inclui R$ 379.126 (PDD - R$ 83.214) referente a operações renegociadas (31 de dezembro de 2021 - R$ 50.736 com PDD - R$ 3.074). Em 31 de dezembro de 2022 a carteira inclui R$ 14.531 (PDD - R$ 14.531) de operações de crédito anteriormente baixados para prejuízo (31 de dezembro de 2021 - R$ 145 (PDD - R$ 145).

10. Outros ativos e passivos financeiros:

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito	334.261	336.119
Depósitos de moeda eletrônica no Banco Central	–	514.200
Reservas compulsórias no Banco Central	165.054	357.734
Demais depósitos no Banco Central	156.471	60.465
Operações de câmbio (nota 10.1)	388.619	255.678
Negociação e intermediação de valores	16.329	15.815
Outros ativos financeiros	**1.060.734**	**1.540.011**
Circulante	**11.865.130**	**5.692.551**
	31/12/2022	**31/12/2021**
Operações compromissadas	8.972.255	2.105.485
Recebimentos de pagamentos a liquidar	6.933.229	4.116.963
Operações de câmbio (nota 10.1)	511.441	277.784
Negociação e intermediação de valores	9.806	–
Resultados de exercícios futuros (*)	–	19.261
Outros passivos financeiros	**16.426.731**	**6.519.493**
Circulante	**16.426.731**	**6.512.636**
Não circulante	**–**	**6.857**

(*) De acordo com a Resolução BCB n° 92/2021, o Grupo 5 do COSIF - Rendas de Exercícios Futuros foi reclassificado para a linha de Outros Passivos - Credores diversos, a partir de 1° de janeiro de 2022.

10.1 Operações de câmbio:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Câmbio comprado/vendido a liquidar	303.751	154.178	176.143	95.647
Direitos/Obrigações sobre operações de câmbio	154.178	303.751	95.647	176.143
(–) Adiantamentos em moeda nacional	(69.310)	–	(16.112)	–
Valores a receber/pagar em moeda estrangeira	–	53.512	–	5.994
Total	**388.619**	**511.441**	**255.678**	**277.784**
Circulante	**388.619**	**511.441**	**255.678**	**277.784**
Não circulante	**–**	**–**	**–**	**–**

11. Outros ativos:

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas a receber	33.100	19.259
Outros créditos - diversos (nota 11.1)	414.217	110.687
Outros valores e bens	198.084	204.981
Despesas antecipadas (i)	447.567	317.404
Total	**1.092.968**	**652.331**
Circulante	**636.248**	**508.374**
Não circulante	**456.720**	**143.957**

(i) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de despesas antecipadas refere-se, substancialmente, a comissões pagas a terceiros por estruturação de operações com o mercado a serem reconhecidas pelo prazo dos contratos e o diferimento do custo da matéria prima do plástico utilizado para elaboração do cartão, após o desbloqueio pelo cliente.

11.1 Outros créditos diversos:

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos e antecipações salariais	3.785	519
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	28.646	17.369
Valores a receber de sociedades ligadas	106.137	15.002
Devedores diversos	260.550	64.944
Devedores por depósito em garantia	2.217	2.024
Impostos e contribuições a compensar	12.882	10.829
Outros ativos	**414.217**	**110.687**
Circulante	**412.457**	**93.013**
Não circulante	**1.760**	**17.674**

12. Investimentos:

		Movimentação dos investimentos			
	31/12/2021	**Aquisição/aporte/ (encerramento)**	**Ajustes patrimoniais**	**Resultado de participação**	**31/12/2022**
No país					
C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	48.890	–	–	(2.522)	46.368
NTK Solutions S.A.	189.472	–	–	(81.295)	108.177
Banco C6 Consignado S.A.	189.550	–	1.233	(26.429)	164.354
C6 Corretora de Seguros S.A.	31.287	–	–	(3.984)	27.303
Ágio - C6 Corretora de Seguros S.A.	4.447	–	–	–	4.447
Idea9	2.336	–	–	729	3.065
Ágio - Idea9	5.340	–	–	–	5.340
Outros	25	–	–	(25)	–
No exterior					
C6 Holdings LLC	32.501	(32.501)	–	–	–
Total	**503.848**	**(32.501)**	**1.233**	**(113.526)**	**359.054**

	31/12/2022			31/12/2021		
	% de participação	**Patrimônio líquido ajustado**	**Resultado líquido**	**% de participação**	**Patrimônio líquido ajustado**	**Resultado líquido**
No país						
C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	100%	46.368	(2.522)	100%	48.890	(1.859)
NTK Solutions S.A.	100%	108.177	(81.295)	100%	189.472	(59.413)
Banco C6 Consignado S.A.	15%	1.095.693	(176.275)	15%	1.263.665	(77.198)
C6 Corretora de Seguros S.A.	100%	27.303	(3.984)	100%	31.287	7.479
Instituição de Design e Ensino, Aprendizagem e Treinamentos Ltda.	100%	3.065	729	100%	2.336	833
No exterior						
C6 Holdings LLC	–	–	–	100%	32.501	(21.211)

13. Imobilizado:

	31/12/2021	Aquisição/(Baixa)	Depreciação (i)	31/12/2022
Sistemas de processamento de dados	26.704	25.838	–	52.542
Melhorias	34.724	2.206	–	36.930
Mobília e equipamento	19.538	430	–	19.968
Depreciação	(27.976)	–	(15.819)	(43.795)
Total	**52.990**	**28.474**	**(15.819)**	**65.645**
	31/12/2020	**Aquisição/(Baixa)**	**Depreciação (i)**	**31/12/2021**
Sistemas de processamento de dados	26.332	372	–	26.704
Melhorias	34.616	108	–	34.724
Mobília e equipamento	3.416	16.122	–	19.538
Depreciação	(16.849)	–	(11.127)	(27.976)
Total	**47.515**	**16.602**	**(11.127)**	**52.990**

(i) As movimentações de depreciações incluem despesas advindas de ativos imobilizados próprios. O saldo da demonstração de resultado inclui também as despesas advindas de contrato de rateio de custos celebrado entre o C6 Bank, sua controladora indireta Carbon Holding S.A., dedicada a condução de atividades de suporte e apoio administrativo para controladas, e outras empresas do Grupo C6, por esse motivo o saldo na Demonstração de Resultado difere do demonstrado acima.

14. Intangível:

	31/12/2021	Aquisição/(Baixa)	Amortização (i)	31/12/2022
Intangíveis	29.748	(2.183)	–	27.565
Amortização	(8.270)	–	(2.756)	(11.026)
Total	**21.478**	**(2.183)**	**(2.756)**	**16.539**
	31/12/2020	**Aquisição/(Baixa)**	**Amortização (i)**	**31/12/2021**
Intangíveis	29.748	–	–	29.748
Amortização	(5.513)	–	(2.757)	(8.270)
Total	**24.235**	**–**	**(2.757)**	**21.478**

(i) As movimentações de amortizações incluem despesas advindas de ativos intangíveis próprios. O saldo da demonstração de resultado inclui também as despesas advindas de contrato de rateio de custos celebrado entre o C6 Bank, sua controladora indireta Carbon Holding S.A., dedicada a condução de atividades de suporte e apoio administrativo para controladas, e outras empresas do Grupo C6, por esse motivo o saldo na Demonstração de Resultado difere do demonstrado acima.

15. Depósitos:

	31/12/2022						31/12/2021
	Total	**até 90 dias**	**de 90 a 365 dias**	**de 1 a 3 anos**	**de 3 a 5 anos**	**acima de 5 anos**	**Total**
Depósitos à vista	1.598.565	1.598.565	–	–	–	–	2.398.793
Depósitos a prazo	15.718.953	1.412.034	4.141.513	8.827.560	347.451	990.395	8.524.045
Outros depósitos	377.316	377.316	–	–	–	–	490.295
Total	**17.694.834**	**3.387.915**	**4.141.513**	**8.827.560**	**347.451**	**990.395**	**11.413.133**
Circulante	**7.529.428**						**6.002.405**
Não circulante	**10.165.406**						**5.410.728**

16. Recursos de aceites e emissão de títulos:

	31/12/2022			31/12/2021
	Total	**de 90 a 365 dias**	**de 1 a 3 anos**	**Total**
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias de crédito e similares	**1.205.539**	**673.923**	**531.616**	**213.655**
Obrigações por emissões de letras de crédito imobiliário	112.279	112.279	–	24.025
Obrigações por emissões de letras de crédito do agronegócio	458.686	458.382	304	20.650
Obrigações por letras financeiras	626.871	95.559	531.312	168.980
Obrigações por certificados de operações estruturadas	7.703	7.703	–	–
Total	**1.205.539**	**673.923**	**531.616**	**213.655**
Circulante	**673.923**			**119.419**
Não circulante	**531.616**			**94.236**

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, recursos de letras imobiliárias, hipotecárias de crédito e similares são basicamente indexados a percentuais de taxa referencial de juros (CDI ou SELIC) entre 100% e 122%.

17. Dívidas subordinadas:

	31/12/2022					31/12/2021
Nome do papel	**Valor principal**	**Emissão**	**Vencimento**	**Remuneração a.a.**	**Saldo contábil**	**Total**
Letra financeira I	99.900	29/04/2021	30/04/2026	CDI + 1,30	118.961	104.489
Letra financeira II	30.000	17/06/2021	18/06/2027	CDI + 4,00	36.969	31.632
Letra financeira III	20.000	29/06/2021	29/06/2027	CDI + 4,00	24.583	21.033
Total					**180.513**	**157.154**

18. Outros passivos:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar de despesas com pessoal	79.779	40.151
Contas a pagar de despesas administrativas	120.155	53.590
Provisão para participação nos lucros	168.234	100.508
Provisão para pagamento a fornecedores	139.223	169.440
Obrigações por vendas de cartões de débito e crédito	33.143	19.919
Provisão relacionada a programa de fidelidade	181.708	73.464
Credores diversos	32.584	33.520
Outros	39.016	14.156
Total	**793.842**	**504.748**
Circulante	**656.986**	**386.612**
Não circulante	**136.856**	**118.136**

19. Provisões e passivos contingentes: Provisões: As provisões registradas para processos em que a probabilidade de perda é provável e os montantes mensuráveis com suficiente segurança estão assim apresentados:

	31/12/2021	Adições/Atualizações	Pagamentos/Reversões	31/12/2022
Ações cíveis	2.275	6.303	–	8.578
Ações trabalhistas	–	886	–	886
Total	**2.275**	**7.189**	**–**	**9.464**
	31/12/2020	**Adições/Atualizações**	**Pagamentos/Reversões**	**31/12/2021**
Ações cíveis	599	1.676	–	2.275
Total	**599**	**1.676**	**–**	**2.275**

Os depósitos judiciais realizados pelo C6 Bank em face dos processos em que é parte montam R$ 2.217 em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R$ 2.022), apresentados em Outros ativos. **Passivos contingentes:** Em 31 de dezembro de 2022, o C6 Bank figurava como parte em processos cíveis no montante de R$ 212.425 (2021 - R$ 117.747) e como parte em processos trabalhistas no montante de R$ 1.498 (2021 - R$ 1.365), com probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados. **20. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social é de R$ 6.470.433 (2021 - R$ 2.874.213), dividido em 1.352.561.604 ações ordinárias (2021 - 1.106.795.398), nominativas e sem valor nominal, e a Reserva de Capital de R$ 97.416 (2021 - R$ 86.999). A composição e a mudança nas ações do capital integralizado do C6 Bank no início e no final do exercício são mostradas abaixo:

	Ações ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2020	**1.013.573.733**
Ações emitidas	93.221.665
Ações em 31 de dezembro de 2021	**1.106.795.398**
Ações emitidas	245.766.206
Ações em 31 de dezembro de 2022	**1.352.561.604**

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 4 de fevereiro de 2022 foi deliberado o aumento do capital social do Banco C6 S.A. no valor total de R$ 3.625.000, mediante a emissão de 245.766.206 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram subscritas e integralizadas pela N7 Holding S.A. Referido aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 27 de abril de 2022. O aumento de capital é apresentado líquido do custo de emissão de ação no montante de R$ 28.780, totalizando R$ 3.596.220. Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2021, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social de R$ 625.000, sendo emitidas 42.373.484 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, homologado pelo BACEN em 29 de novembro de 2021. Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 02 de julho de 2021, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social de R$ 750.000, sendo emitidas 50.848.181 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, homologado pelo BACEN em 28 de julho de 2021. **Reserva de capital:** Constituída por valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidadas com entrega de instrumentos patrimoniais, vide nota 26. **Reservas de lucro: Reserva legal:** Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos. **Reserva estatutária:** De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção do capital de giro, e seu montante limitado ao saldo do capital social. **Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva legal. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram pagos dividendos devido à existência de prejuízo nos exercícios. **21. Imposto de renda e contribuição social: Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL:**

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.094.670)	(1.181.282)
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas Vigentes	**942.601**	**531.577**
Efeitos no cálculo dos tributos decorrentes de:		
Participação em coligadas e controladas	(63.514)	(30.626)
Despesas Indedutíveis	(2.220)	(12.118)
Baixa de prejuízo fiscal e base negativa no exercício	(856.306)	–
Outros Valores	(161.542)	–
Encargos sobre efeitos no cálculo dos tributos	**(1.083.582)**	**(42.744)**
Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício	**(140.980)**	**488.833**
Efeitos de adições e exclusões temporárias no cálculo dos tributos:		
Provisão para participação nos lucros	30.475	20.891
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	734.437	178.746
Provisão para contingências cíveis	2.879	840
Provisão para pagamentos	23.497	1.596
Marcação a mercado	(130.696)	14.419
Constituição/(Realização) dos impostos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	**660.592**	**216.492**
Constituição/(Realização) de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	**(801.572)**	**272.340**

Movimentação dos ativos fiscais diferidos:

	31/12/2021	Constituição	Realização/ Baixa	31/12/2022
Provisão para participação nos lucros	45.125	75.704	(45.229)	75.600
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	189.473	734.731	(294)	923.910
Provisão para contingências cíveis	1.109	2.879	–	3.988
Provisão para pagamentos	2.798	23.497	–	26.295
Marcação a mercado	123.593	11.547	(123.593)	11.547
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	801.572	54.734	(856.306)	–
Total dos créditos tributários ativados	**1.163.670**	**903.092**	**(1.025.422)**	**1.041.340**
Impostos de renda	**646.483**			**578.522**
Contribuição social	**517.187**			**462.818**

Em 31 de Dezembro de 2022, a parcela de R$ 130.665 (31 de dezembro de 2021 - R$ 112.016) corresponde ao crédito tributário referente ao ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido.

Expectativa de realização do crédito tributário:

	31/12/2022
Em 2023	117.000
Em 2024	–
Em 2025	545.459
Em 2026	189.196
A partir de 2027	189.685
Total de créditos tributários	**1.041.340**
Valor presente	**824.897**

Créditos tributários não ativados:

	31/12/2021	Constituição	Realização	31/12/2022
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	–	1.014.485	–	1.014.485
Total dos Créditos tributários não ativados	**–**	**1.014.485**	**–**	**1.014.485**
Imposto de Renda	–			563.603
Contribuição Social	–			450.882

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de créditos não ativados de R$ 1.014.485 contempla a baixa no montante de R$ 856.306 realizada no segundo semestre de 2022. O saldo será reconhecido contabilmente, apenas, quando atender aos aspectos regulatórios aplicáveis ao Banco C6 S.A. para sua ativação.

Obrigações fiscais correntes:

	31/12/2022	31/12/2021
Pis, Cofins e ISS correntes	1.945	1.740
Impostos de terceiros	18.599	10.366
Total	**20.544**	**12.106**
Circulante	**20.544**	**12.106**
Não circulante	**–**	**–**

22. Receitas de prestação de serviços:

	31/12/2022		31/12/2021
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Comissão sobre compras - intercâmbio	272.297	466.287	185.066
Cobrança	124	124	8
Rendas com tarifas bancárias e serviços bancários	37.620	61.695	19.404
Rendas de transferência de fundos	8.492	15.857	10.936
Corretagens de câmbio	7.699	26.476	7.886
Rendas de garantias prestadas	174	353	528
Outros serviços	57.009	79.588	20.215
Total	**383.415**	**650.380**	**244.043**

23. Despesas com pessoal:

	31/12/2022		31/12/2021
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Proventos	(84.711)	(165.132)	(119.451)
Encargos sociais	(50.370)	(94.193)	(58.694)
Benefícios	(75.165)	(124.028)	(44.789)
Férias e 13º	(32.092)	(65.110)	(36.947)
Honorários	(4.584)	(9.775)	(9.950)
Gratificações	(49.405)	(96.503)	(33.109)
Outros	(853)	(1.245)	(2.582)
Total	**(297.180)**	**(555.986)**	**(305.522)**

24. Outras despesas administrativas:

	31/12/2022		31/12/2021
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Telecomunicações e processamento de dados	(315.260)	(743.891)	(534.013)
Serviços técnicos especializados	(164.672)	(295.832)	(163.321)
Propaganda e publicidade	(75.702)	(154.537)	(135.251)
Serviços do sistema financeiro	(29.377)	(61.830)	(60.037)
Outros serviços de terceiros e consultorias	(53.287)	(71.001)	(622)
Outras despesas administrativas	(67.618)	(111.529)	(37.103)
Total	**(705.916)**	**(1.438.620)**	**(930.347)**

25. Outras receitas e despesas operacionais:

	31/12/2022		31/12/2021
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Receitas e despesas relacionadas a programa de fidelidade	19.663	34.065	3.754
Variação cambial	15.959	(4.948)	(2.187)
Despesa de comissão	(67.513)	(109.383)	(26.176)
Custo de emissão de cartão	(46.753)	(86.696)	(41.348)
Serviços associados a transações de pagamentos	(44.968)	(79.219)	(47.295)
Despesas com perdas associadas a cartões	(37.355)	(50.902)	(12.183)
Despesas com outras perdas operacionais	(31.228)	(33.288)	–
Despesas com plano de outorga de ações	(3.298)	(8.075)	(20.462)
Despesas de provisão para contingências	(3.865)	(8.039)	(1.867)
Outras receitas e despesas operacionais	(35.378)	(35.116)	25.707
Total	**(234.737)**	**(381.601)**	**(122.057)**

26. Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais: A movimentação do saldo está apresentada na tabela abaixo:

	31/12/2021	Adições	Resgates	31/12/2022
Parceria	41.086	10.417	–	51.503
Total	**41.086**	**10.417**	**–**	**51.503**

Esses programas são contabilizados de acordo com as normas aplicáveis a pagamentos baseados em ações e referem-se a transações com pagamento mediante outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais concedidas por entidades controladoras indiretas que possuem interesse econômico no C6 Bank, que é a entidade que recebe o serviço. **27. Partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado. Operações pactuadas com controladas direta, indireta, pessoal chave da Administração e controlador:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Banco C6 Consignado S.A.	10.349.618	4.083.673
Outros ativos financeiros - C6 CTVM	194.935	–
Outros ativos - Banco C6 Consignado S.A.	53.231	27.409
Passivo		
Depósitos à vista	20.028	15.027
Depósitos interfinanceiros - C6 CTVM	32.524	–
Operações compromissadas - C6 CTVM	3.786.681	–
Empréstimos no país	–	93.379
Comissão de fiança - Banco C6 Consignado S.A.	–	59
Outros passivos - Banco C6 Consignado S.A.	135	–
Outros passivos financeiros - Banco C6 Consignado S.A.	90.211	6.513
Resultado	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receita de prestação de serviços - Banco C6 Consignado S.A.	111	454
Resultado de operações compromissadas - C6 CTVM	243.503	36
Receita de aplicação em depósitos interfinanceiros - Banco C6 Consignado S.A.	799.085	5.874
Corretagem de operações em bolsa - C6 CTVM	(1.978)	(1.432)
Resultado de operações com instrumentos financeiros - Banco C6 Consignado S.A.	(179.318)	(136.327)

Remuneração do pessoal chave da administração: A remuneração total do pessoal-chave da administração para o período foi de R$ 14.667 (31 de dezembro de 2021 - R$ 26.978) a qual é considerada benefício de curto prazo. **28. Gerenciamento de riscos e de capital:** A estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital do Banco C6 S.A. reflete a estratégia e o modelo de negócios do Banco, sendo compatível com a natureza e a complexidade de suas operações e produtos. A gestão de risco e capital é realizada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, a independência de suas operações. O C6 Bank gerencia de forma proativa os riscos inerentes às suas atividades, por entender que a continuidade dos seus negócios no longo prazo está diretamente relacionada ao adequado processo de controle desses riscos. A filosofia do banco é investir esforços significativos no entendimento da natureza e dos potenciais efeitos dos riscos assumidos, visando definir práticas adequadas à gestão dos negócios. A gestão de riscos é disseminada a todos os níveis da organização, de forma que todos os colaboradores, a qualquer momento, possam identificar os potenciais riscos, assegurando, dessa forma, que estes sejam devidamente avaliados e geridos nas diferentes áreas do banco. **28.1 Análise de sensibilidade das carteiras:** A análise de sensibilidade das carteiras permite avaliar o efeito dos movimentos relativos das curvas de mercado e dos preços dos ativos financeiros sobre as posições mantidas pelo C6 Bank. Nesse sentido, são empregados três cenários específicos: Cenário I: Aplicação de choques de 1 ponto-base nas taxas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índice de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações, tanto de alta quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco; Cenário II: Aplicação de choques de 25% nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de alta quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco; Cenário III: Aplicação de choques de 50% nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de alta quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Exposições	Risco de	31/12/2022			31/12/2021		
Fatores de Risco	**Variação em:**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Prefixado	Taxa de Juros Prefixada em Reais	(170)	(584)	(1.168)	(66)	(15.277)	(30.650)
Cupons Cambiais	Taxa dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(6)	(160)	(319)	–	(8)	(17)
Moedas	Taxas de Câmbio	(8)	(183)	(366)	(43)	(1.075)	(2.151)
Ações	Índices de preços de renda variável	–	–	–	–	–	–
Cupom IPCA	Taxas dos Cupons de IPCA	–	(10)	(20)	(18)	(2.327)	(4.186)
Total Geral		**(184)**	**(937)**	**(1.873)**	**(127)**	**(18.687)**	**(37.004)**

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização. Os ativos financeiros mensurados ao valor de mercado (Notas 5, 6 e 8) são representados por investimentos em títulos públicos brasileiros e instrumentos financeiros derivativos, classificados no Nível 1 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá pela observação de preços ativamente negociados no mercado. **28.2 Gerenciamento de capital:** Os requerimentos de capital do C6 Bank são determinados com base no conjunto de regras emanadas pelo CMN e pelo BACEN que refletem, no Brasil, os padrões globais de requerimento de capital (BIS BACENS). Para calcular os requerimentos mínimos de capital, apura-se o montante total dos Ativos Ponderados por Risco (RWA) através da soma das parcelas dos Ativos Ponderados por Risco de Crédito, de Mercado e Operacional. O C6 Bank utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo dessas parcelas, consoante a regulamentação em vigor. A tabela a seguir apresenta os requerimentos mínimos de capital e limites operacionais:

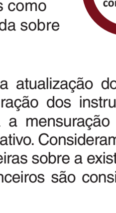
	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência	**3.581.150**	**1.543.777**
Nível I	**3.460.532**	**1.407.521**
Capital Principal	**3.460.532**	**1.407.521**
Patrimônio Líquido	3.569.180	2.355.044
(–) Ajustes Prudenciais previstos na Resolução nº4.192/13	(108.648)	(947.523)
Nível II	**120.618**	**136.256**
Dívida Subordinada	120.618	136.256
Ativos ponderados pelo risco - RWA	**23.890.949**	**13.546.220**
Risco de Crédito	22.311.569	12.987.543
Risco de Mercado	30.299	48.947
Risco Operacional	1.549.081	509.730
Patrimônio de Referência mínimo requerido	**1.911.276**	**1.083.698**
Índice de Basileia (PR/RWA)	**14,99%**	**11,40%**

Diretor Presidente: Marcelo Kalim

Contadora: Solange Pereira Andrade - 1SP-261621/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Banco C6 S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco C6 S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco C6 S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de instrumentos financeiro

Conforme divulgado nas notas 3, 5 e 6, uma parcela substancial dos instrumentos financeiros é composta por títulos públicos federais, mensurados a valor justo. Os títulos públicos federais são mensurados ao valor justo, com base nos preços divulgados em mercado ativo. Dessa forma, a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros foram definidos como uma área de foco em nossa auditoria, devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento relacionado aos processos de mensuração dos instrumentos financeiros. Comparamos os valores utilizados para a mensuração desses investimentos com os preços divulgados em mercado ativo. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre a existência e mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas 3 e 9, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é estimada com base na análise das operações e dos riscos específicos apresentados cada carteira, levando em consideração a classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. Essa é uma área que foi definida como foco de auditoria, pois aplicação de diferentes critérios e julgamento na mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o nosso entendimento dos principais processos relacionados à:(i) concessão de crédito; (ii) operações renegociadas; (iii) atribuição de nível de risco; e (iv) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares. Efetuamos, também, (i) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela administração para determinação do risco de crédito das operações; (ii) recálculo das provisões com base na classificação de risco e no atraso das operações; e (iii) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão. Consideramos que os critérios adotados pela administração para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de março de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Paulo Putini
Contador CRC 1SP212529/O-8

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

C6 BANK

CARBON ASSET MANAGEMENT LTDA.

CNPJ nº 38.265.784/0001-52

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor, A Carbon Asset Management Ltda. ("Carbon Asset") atua na gestão de fundos de investimento e faz parte do mesmo grupo do Banco C6 S.A. ("C6 Bank"). O C6 Bank é um banco completo para **pessoas físicas, MEIs e pequenas e médias empresas**. **Apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício:** Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as informações individuais em IFRS da Carbon Asset, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Acesse: **www.C6Bank.com.br/Documentos/. Desempenho Financeiro:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Carbon Asset possuía R$ 49 milhões de patrimônio líquido (R$ 33 mil negativo em 31 de dezembro de 2021) e R$ 51 milhões de total de ativos (R$ 285 mil em 31 de dezembro de 2021). O Prejuízo Líquido foi de R$ 570 mil (prejuízo de R$ 43 mil em 31 de dezembro de 2021). **Auditores Independentes:** A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

(Aprovada pela Diretoria em 7 de março de 2023)

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	226	2
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5	50.048	–
Outros ativos	6	752	261
Ativos fiscais	10	316	22
Total do ativo		**51.342**	**285**
Passivo			
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Empréstimos		–	208
Outros passivos	8	1.945	110
Total do passivo		**1.945**	**318**
Patrimônio líquido			
Capital social	9	50.010	10
Lucros (prejuízos) acumulados		(613)	(43)
Total do patrimônio líquido		**49.397**	**(33)**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**51.342**	**285**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Lucros ou prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**10**	**–**	**10**
Prejuízo do exercício		–	(43)	(43)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9	**10**	**(43)**	**(33)**
Aumento de capital	9	50.000	–	50.000
Prejuízo do exercício		–	(570)	(570)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9	**50.010**	**(613)**	**49.397**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita com juros	11	1.712	–
Despesa com juros	11	(11)	(8)
Resultado líquido de juros		**1.701**	**(8)**
Receita de prestação de serviços	12	633	210
Resultado líquido com instrumentos financeiro	11	1.718	–
Despesas de pessoal	13	(987)	–
Outras despesas administrativas	14	(3.680)	(241)
Despesas tributárias		(249)	(26)
Resultado antes dos impostos e contribuições		**(864)**	**(65)**
Imposto de renda e contribuição social	10	294	22
Prejuízo do exercício		**(570)**	**(43)**
Média ponderada da quantidade de ações	9	**45.352.466**	**10.000**
Prejuízo por ação - básico (em R$)		(0,01)	(4,30)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(570)	(43)
(=) Resultado abrangente total	**(570)**	**(43)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		**(570)**	**(43)**
Ajustes ao prejuízo líquido			
Tributos diferidos	9	(294)	(22)
Resultado ajustado		**(864)**	**(65)**
Aumento/(redução) de ativos e passivos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Outros ativos ao valor justo por meio do resultado		(50.048)	–
Outros ativos		(491)	(251)
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Empréstimos		(208)	208
Outros passivos		1.835	110
Caixa usado nas atividades operacionais		**(49.776)**	**2**
Atividades de financiamento			
Aumento de capital		50.000	–
Caixa proveniente das atividades de financiamento		**50.000**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	2	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	226	2
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**224**	**2**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Carbon Asset Management Ltda. (Carbon Asset), foi fundada em 28 de agosto de 2020, é uma Sociedade Limitada, com sede localizada na Avenida Nove de Julho nº 3186, no Estado de São Paulo, e, têm como atividade preponderante a gestão discricionária de recursos de terceiros, sendo responsável pela gestão de fundos de investimento. A Carbon Asset é uma empresa controlada pela Carbon Holding S.A., uma holding que detém 60% de suas cotas. A Diretoria aprovou estas demonstrações financeiras para emissão em 7 de março de 2023. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional e de apresentação da Carbon Asset. As informações financeiras quantitativas, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil). **Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e CPC requer que a Administração faça julgamentos e aplique estimativas que afetam os valores registrados reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas adotadas são monitoradas continuamente, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, ajustando-se prospectivamente. Essas estimativas foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma. **Adoção de novas normas e interpretações: Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2022:** Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 1° de janeiro de 2023 e ainda não foram adotadas são: • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023; • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao exercício atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023; • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC (International Financial Reporting Interpretations Committee) que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Carbon Asset. A Administração não espera que a adoção das normas e interpretações descritas acima tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As práticas contábeis adotadas pela Carbon Asset são aplicadas de maneira consistente ao longo do período apresentado nestas Demonstrações Financeiras. **Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui saldos de caixa, contas correntes (depósitos) e aplicações no mercado aberto com vencimento original não superior a 90 dias do reconhecimento inicial, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **Ativos e passivos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando a Carbon Asset se torna parte da disposição contratual do instrumento na data de negociação (data em que a Carbon Asset se compromete a vender ou comprar o ativo). No reconhecimento inicial, a Carbon Asset mensura um ativo financeiro ou passivo financeiro pelo seu valor justo mais ou menos, os custos de transação que são incrementais e diretamente atribuídos à emissão ou aquisição do ativo ou passivo (caso estes não sejam ao valor justo por meio do resultado). Para ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são considerados despesas. Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, após o reconhecimento inicial, é reconhecida uma provisão para perda de crédito esperada, que resulta em uma perda contábil sendo reconhecida no resultado quando um ativo é recém originado. Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros é diferente do reconhecimento inicial ou preço de transação, a diferença é reconhecida pela Carbon Asset como: (i) Ganho ou perda quando o valor justo é evidenciado por um preço de cotação no mercado ativo ou técnica de avaliação usando apenas dados de mercados observáveis; ou (ii) Amortizado durante a vida do instrumento; diferido até que o valor justo do instrumento possa ser medido por entradas observáveis de mercado; ou realizada por meio de liquidação, para todos os demais casos. **Classificação e avaliação de ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: **Custo amortizado:** utilizado quando os ativos financeiros são administrados para coletar os fluxos de caixa contratuais, consistindo apenas nos pagamentos de principal e juros. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** utilizado quando os ativos financeiros são mantidos tanto para coletar os fluxos de caixa contratuais, consistindo apenas nos pagamentos de principal e juros, quanto para venda. Os movimentos no valor contábil são feitos por meio de outros resultados abrangentes, exceto para o reconhecimento de: (i) ganhos ou perdas por redução ao valor recuperável, (ii) receita de juros e (iii) ganhos e perdas cambiais sobre o custo amortizado do instrumento (que são reconhecidos no lucro ou perda); **Valor justo por meio do resultado:** utilizado para os ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima. A classificação e subsequente mensuração dos ativos financeiros depende de: (i) modelo de negócios em que são administrados, e (ii) as características de seus fluxos de caixa. O modelo de negócios representa a forma como os ativos financeiros são gerenciados para gerar e coletar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento observado individualmente. Os fatores considerados pela Carbon Asset na determinação de um modelo de negócios relacionado a um grupo de ativos incluem a expectativa de como os fluxos de caixa são coletados, a forma como os riscos relacionados ao grupo de ativos é avaliada e como o desempenho do ativo é mensurado e reportado a administração. Os ativos financeiros podem ser gerenciados com a finalidade de: (i) coleta de fluxos de caixa contratuais; (ii) obter, coletar fluxos de caixa contratuais e vender; ou (iii) venda. **Teste SPPI:** avaliação dos fluxos de caixa com o objetivo de verificar se representam apenas pagamentos de principal e juros quando o modelo de negócios é manter ativos para coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender. Para se encaixar neste conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas consideração para o valor do dinheiro no tempo, risco de crédito e outros riscos básicos de empréstimo e uma margem de lucro que seja consistente com um acordo básico de empréstimo. Se os termos contratuais introduzirem exposição ao risco ou volatilidade do fluxo de caixa, como exposição a mudanças nos preços de instrumentos patrimoniais ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado. **Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social do período compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido, no lucro abrangente. Os encargos de Imposto de Renda (25%) e Contribuição Social (9%) correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas na apuração dos impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base em valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **Ativos fiscais diferidos:** Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que as empresas irão gerar lucro tributável futuro suficiente para sua compensação. A expectativa de realização do crédito tributário está baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e demais estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 10. **Reconhecimento de receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas quando a Carbon Asset presta ou disponibiliza serviços aos clientes, por um valor que reflete a contraprestação que a Carbon Asset espera receber em troca desses serviços. A seguir listamos as principais fontes de receitas e despesas da Carbon Asset: Receitas de prestação de serviços: As receitas de prestação de serviços consistem nas receitas geradas por meio de serviços de gestão de fundos de investimento para clientes, a qual é realizada e reconhecida periodicamente pelo período de execução conforme a obrigação de desempenho é satisfeita por parte da Carbon Asset. Receitas e despesas de juros: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados em dinheiro ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se for o caso, um período mais curto) até que o ativo ou passivo financeiro seja registrado. Ao calcular a taxa de juros efetiva, a Carbon Asset estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não as perdas de crédito futuras. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou venda de um ativo ou passivo financeiro. **Mensuração a valor presente:** Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do C6 Bank, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente. **Lucro por ação:** O resultado por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de cotas/ações ordinárias em circulação durante o exercício. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo de R$ 226 da Carbon Asset em 31 de dezembro de 2022 refere-se à depósitos bancários (31 de dezembro de 2021 - 2).

5. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de investimento multimercado	50.048	–
Total	**50.048**	**–**
Circulante	**50.048**	**–**
Não circulante	**–**	**–**

Esses fundos possuem em sua carteira substancialmente investimentos em títulos públicos e em cotas de fundos de investimento com exposição em ativos financeiros mensurados ao valor justo, ativamente negociados, e para os preços e indexadores/parâmetros são observáveis no mercado.

6. Outros ativos:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados a receber (i)	546	171
Impostos a recuperar	206	–
Diferimento de despesas pagas antecipadamente (ii)	–	90
Total	**752**	**261**
Circulante	191	104
Não circulante	561	157

(i) Refere-se aos valores a receber pela prestação de serviço de gestão incorridos, sem risco relevante de crédito ou exposição a oscilações de mercado. (ii) Refere-se principalmente aos custos incorridos com os valores de administração liberados aos fundos, apropriados à despesa de acordo com o período de prestação do serviço. **7. Passivos financeiros ao custo amortizado: Empréstimos no país:** O saldo de R$ 208 em 31 de dezembro de 2021 referia-se ao mútuo tomado com a empresa Csixers Holding S.A. e foi liquidado em junho de 2022. O valor justo dos passivos financeiros existentes era equivalente a seu custo amortizado.

8. Outros passivos:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações fiscais e previdenciárias	23	12
Valores a pagar de sociedades ligadas	1.922	98
Total	**1.945**	**110**
Circulante	**1.945**	**110**
Não circulante	**–**	**–**

9. Patrimônio líquido: Capital social: O Capital Social da Carbon Asset é de R$ 50.010 (31 de dezembro de 2021 - R$ 10) totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional, composto por 50.010.000 cotas (31 de dezembro de 2021 - 10.000). Conforme 2° Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social, realizado em 4 de fevereiro de 2022, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social em R$ 50.000, mediante a emissão de 50.000.000 novas cotas, com valor nominal de R$ 1,00. As novas cotas foram subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional pela Carbon Holding S.A.. Conforme 3° Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social, realizado em 4 de fevereiro de 2022, foi deliberada e aprovada a cessão de 20.004.000 cotas, com valor nominal de R$ 1,00 para o cotista ingressante JP Morgan Chase Holdings LLC., que representa 40% do capital da sociedade. De acordo com o Contrato Social, a Sociedade é regida subsidiariamente pela lei das sociedades anônimas (Lei 6.404/76), dessa forma as seguintes políticas de constituição de reservas e distribuição de lucros são apresentadas: **Reservas legais:** Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos. **Reserva estatutária:** Esta reserva tem por finalidade a manutenção do capital de giro, e seu montante limitado ao saldo do capital social. **Distribuição de lucros:** Os cotistas têm direito a um dividendo mínimo equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram pagos dividendos devido à existência de prejuízo dos exercícios.

Resultado por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	**(570)**	**(43)**
Quantidade média ponderada de ações	45.352.466	10.000
Prejuízo por ação (em R$)	**(0,01)**	**(4,30)**

10. Imposto de Renda e Contribuição Social: Os impostos diferidos ativos (créditos fiscais) são constituídos pela aplicação das taxas de imposto em vigor nas respectivas bases. Para a constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados critérios e estão amparados por estudo técnico de realização dos créditos tributários elaborado pela Administração, com base nos cenários atual e futuro. As principais premissas utilizadas nas projeções foram macroeconomia, custo dos empréstimos e realização dos ativos. A administração concluiu que os ativos fiscais diferidos serão recuperáveis utilizando a estimativa de lucro tributável futuro com base nos planos de negócios e orçamentos aprovados.

Demonstração das despesas de IRPJ e CSLL:

	31/12/2022	31/12/2021
Base de cálculo	**(864)**	**(65)**
Resultado antes dos tributos	(864)	(65)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	**294**	**22**
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	**294**	**22**
Imposto de renda diferido	216	16
Contribuição social diferida	78	6

Movimentação dos ativos fiscais diferidos:

	31/12/2021	Movimentação do exercício: Constituição	Realização	31/12/2022
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	22	294	–	316
Total dos créditos tributários ativados	**22**	**294**	**–**	**316**
Impostos de renda	**16**			**232**
Contribuição social	**6**			**84**

Expectativa de realização do crédito tributário:

	31/12/2022
Em 2023	316
Total de créditos tributários	**316**
Valor presente	**274**

11. Resultado líquido com juros e operações com títulos e valores mobiliários:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com juros		
Operações com títulos e valores mobiliários	1.712	–
Despesa com juros		
Empréstimos	(11)	(8)
Resultado líquido com instrumentos financeiros		
Operações com títulos e valores mobiliários	1.718	–
Total	**3.419**	**(8)**

12. Receita de prestação de serviço: O saldo de R$ 633 da Carbon Asset em 31 de dezembro de 2022 refere-se à taxa de gestão (31 de dezembro de 2021 - 210).

13. Despesas de pessoal:

	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	(790)	–
Benefícios	(4)	–
Encargos sociais	(193)	–
Total	**(987)**	**–**

14. Outras despesas administrativas:

	31/12/2022	31/12/2021
Telecomunicações e processamento de dados	(3.494)	(115)
Propaganda e publicidade	(4)	–
Serviços de terceiros e consultorias	(153)	(116)
Serviços do sistema financeiro	(16)	(10)
Outras despesas administrativas	(13)	–
Total	**(3.680)**	**(241)**

15. Partes relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

Partes relacionadas e seus produtos	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Coligadas, controladas e controladores	**226**	**2**
Disponibilidades - Banco C6 S.A.	226	2
Passivo		
Coligadas, controladas e controladores	**(1.922)**	**(304)**
Valores a pagar a sociedades ligadas - Banco C6 S.A.	(1.922)	(96)
Empréstimos no país - Csixers Holding S.A.	–	(208)
Despesas		
Coligadas, controladas e controladores	**(11)**	**(8)**
Empréstimos no país - Csixers Holding S.A.	(11)	(8)

16. Gerenciamento de riscos e de capital: A estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Grupo C6 reflete a estratégia e o modelo de negócios do Grupo, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos, a relevância da exposição a riscos, e a importância sistêmica das instituições. A gestão de riscos e de capital é executada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, o caráter independente da sua atuação. A estrutura de governança de risco do Grupo C6 busca estabelecer um ambiente de gestão de riscos independente, robusto, integrado e abrangente, em linha com a regulamentação em vigor e com as melhores práticas de mercado, adotando uma postura prospectiva para garantir que todos os riscos incorridos sejam devidamente identificados, mensurados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5) são representados por cotas de fundos de investimento, classificados no Nível 2 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá pela atualização do valor da cota divulgada por seus administradores. Esses fundos investem substancialmente em ativos financeiros mensurados ao valor justo, ativamente negociados, e para os preços e indexadores/parâmetros são observáveis no mercado.

Diretor Presidente: Marcelo Kalim | **Diretor CFO/CRO: Philippe Katz** | **Contadora: Solange Pereira Andrade - 1SP-261621/O-9**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas Carbon Asset Management Ltda. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Carbon Asset Management Ltda.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do património líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Carbón Asset Management Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de março de 2023

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Paulo Putini
Contador
CRC 1SP212529/O-8

Diário Comercial

O **Diário Comercial** oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.

www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

C6 BANK

N7 HOLDING S.A.

CNPJ nº 41.667.329/0001-98

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor, A N7 Holding S.A. ("N7") é a holding controladora direta do Banco C6 S.A. ("C6 Bank"). O C6 Bank é um banco completo para **pessoas físicas, MEIs e pequenas e médias empresas**. Situada em São Paulo, a instituição financeira C6 Bank formou um grupo ("Grupo C6 Bank") que reúne a C6 CTVM, o Banco C6 Consignado ("C6 Consig"), empresas de tecnologia para meios de pagamento, assessorias de seguros e uma plataforma de educação corporativa. Juntas, as empresas somam cerca de quatro mil funcionários. **Apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício:** Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as Informações individuais em IFRS da N7 Holding S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Acesse: **www.C6Bank.com.br/Documentos/**
Desempenho Financeiro: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a N7 possuía, R$ 4,5 bilhões de patrimônio líquido (31 de dezembro de 2021 - negativo em R$ 55,8 milhões) e R$ 4,5 bilhões de total de ativos (31 de dezembro de 2021 - R$ 1,3 milhões). O Prejuízo foi de R$ 2,4 bilhões (31 de dezembro de 2021 - R$ 52 milhões). A N7 tem como atividade preponderante a participação societária em instituições financeiras. O Prejuízo no período decorre substancialmente da atualização de seus investimentos e reflete os resultados das investidas Banco C6 S.A. e Banco C6 Consignado S.A., de acordo com seus percentuais de participação ao longo dos exercícios de 2022 e 2021. **Auditores Independentes:** A política do Grupo C6 Bank na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **Agradecimentos:** A N7 agradece seus colaboradores pelo empenho e talento que permitiu o desenvolvimento de uma plataforma bancária em tempo recorde, e aos nossos milhões de clientes pela confiança depositada.

(Aprovada pela Diretoria em 7 de março de 2023)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	–	1
Outros ativos		1	–
Investimento em coligadas e controladas	6	4.492.174	1.319.177
Total do ativo		**4.492.175**	**1.319.178**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo		–	**1.375.000**
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Recursos de aceites e emissão de títulos	7	–	1.375.000
Patrimônio líquido	9		
Capital Social		7.550.178	1
Reservas de capital		(598.784)	–
Outros resultados abrangentes		13.820	(3.169)
Lucros ou prejuízos acumulados		(2.473.039)	(52.654)
Total do patrimônio líquido		**4.492.175**	**(55.822)**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**4.492.175**	**1.319.178**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PERÍODO DE 17 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 17 de março de 2021		–	–	–	–	–
Integralização de capital		1	–	–	–	1
Ajustes de avaliação patrimonial - coligadas e controladas		–	–	(3.169)	–	(3.169)
Prejuízo do período		–	–	–	(52.654)	(52.654)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9	**1**	**–**	**(3.169)**	**(52.654)**	**(55.822)**
Aumento de capital		7.550.177	–	–	–	7.550.177
Ajustes de avaliação patrimonial - coligadas e controladas		–	(598.784)	16.989	–	(581.795)
Prejuízo do exercício		–	–	–	(2.420.385)	(2.420.385)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9	**7.550.178**	**(598.784)**	**13.820**	**(2.473.039)**	**4.492.175**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PERÍODO DE 17 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas	6	(2.420.385)	(52.654)
Resultado antes dos impostos e contribuições		**(2.420.385)**	**(52.654)**
Imposto de renda e contribuição social		**–**	**–**
Prejuízo do exercício/período	10	**(2.420.385)**	**(52.654)**
Prejuízo por ação - básico (em R$)		(1,91)	(131.635,00)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PERÍODO DE 17 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício/período	**(2.420.385)**	**(52.654)**
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controladas		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	945	(3.701)
Outros resultados abrangentes de coligadas e controladas	16.044	532
(=) Resultado abrangente total	**(2.403.396)**	**(55.823)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PERÍODO DE 17 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício / período		**(2.420.385)**	**(52.654)**
Ajustes ao prejuízo líquido			
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas	6	2.420.385	52.654
Resultado ajustado		**–**	**–**
Aumento / (redução) de ativos e passivos			
(Aumento) de outros ativos		(1)	–
Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais		**(1)**	**–**
Atividades de investimento			
Aumento de investimento em coligadas e controladas	3	(3.625.000)	(1.375.000)
Caixa usado nas atividades de investimento		**(3.625.000)**	**(1.375.000)**
Aumento de capital	9	5.000.000	1
Caixa proveniente das atividades de financiamento		**3.625.000**	**1.375.001**
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/ período	5	1	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/ período	5	–	1
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**1**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A N7 Holding S.A ("N7 Holding" ou " N7") foi fundada e iniciou suas operações em 17 de março de 2021. É uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com sede localizada na Avenida Nove de Julho nº 3186, no Estado de São Paulo, e, têm como atividade preponderante a participação, como sócia ou acionista, e o exercício do controle de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A N7 Holding é a acionista controladora do Banco C6 S.A. ("C6 Bank") e Banco C6 Consignado S.A. ("C6 Consignado"), que juntos com suas controladas indiretas formam um grupo ("Grupo C6 Bank") oferecem uma plataforma de atendimento bancário para pessoas físicas e pequenas e médias empresas. A N7 Holding é uma holding controlada indiretamente pela Carbon Holding S.A., através de suas controladas Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Investments S.A.. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações financeiras estão apresentadas de forma individual, tendo em vista os requerimentos e exceções permitidas nas normas IFRS10/CPC36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, tendo em vista que a controladora final Csixers Holding S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com as IFRS/Pronunciamentos do CPC, em que a N7 e suas controladas são consolidadas. Os valores de resultado do exercício 2021 apresentados nas informações comparativas dos quadros e notas explicativas dessas demonstrações financeiras referem-se ao período de 17 de março de 2021 (início das operações) a 31 de dezembro de 2021 As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional e de apresentação da N7 Holding S.A. As informações financeiras quantitativas, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil). A Diretoria aprovou estas demonstrações financeiras para emissão em 7 de março de 2023. **2.1. Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com CPC e IFRS requer que a Administração faça julgamentos e aplique estimativas que afetam os valores registrados reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas adotadas são monitoradas continuamente, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, ajustando-se prospectivamente. Essas estimativas foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados. **3. Aquisição, alienação e eventos societários:** Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, datada de 2 de julho de 2021, a N7 Holding subscreveu e adquiriu 5.084.818 ações ordinárias de emissão do C6 Bank, ao preço de emissão de R$ 14,75 por ação ordinária, totalizando R$ 750.000, a partir de recursos captados por meio da 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, em série única para colocação privada. Após o aumento de capital no C6 Bank, o total de participação correspondeu a 4,78% do capital social votante e total do C6 Bank. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, datada de 23 de novembro de 2021, a N7 Holding subscreveu e adquiriu 42.373.484 ações ordinárias de emissão do C6 Bank, totalizando R$ 625.000, a partir de recursos captados por meio de emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, em série única para colocação privada. Após o aumento de capital no C6 Bank, a participação total resultante da N7 no C6 Bank atingiu 8,42%. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de janeiro de 2022, foi aprovado, entre outros assuntos, o aumento do capital social da N7 Holding, mediante emissão de 1.013.573.333 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, as quais foram integralizadas pelas acionistas Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Investments S.A. com ações do C6 Bank e do C6 Consignado. Após o aumento de capital, o total de participação correspondeu a 100% do capital social votante e total do C6 Bank e do C6 Consignado. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, datada de 04 de fevereiro de 2022, a N7 Holding subscreveu e adquiriu 245.766.206 ações ordinárias de emissão do C6 Bank, ao preço de emissão de R$ 14,75 por ação ordinária, totalizando R$3.625.000. **4. Resumo das principais práticas contábeis:** As práticas contábeis adotadas pela N7 Holding são aplicadas de maneira consistente ao longo do período apresentado nestas Demonstrações Financeiras. **4.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui saldos de caixa, contas correntes (depósitos) e aplicações no mercado aberto com vencimento original não superior a 90 dias do reconhecimento inicial, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **4.2. Investimento:** Após aquisição, investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, segundo o qual a participação proporcional da N7 nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e, quando aplicável, a participação proporcional na movimentação das reservas é reconhecida no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial. O investimento é testado anualmente para fins de avaliação de redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio, se existente, alocado à unidade e, posteriormente, aos demais ativos da unidade, proporcionalmente ao valor de registro de cada um de seus ativos. **4.3. Passivos financeiros:** A N7 possuía passivos financeiros ao custo amortizado (debêntures), que atendem esses critérios de classificação pois são uma obrigação contratual de liquidação em dinheiro. A N7 baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais vencidas, extintas ou canceladas. **4.4. Imposto de renda e Contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social do período compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, ou reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente na proporção em que estiverem relacionados com esses itens. Os encargos de Imposto de Renda (25%) e Contribuição Social (9%) correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. **4.5. Reconhecimento de receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. A N7 Holding possui substancialmente receitas e despesas de equivalência patrimonial de seus investimentos. **4.6. Capital:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Em 31 de dezembro de 2022, a N7 Holding não possuía saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa (R$ 1 em 31 de dezembro de 2021).
6. Investimentos:

	31/12/2021	Aquisição/ aporte	Ajustes patrimoniais	Resultado de participação	31/12/2022
		Movimentação dos investimentos			
No país					
Banco C6 S.A	1.319.177	4.380.558	8.438	(2.364.794)	3.343.379
Banco C6 Consignado S.A.	–	1.196.014	8.372	(55.591)	1.148.795
Total	**1.319.177**	**5.576.572**	**16.810**	**(2.420.385)**	**4.492.174**

	17/03/2021	Aquisição/ aporte	Ajustes patrimoniais	Resultado de participação	31/12/2021
No país					
Banco C6 S.A	–	1.375.000	(3.169)	(52.654)	1.319.177
Total	–	**1.375.000**	**(3.169)**	**(52.654)**	**1.319.177**

Conforme descrito na Nota 3, a N7 adquiriu participações no C6 Bank em julho e novembro de 2021, correspondendo respectivamente a 4,78% e 3,64% de participação no capital. Conforme descrito nas Notas 3 e 9, a N7 obteve participações no C6 Bank e no C6 Consignado, totalizando 100% de participação nessas investidas em 20 de janeiro de 2022, através do aumento de capital em ativos (ações do C6 Bank e do C6 Consignado) realizado por suas acionistas Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Investments S.A. A N7 Holding avalia o investimento para teste de redução ao valor recuperável e em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foi identificada nenhuma indicação de redução ao valor recuperável. **7. passivos financeiros ao custo amortizado:** Em 31 de dezembro de 2021, a N7 Holding possuía dívida emitida, do tipo debêntures, não conversíveis e que não incidiam juros remuneratórios ou atualização monetária, tendo como contraparte empresas do grupo, no montante de R$ 750.000 com a Carbon Holding Financeira S.A. e R$ 625.000 com a Csixers Holding S.A., respectivamente. Essas debêntures foram liquidadas antecipadamente mediante pagamento em 4 de fevereiro de 2022. **8. Provisões, ativos e passivos contingentes:** A N7 Holding não possui passivos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **9. Patrimônio líquido: Capital social e reservas de capital:** O capital social da N7 Holding é de R$ 7.550.178 (R$ 1 em 31 de dezembro de 2021) totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional, composto por 1.352.561.604 ações (400 ações em 31 de dezembro de 2021), todas ordinárias e nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, direito ao recebimento de dividendos e a todos os direitos previstos na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social. Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17 de março de 2021, foi deliberado e aprovado a constituição da empresa com Capital Social de R$ 1, sendo emitidas 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de janeiro de 2022, foi aprovado, entre outros assuntos, o aumento do capital social da companhia, passando de R$ 0,4 (quatrocentos reais) para R$ 2.550.178, mediante emissão de 1.013.573.333 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, as quais foram integralizadas pelas acionistas da companhia com ações do C6 Bank e do C6 Consignado. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 4 de fevereiro de 2022, foi aprovado, entre outros assuntos, o aumento do capital social da companhia, passando de R$ 2.550.178 para R$ 7.550.178, mediante emissão de 338.987.871 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. As novas ações foram subscritas e integralizadas pela acionista ingressante, JP Morgan Investimentos e Finanças Ltda.: **Reservas legais:** Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos. **Reserva estatutária:** De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção do capital de giro, e seu montante limitado ao saldo do capital social. **Dividendos:** De acordo com o estatuto da N7, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram pagos dividendos devido à existência de prejuízo no exercício. **10. Prejuízo por ação:** O resultado por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

Prejuízo básico por ação	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	**(2.420.385)**	**(52.654)**
Quantidade média ponderada de ações	1.268.223.300	400
Prejuízo por ação (em R$)	**(1,91)**	**(131.635,00)**

11. Gerenciamento de riscos: A estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital da N7 Holding reflete a estratégia e o modelo de negócios do Grupo, sendo compatível com a natureza e a complexidade de suas operações e produtos. A gestão de risco e capital é realizada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, a independência de suas operações. O grupo gerencia de forma proativa os riscos inerentes às suas atividades, por entender que a continuidade dos seus negócios no longo prazo está diretamente relacionada ao adequado processo de controle desses riscos. A filosofia do grupo é investir esforços significativos no entendimento da natureza e dos potenciais efeitos dos riscos assumidos, visando definir práticas adequadas à gestão dos negócios. A gestão de riscos é disseminada a todos os níveis da organização, de forma que todos os colaboradores, a qualquer momento, possam identificar os potenciais riscos, assegurando, dessa forma, que estes sejam devidamente avaliados e geridos nas diferentes áreas do Grupo. **12. Partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

Operação/ Partes relacionadas	31/12/2022 Ativo/ (Passivo)	31/12/2022 Receita/ (Despesa)	31/12/2021 Ativo/ (Passivo)	31/12/2021 Receita/ (Despesa)
Coligadas e Controladas	**4.492.174**	**(2.420.385)**	**1.319.178**	**(52.654)**
Depósitos bancários - C6 Bank	–	–	1	–
Investimentos - C6 Bank	3.343.379	(2.364.794)	1.319.177	–
Investimentos - Banco C6 Consignado	1.148.795	(55.591)	–	(52.654)
Controladores	**–**	**–**	**(1.375.000)**	**–**
Obrigações por emissão de títulos- Csixers Holding S.A.	–	–	(625.000)	–
Obrigações por emissão de títulos - Carbon Holding Financeira	–	–	(750.000)	–

Diretor Presidente: Marcelo Kalim

Contadora: Solange Pereira Andrade - 1SP-261621/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **N7 Holding S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da N7 Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da N7 Holding S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de março de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Paulo Putini
Contador
CRC 1SP212529/O-8

Minas Gerais

MINAS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
CNPJ/MF 35.554.315/0001-65 - NIRE 31211522762

ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS QUOTISTAS. **Data, hora e local.** Aos 02/03/2023, às 10:00h (dez horas), na sede da **MINAS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, localizada na Rodovia MG-10, KM 09, s/n, Loja 58.9, Pavimento Terraço, Setor Praça de Alimentação, Aeroporto Confins – Confins/MG, CEP: 33500-900, nos termos da Lei 10.406/2002, com Contrato Social registrado na JUCESP sob o NIRE nº 31211522762 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.803.795/0001-55 ("Sociedade"). **Quórum.** Sócias representando a totalidade do capital social; compareceram e declararam cientes do local, data, hora e ordem do dia. **Mesa**. Presidente: **Ricardo Figueiredo Bomeny**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 07670429-5 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 008.979.327-73; Secretário: **Carlos Eduardo Mattos de Oliveira**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 100.330, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 071.715.517-09; ambos com escritório à Rua Voluntários da Pátria, 89, Sala 901, parte - Botafogo, Rio de Janeiro/RJ. **Convocação.** Em face da presença da totalidade das sócias, foi dispensada a publicação dos editais de convocação, nos termos do artigo 1.072, parágrafo 2º, do Código Civil. **Ordem do dia**. Deliberar sobre a operação de redução do capital social por excesso, nos termos do art. 1.082, II do Código Civil. **Deliberação**. Iniciados os trabalhos, as sócias deliberaram sobre a redução do valor do capital social de **R$ 4.790.377,00 (quatro milhões, setecentos e noventa mil, trezentos e setenta e sete reais)** para **R$ 4.788.777,00 (quatro milhões, setecentos e oitenta e oito mil, setecentos e setenta e sete reais)**, uma redução efetiva de **R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)**, mediante a redução de **1.600 (mil e seiscentas)** quotas, sobre um total de 4.790.376 (quatro milhões, setecentas e noventa mil, trezentas e setenta e seis) quotas pertencentes à sócia **BFFC AP COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA**.; posta a ordem do dia em discussão e votação, as sócias aprovaram-na por unanimidade, sem reservas e sem restrições. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, em seguida, foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Sócias Presentes:** (a) **BFFC do Brasil - Comércio e Participações LTDA.**, neste ato representada por seu sócio administrador, Ricardo Figueiredo Bomeny, acima qualificado, e o Diretor não sócio **Antonio José Detsi Pereira**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 803.736.407-06, portador da carteira de identidade nº 054956313, expedida pelo IFP/RJ, ambos com endereço comercial na Rua Voluntários da Pátria, nº 89, 9º andar, sala 901 (parte) - Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.270-000; e (b) **BFFC AP Comércio e Participações LTDA.**, neste ato representada por seus Diretores não sócios, **Antonio José Detsi Pereira**, acima qualificado, e **Fabiano França de Lima**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 092700517, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 070.862.977-63, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Voluntários da Pátria, nº 89, sala 901 (parte) - Botafogo, CEP: 22.270-000. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Ricardo Figueiredo Bomeny - Presidente da Mesa. Carlos Eduardo Mattos Oliveira - Secretário da Mesa. Sócias: **BFFC DO BRASIL COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.** Ricardo Figueiredo Bomeny - Antonio José Detsi Pereira. **BFFC AP Comércio e Participações Ltda.** Fabiano França de Lima. Antonio José Detsi Pereira.

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Estado repassa R$ 232 mi para investimento em Brumadinho

O governador Romeu Zema anunciou, nesta terça-feira (7/3), a transferência de R$ 232 milhões do acordo judicial firmado entre o Governo de Minas, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a mineradora Vale S/A para que o município de Brumadinho possa realizar investimentos nos serviços de Saúde e Assistência Social.

Do total, R$ 218,7 milhões serão utilizados para custeio, até 2026, do Complexo Hospitalar Valdemar de Assis Barcelos, que inclui hospital municipal, maternidade, centro de especialidades, centro de Imagens, laboratório de análises clínicas e unidade de pronto atendimento (UPA).

A outra parte do recurso será investida no fortalecimento de políticas socioassistenciais do município, sendo R$ 10,9 milhões para a manutenção do Termo de Pactuação, assinado em 2019, e que permite a contratação de profissionais vinculados à Saúde e à Assistência Social, e R$ 2,5 milhões para o fortalecimento do Serviço Único de Assistência Social (Suas), com a manutenção e capacitação de equipes dos Cras, Creas e do Centro de Assistência Social Especializado em Calamidades (Crasec).

Além dos recursos repassados, o Governo de Minas, junto às instituições de Justiça, também autorizou a entrega de mais de 50 mil itens para o Complexo Hospitalar Valdemar de Assis Barcelos, definidos pelo município.

Zema lembrou durante o seu discurso que os R$ 232 milhões garantirão o custeio da unidade de Saúde durante os próximos cinco anos. "Temos que olhar o futuro, e o que nós estamos fazendo é transformando aquelas vidas que foram perdidas, as 272 joias, em vidas que serão salvas", disse.

O governador agradeceu todos os envolvidos, como Ministérios Públicos Estadual e Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), e lembrou que ninguém, isoladamente, decide alguma coisa.

"As decisões foram tomadas em conjunto, com a participação de todas essas instituições em audiências públicas, além da Avabrum e Prefeitura de Brumadinho. O que nós estamos fazendo foi o acordado. Como governador do estado eu tenho plena convicção de que tenho tentado fazer o melhor", afirmou.

Durante a cerimônia, a representante da diretoria da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão (Avabrum), Edi Tavares, pediu um minuto de silêncio em honra às 272 vítimas do rompimento da barragem.

Brasília

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.
CNPJ/MF n.º 04.066.598/0001-72 - NIRE 53.300.006.288
AVISO AOS ACIONISTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei 6.404/76, a Diretoria da Corumbá Concessões S.A. vem comunicar aos senhores acionistas da Companhia que se encontram a sua disposição na sede da empresa os seguintes documentos: **(I)** O relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; **(II)** Cópia das Demonstrações Financeiras; **(III)** Parecer dos auditores independentes; e **(IV)** Parecer do Conselho Fiscal.
Brasília, 07 de março de 2023. **Marcelo Siqueira Mendes** - Diretor Presidente; **Kim Parente Currlin Perpétuo** - Diretor Técnico.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9A4E-9B57-E714-F82F.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9A4E-9B57-E714-F82F ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9A4E-9B57-E714-F82F

Hash do Documento

FABBEBB16E8B28BB3143080FAA2CFD4F46E6479EE96DAF960D8FFC8205B852BE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em 07/03/2023 22:42 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03